



FACULDADE GLOBAL DE UMUARAMA

**PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO
PEDAGOGIA**

**(LICENCIANTURA EM EDUCAÇÃO INFANTIL,
ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E
GESTÃO EDUCACIONAL)**

SETEMBRO - 2006

1 - CONCEPÇÃO DA INSTITUIÇÃO

1.1 INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea atravessa um momento singular caracterizado por mudanças aceleradas, com repercussões em todas as dimensões de nossa vida: a profissional, a cultural, a política, a familiar, a social e a cidadã. É neste contexto que se instala a Faculdade Global de Umuarama respaldada por uma instituição que nasceu como Escola de Educação Infantil, que implantou gradativamente o Ensino de 1º Grau e, depois, o Ensino de 2º Grau, construindo todo um percurso na Educação Básica, marcado pela seriedade e pela qualidade dos serviços prestados. É esta história da Mantenedora Casinha Feliz que a qualifica para assumir a tarefa de formação de professores para a Educação Básica, tarefa que se impõe como prioritária na luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

Esta nova Instituição acredita nos valores democráticos, que serão assumidos tanto no seu ideário como na efetivação de sua proposta pedagógica. Acredita também nas possibilidades de intervenção na sociedade de uma escola transformadora, respaldada em uma concepção de homem e de mulher, sínteses de múltiplas determinações e sujeitos de direitos que lhes garantam a cidadania. A conquista destes direitos básicos capazes de assegurar a inserção na prática social de modo justo e igualitário está diretamente ligada à qualificação para o exercício do trabalho. Para que esta se efetive, é fundamental o papel de uma educação de qualidade que contemple o ser humano em todas as suas dimensões, inclusive na afetivo-emocional, capacitando-o ao enfrentamento da sociedade do conhecimento, que está a exigir novas qualificações em termos de acesso e processamento de novas linguagens, e permitindo-lhe posicionar-se diante das incertezas e das mudanças ocorridas principalmente no mundo do trabalho.

Entre os nossos credos, está uma proposta de currículo centrada numa concepção de conhecimento como construção social, histórica, cultural e que deve revelar e realizar nosso projeto institucional, que visa à formação de profissionais sintonizados com sua região, seu estado, sua nação, seu mundo, neste contexto que é espaço dinâmico de diálogo com a sociedade maior e que, pela atualização constante, torna-se elo permanente entre formação e exercício profissional.

É, portanto, por acreditar no papel do professor como um agente de mudanças e inovações, necessário para o desenvolvimento das comunidades locais e regionais, que a Faculdade Global de Umuarama apresenta a sua proposta de Instituto Superior de Educação, assumindo compromisso com a qualidade acadêmica que viabilize a formação inicial e continuada desse profissional.

1.2 SUPORTE LEGAL

A proposta do Instituto Superior de Educação da Faculdade Global tem como base legal a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9394/96) e suas regulamentações posteriores, especialmente o Decreto n.º 3.276/99, a Resolução CP/CNE n.º1/99 e o Decreto n.º 5.773/2006. Fundamenta-se igualmente na proposta de Diretrizes Curriculares para a Formação de Professores da Educação Básica em Nível Superior, em Curso de Licenciatura de Graduação Plena apresentada nos Pareceres CNE/CP n.º 009/2001; 5/2005; 3/2006 e também na resolução nº1, de 15 de Maio de 2006.

A resolução nº1/2006, em seu Art.1º institui Diretrizes Curriculares Nacionais par o Curso de Graduação em Pedagogia, Licenciatura, definindo princípios, condições de ensino e de aprendizagem, procedimentos a serem observados em seu planejamento e avaliação, pelos órgãos dos sistemas de ensino e pelas instituições superior do país, nos termos explicitados nos Pareceres CN E/CP nº 5/2005 e 3/2006.

Na perspectiva da lei, a educação básica deve constituir-se de modo contínuo, evitando-se as rupturas e as fragmentações em etapas isoladas que têm caracterizado a organização de nossa escola. Nossa proposta considera que a formação de professores precisa alterar-se substancialmente para atender a esse novo paradigma educacional, passando inclusive a organizar-se de forma a integrar os cursos de licenciatura, quer os destinados à formação do professor multidisciplinar, quer os destinados aos docentes especialistas, sem perder de vista as especificidades de cada faixa etária a ser atendida em cada etapa.

A formação inicial e continuada dos professores da Educação Básica será feita em uma instituição com identidade própria, que vai ser definida na Resolução CP/CNE n.º 1/99. É de acordo com esta, que se estrutura e organiza o Instituto Superior de Educação da Faculdade Global de Umuarama, com destaque para os preceitos que se seguem.

Conforme o Art. 1.º e o Art. 3.º, constitui-se como uma Unidade Acadêmica que tem a seu cargo a formação inicial, continuada e complementar para o magistério da educação básica. Como estabelece o Art. 3.º, dispõe de um Conselho Pedagógico e uma Diretoria Pedagógica responsáveis por articular a formulação, execução e avaliação do projeto institucional de formação de professores, base para os projetos pedagógicos específicos dos cursos.

De acordo com o Art. 2.º, o Instituto, visando assegurar a especificidade e o caráter orgânico do processo de formação profissional, manterá projeto acadêmico (próprio) de formação de professores, articulando os projetos pedagógicos dos cursos e integrando:

- I. as diferentes áreas de fundamentos da educação básica;
- II. os conteúdos curriculares da educação básica;
- III. as características da sociedade de comunicação e informação.

Em relação ao Corpo Docente, serão atendidos plenamente os padrões estabelecidos pela Resolução, no concernente à titulação, experiência na educação básica e regime de trabalho (Art.4.º), e também à participação da elaboração, execução e avaliação dos projetos pedagógicos (Art.5.º). Visando à valorização de seu quadro de professores, a Instituição contará com Programa de Educação Continuada, com Plano de Qualificação Docente e com Plano de Carreira Docente.

O curso de Licenciatura em Pedagogia terá a carga horária mínima de 3.200 horas de efetivo trabalho acadêmico, assim distribuídas:

I – 2.800 horas dedicadas às atividades formativas como assistência a aulas, realização de seminários, participação na realização de pesquisas, consultas a bibliotecas e centros de documentação, visitas a instituições educacionais e culturais, atividades práticas de diferente natureza. Participação em grupos cooperativos de estudos;

II – 300 horas dedicadas ao Estágio Supervisionado prioritariamente em Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino fundamental, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto pedagógico da instituição,

III – 100 horas de atividade teórico-práticas de aprofundamento em área específicas de interesse dos alunos, por meio, da iniciação científica, da extensão e da monitoria.

A Instituição, para a efetivação da parte prática, garantirá:

- A manutenção de mecanismos para entendimentos com as instituições de ensino da rede pública e da rede particular que ministram a educação básica e que possam se constituir em campos de atuação dos alunos;
- A organização da parte prática da formação com base no projeto pedagógico da escola em que vier a ser desenvolvida;
- A inclusão de seminários multidisciplinares na supervisão, no acompanhamento e na avaliação da parte prática da formação;
- A consideração, na avaliação do aluno, de seu desempenho na parte prática, ouvida a escola na qual esta foi desenvolvida.

Portanto, as ações de implantação e manutenção do Instituto Superior de Educação pautar-se-ão pelas indicações normativas descritas acima, dentre outras. O objetivo é oferecer a seu público-alvo cursos afinados com a contemporaneidade, apresentados numa proposta integrada e condizente com a política educacional de nosso país, visando à reconstrução da identidade do professor do magistério de educação básica.

1.3 IDENTIDADE

O Instituto Superior de Educação está sendo colocado pela legislação como um lócus privilegiado para a formação dos professores da educação básica pelo fato de ter uma identidade própria. Entendemos que esta identidade não está dada no início, mas se constrói no processo. É nos espaços materiais em que o clima da instituição se corporifica, é pela formação dos professores e gestores, é pela experiência que se for acumulando sobre formação, é pela incorporação do acúmulo de experiências dos professores integrantes da equipe e dos alunos com experiência anterior na área, é pelas atividades desenvolvidas cotidianamente no ensino, na iniciação à pesquisa e na extensão, é pelo intercâmbio sistemático com outras instituições de formação, é pelo esforço despendido por seus professores e egressos no propósito de Educação Continuada, é, enfim, pela soma de idéias, esforços e ações verificados nas relações entre atores comprometidos com um projeto político-pedagógico congruente, que se irá tecendo a identidade almejada.

O Instituto Superior de Educação da Faculdade Global de Umuarama, de acordo com a legislação vigente, pode conduzir os seguintes cursos e programas:

- O curso de Licenciatura em Pedagogia destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.
- As atividades docentes também compreendem participação na organização e gestão de sistemas e Instituições de ensino, englobando:
 - I – planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do setor da Educação;
 - II – planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos e experiências educativas não-escolares;
 - III- produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não-escolares.
- programas de formação continuada, destinados à atualização de profissionais da educação básica nos diversos níveis;
- programas especiais de formação pedagógica, destinados a portadores de diploma de nível superior que desejem ensinar nos anos finais do ensino fundamental ou no ensino médio, em áreas de conhecimento ou disciplinas de sua especialidade, nos termos da legislação vigente;
- cursos de pós-graduação, de caráter profissional, voltados para a atuação na educação básica;
- cursos de extensão, abertos à comunidade em geral, destinados à socialização do conhecimento.

1.4 IDEÁRIO PEDAGÓGICO

O ideário pedagógico que norteia a concepção do Instituto Superior de Educação expressa o compromisso institucional com a formação do ser humano íntegro, por inteiro, e do profissional de ensino que irá atuar na Educação Básica.

Mesmo permeando a proposta como um todo, entendemos pertinente sintetizá-lo neste item, por se tratar de um dos componentes do processo de (re)identificação da instituição mantenedora, neste momento em que assume as tarefas de um novo nível de ensino.

Dedicando-se à formação do ser humano nas suas diferentes etapas de desenvolvimento ao longo destes anos, agora se propõe, como corolário de sua atuação educacional, o desafio da formação inicial e continuada de profissionais de ensino da educação básica com qualidade social

Norteiam nossa proposta educacional os princípios axiológicos presentes nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, a saber, os princípios éticos, estéticos e políticos, assumidos por nós como orientadores também para o processo de formação dos profissionais voltados para a área educacional.

Destes princípios fundantes, desdobram-se os princípios pedagógicos da interdisciplinaridade e da contextualização que incorporamos ao processo de formação como um todo, para que sejam vivenciados e introjetados de forma a assegurar a sua aplicação na (futura) vida profissional.

Ressalte-se nosso entendimento sobre a interdisciplinaridade que abrange além das dimensões epistemológica e metodológica, a dimensão afetiva, englobando, portanto, o saber, o saber fazer e o saber ser.

A assunção pela Instituição desse ideário pedagógico, com suas raízes filosóficas, éticas e políticas, implica uma série de desdobramentos, em matéria de compromissos e horizontes, entre os quais, assumem relevância os que seguem:

- A formação do aluno numa perspectiva humanista-crítica, com foco no professor capaz de desempenhar o trabalho pedagógico como um todo que compreende planejamento, organização, construção, avaliação e reflexão conjunta, numa escola inserida num contexto geográfico, histórico, social, econômico, cultural, político e social;
- A inclusão como marca institucional e desafio democrático a ser enfrentado;
- O respeito às especificidades da educação de jovens e adultos, pensada na ótica freireana da escola cidadã;
- A articulação, o acompanhamento e a avaliação das passagens entre as etapas e modalidades de ensino da Educação Básica como preocupações dos formadores, merecendo ações pedagógicas efetivas no interior do currículo;
- Ação pedagógica centrada no aluno, com vistas a viabilizar sua permanência e terminalidade com qualidade;
- A dialogicidade como elemento essencial na relação professor-aluno-saber que deve ter por corolário, da parte do aluno, a autonomia intelectual;

- A avaliação vista como processo formativo, diagnóstico, tanto nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, como no processo de implementação, acompanhamento e melhoria da ação dos docentes, dos cursos e da Instituição;
- A pesquisa como princípio articulador das atividades de ensino e extensão, com temáticas ligadas aos problemas da Educação Básica;
- Envolvimento dos recursos humanos – docentes, gestores e funcionários – na consecução da proposta educacional, num trabalho compartilhado;
- Deflagração de um processo de leitura de realidade para efeito de articular o currículo e a instituição com o local, o regional e o nacional;
- Flexibilização curricular permitindo ao alunado um percurso que considere suas experiências anteriores e suas necessidades, na condição de sujeito concreto;
- Percepção da importância da produção acadêmica resultante dos estágios e trabalhos de conclusão de curso como instrumento de consulta bibliográfica, e como fonte de indicadores para avaliação, melhoria e qualificação dos cursos;
- Ações de estímulo à abertura intelectual, cultural e social, por meio de intercâmbio e estudo de formas de interação com universidades, centros de pesquisa, órgãos de classe, entidades governamentais, não governamentais e outras entidades;
- Interação permanente e sistemática com as escolas do sistema de educação básica, de forma a manter as atividades curriculares constantemente referenciadas e integradas à prática educacional concreta.

Busca-se, portanto, um saber orgânico e processual pertinente ao ofício de professor, que contemple os âmbitos do regional, do nacional, do universal, relacionados aos problemas do nosso contexto e tempo, a serviço de uma educação básica de qualidade social.

1.5 MISSÃO, PRINCÍPIOS E OBJETIVOS

O Instituto Superior de Educação da Faculdade Global de Umuarama nasce com a missão de formar o professor necessário para a educação básica do Brasil de hoje e de amanhã. Seu compromisso maior é ministrar um ensino com a qualidade acadêmica que garanta a formação de um profissional apto a desempenhar com competência as tarefas pertinentes à docência. Com plena consciência de sua função social, a Instituição compromete-se com o desenvolvimento de um processo educacional voltado ao benefício coletivo e à manutenção e difusão de valores éticos de liberdade, igualdade, pluralidade cultural e democracia.

No mister de cumprir essa missão, o Instituto será norteado pelos seguintes princípios:

- compromisso com a qualidade acadêmica;
- compromisso com a formação, disseminação, sistematização e produção do conhecimento referente ao processo de ensino e de aprendizagem e à educação escolar;
- compromisso com a educação como caminho para a construção de uma sociedade mais justa e solidária;
- respeito à liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte, a cultura e o saber;
- manutenção e difusão de valores éticos e de liberdade, igualdade, pluralidade cultural e democracia;
- valorização do ser humano, da cultura e do saber, em prol da preservação e da melhoria da qualidade de vida;
- pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- articulação entre ensino, pesquisa e extensão;
- interação permanente com a comunidade e com o mundo do trabalho;
- interação permanente e sistemática com as escolas do sistema de educação básica;
- gestão acadêmica democrática e colegiada;
- valorização profissional dos docentes e funcionários, com apoio e estímulo constantes ao aprimoramento e à atualização.

O Instituto de Educação é a Unidade Acadêmica que levará a Faculdade Global ao cumprimento dos seguintes objetivos:

- prover a formação inicial, continuada e complementar de docentes da educação básica, tendo em vista a sua qualificação profissional e a sua participação no desenvolvimento da sociedade brasileira;
- estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- promover a formação humanista de seus alunos, com vistas a uma atuação crítica e cidadã na futura profissão e na prática social mais ampla;
- incentivar a pesquisa, com vistas à busca de novos conhecimentos e ao desenvolvimento da atitude investigativa nos seus alunos;
- estimular por todas as formas possíveis o conhecimento e o estudo de problemas do mundo presente, especialmente os encontrados na prática educacional, bem como a busca de possíveis soluções;
- promover a divulgação de conhecimentos e socializar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- promover a extensão, estabelecendo com a comunidade uma relação de reciprocidade, visando ao enriquecimento acadêmico e à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica geradas historicamente e na Instituição.

2 - A PROPOSTA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Compreendendo que a formação do profissional professor não pode ficar alheia às características e exigências da sociedade contemporânea, especialmente as que se colocam no cenário brasileiro, o Projeto Político-Pedagógico do Instituto Superior de Educação da Faculdade Global de Umuarama insere-se no atual momento de reflexão pedagógica nacional de construção de caminhos que viabilizem a qualidade do desempenho docente na Educação Básica.

Ciente das dimensões dos desafios dessa tarefa, a Instituição integra-se ao esforço da comunidade acadêmica e das autoridades de ensino do país, com uma proposta que se justifica pela necessidade de inovação nos cursos de formação de professores.

Esta proposta tem como foco a formação de um profissional da educação capaz de desempenhar o trabalho pedagógico, entendido como um todo que compreende planejamento, organização, reflexão e construção conjunta, numa teia de múltiplas relações. Nesse ponto, atende as diretrizes da Lei nº 9.394/96 que, ao definir as incumbências dos docentes, ao mesmo tempo em que reconhece a extrema importância de seu papel na ação educativa, alarga o campo de suas responsabilidades.

O Art. 13 da referida lei atribui aos docentes os seguintes encargos:

- participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- zelar pela aprendizagem dos alunos;
- estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
- ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

Do artigo transcrito acima, emerge um profissional que deve ter competência teórica, técnica e política para responder não apenas pelas atividades em sala de aula, mas também pelas de planejamento, organização, desenvolvimento e avaliação do trabalho pedagógico escolar. Cresce em importância o papel do docente nas suas diversas relações: com o aluno, com a escola, com a comunidade. Ao explicitar a incumbência de zelar pela aprendizagem dos alunos, acentua a responsabilidade do professor no ato educativo, com foco no aluno em seu processo de construção do saber. Ao prever a participação na proposta pedagógica da escola, estabelece relações de trabalho articulado e cooperativo entre os responsáveis pela organização escolar.

Também recebem ênfase as relações com as famílias e com a comunidade. Ao professor cabe colaborar com a escola na sua articulação com a comunidade, especialmente com a família dos alunos. Na verdade, os professores sempre foram os principais mediadores entre a escola e a comunidade. O que a Lei faz é reconhecer e valorizar esse papel e ressaltar a importância de que pais ou responsáveis se façam presentes na escola, tendo inclusive o direito de acompanhar a execução da sua proposta pedagógica.

A Faculdade Global de Umuarama está ciente de que à medida em que se valorizam os docentes e se lhes atribuem mais encargos, cresce a responsabilidade das instituições que os formam, não podendo estas restringir-se à formação inicial dos cursos de graduação. Em vista disso, ao elaborar sua proposta, compromete-se com a capacitação do profissional para iniciar-se no trabalho docente e com a manutenção de um programa de educação continuada.

Os cursos e programas vinculados ao Instituto, na formação de seus alunos, observarão, conforme determinação legal:

- A articulação entre teoria e prática, valorizando o exercício da docência;
- A articulação entre áreas do conhecimento ou disciplinas;
- O aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e na prática profissional.
- A ampliação dos horizontes culturais e o desenvolvimento da sensibilidade para as transformações do mundo contemporâneo.

As Diretrizes Curriculares para o curso de Pedagogia aplicam-se à formação inicial para o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

A Proposta tem como fulcro a formação do professor numa perspectiva humanista-crítica, respeitando a legislação e as indicações da política oficial.

2.1 ESTRUTURAÇÃO DOS CURRÍCULOS

A estrutura do curso de Pedagogia, respeitadas a diversidade nacional e a autonomia pedagógica das instituições, constituir-se-á de:

I – um núcleo de estudos básicos que, sem perder de vista a diversidade e a multiculturalidade da sociedade brasileira, por meio do estudo acurado da literatura pertinente e de realidade educacionais, assim como por meio de reflexão e ações críticas, articulará:

- a) aplicação de princípios, concepções e critérios oriundos de diferentes áreas do conhecimento, com pertinência ao campo da Pedagogia, que contribuam para o desenvolvimento das pessoas, das organizações e da sociedade;
- b) aplicação de princípios da gestão democrática em espaços escolares e não-escolares;
- c) observação, análise, planejamento, implementação e avaliação de processos educativos e de experiências educacionais, em ambientes escolares e não-escolares;
- d) utilização de conhecimento multidimensional sobre o ser humano, em situações de aprendizagem;
- e) aplicação, em práticas educativas, de conhecimentos de processos de desenvolvimento de crianças, adolescentes, jovens e adultos, nas dimensões física, cognitiva, afetiva, estética, cultural, lúdica, artística, ética e biossocial;
- f) realização de diagnóstico sobre necessidades e aspirações dos diferentes segmentos da sociedade, relativamente à educação, sendo capaz de identificar diferentes forças e interesses, de captar contradições e de considerá-lo nos planos pedagógico e de ensino-aprendizagem, no planejamento e na realização de atividades educativas;
- g) planejamento, execução e avaliação de experiências que considerem o contexto histórico e sociocultural do sistema educacional brasileiro, particularmente, no que diz respeito à Educação Infantil, aos anos iniciais do Ensino Fundamental e à formação de professores e de profissionais na área de serviço e apoio escolar;
- h) estudo da Didática, de teorias e metodologias pedagógicas, de processos de organização do trabalho docente;
- i) decodificação e utilização de código de diferentes linguagens utilizadas por crianças, além do trabalho didático com conteúdos, pertinentes aos primeiros anos de escolarização, relativos à Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História e Geografia, Artes, Educação Física;
- j) estudo das relações entre educação e trabalho, diversidade cultural, cidadania, sustentabilidade, entre outras problemáticas centrais da sociedade contemporânea;

- k) atenção às questões atinentes à ética, à estética e à ludicidade, no contexto do exercício profissional, em âmbitos escolares e não-escolares, articulando o saber acadêmico, a pesquisa, a extensão e a prática educativa;
- l) estudo, aplicação e avaliação dos textos legais relativos á organização da educação nacional;

II - um núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos voltados às áreas de atuação profissional priorizadas pelo projeto pedagógico das instituições e que, atendendo a diferentes demandas sociais, oportunizará, entre outras possibilidades:

- a) Investigações sobre processos educativos e gestoriais, em diferentes situações institucionais: escolares, comunitárias, assistenciais, empresariais e outras;
- b) avaliação, criação e uso de textos, materiais didáticos, procedimentos e processos de aprendizagem que contemplem a diversidade social e cultural da sociedade brasileira;
- c) estudo, análise e avaliação de teorias da educação, a fim de elaborar propostas educacionais consistentes e inovadoras;

III – um núcleo de estudos integradores que proporcionará enriquecimento curricular e compreende participação em:

- a) seminários e estudos curriculares, em projetos de iniciação científica, monitoria e extensão, diretamente orientados pelos corpo docente da instituição de educação superior;
- b) atividades práticas, de modo a propiciar vivências, nas mais diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamentos e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos;
- c) atividades de comunicação e expressão cultural.

2.2 INTEGRAÇÃO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

A Faculdade Global de Umuarama se propõe nos termos do projeto pedagógico da instituição, a integralização de estudos será efetivada por meio de:

I – disciplinas, seminários e atividades de natureza predominantemente teórica que farão a introdução e o aprofundamento de estudos, entre outros, sobre teorias educacionais, situando processos de aprender e ensinar historicamente e em diferentes realidades socioculturais e institucionais que proporcionem fundamentos para a prática pedagógica, a orientação e apoio a estudantes, gestão e avaliação de projetos educacionais, de instituições e de políticas públicas de Educação;

II – práticas de docência e gestão educacional que ensejem aos licenciandos a observação e acompanhamento, a participação no planejamento, na execução e na avaliação de aprendizagens, do ensino ou de projetos pedagógicos, tanto em escolas como em outros ambientes educativos;

III – atividades complementares envolvendo o planejamento e o desenvolvimento progressivo do Trabalho de Curso, atividades de monitoria, de iniciação científica e de extensão, diretamente orientadas por membro do corpo da instituição de educação superior decorrentes ou articuladas às disciplinas, áreas de conhecimentos, seminários, eventos científico-culturais, estudos curriculares, de modo a propiciar vivências em algumas modalidades e experiências, entre outras, e opcionalmente, a educação de pessoas com necessidades especiais, a educação do campo, a educação indígena, a educação em remanescentes de quilombos, em organizações não governamentais, escolares e não-escolares públicas e privadas;

IV – estágio curricular a ser realizado, ao longo do curso, de modo a assegurar aos graduandos experiência de exercício profissional, em ambientes escolares e não-escolares que ampliem e fortaleçam atitudes éticas, conhecimentos e competências:

- a) na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, prioritariamente;
- b) nas disciplinas pedagógica dos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal;
- c) na Educação Profissional na área de serviços e de apoio escolar;
- d) na Educação de Jovens e Adultos;
- e) na participação em atividades de gestão de processos educativos, no planejamento, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação de atividades e projetos educativos;
- f) em reuniões de formação pedagógica.

2.3 ARTICULAÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA

O projeto pedagógico do curso cumpre a determinação legal da carga-horária de 3.200 horas de efetivo trabalho acadêmico, sendo que a articulação teoria-prática, por dar significado e legitimidade aos conteúdos propostos, perpassa a proposta pedagógica como um todo, sendo um importante instrumental na identificação do profissional-professor, pela incorporação deste fundamento que permite a renovação pelo exercício da reflexão.

Os conteúdos das disciplinas serão trabalhados integradamente à prática educativa e à prática social mais ampla em que a instituição-escola se insere. O Estágio Curricular tem a função de garantir uma instrumentalização básica à docência, utilizando-se da metodologia de projetos relacionados aos diferentes âmbitos de atuação. Articula-se aos conteúdos de iniciação à pesquisa presentes em disciplina específica, em seminários de integração e ao estímulo ao desenvolvimento de atitude investigativa que permeia os Projetos Pedagógicos dos cursos, como um todo, na perspectiva do docente-pesquisador, capaz de atuar na realidade escolar de forma inquiridora e transformadora. Articula-se ainda à apresentação de um trabalho de conclusão de curso, cuja elaboração deverá verificar-se no decorrer do curso, com orientação em aulas, disciplinas e horários especiais de atendimento com professor-orientador. A avaliação deste trabalho em Seminário de Integração representa o coroamento do processo formativo que se fundamenta e se consolida na indissociabilidade entre teoria e prática, expressa no mecanismo reflexão↔ação.

2.4 APROVEITAMENTO DE FORMAÇÃO E EXPERIÊNCIAS

Considerando que o aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e na prática profissional é um dos fundamentos da formação de professores postos na legislação, e que a socialização dessas experiências pode enriquecer os cursos de licenciatura, serão estabelecidos, em regulamento próprio, critérios para o cumprimento deste dispositivo legal, considerando basicamente:

- compatibilidade com a área de formação em relação a conteúdos e níveis de atuação;
- relevância pedagógica das experiências anteriores;
- apresentação de documentação comprobatória;
- abrangência das experiências em relação às etapas da Educação Básica e suas diferentes modalidades;
- dimensão temporal da formação e experiências anteriores;
- processo reflexivo articulado às disciplinas e a prática profissional objeto de aproveitamento, com o devido registro em memorial, relatório ou outro instrumento;
- socialização da reflexão por diversos meios, como apresentação em seminários, aulas ou grupos de estudos, debates no local de trabalho ou publicações (veiculadas inclusive por mídia eletrônica, em página especial mantida pelo Instituto com a finalidade de oferecer mais um espaço de troca de informações, de reflexão e de debate).

2.5 PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA

A proposta de formação de professores do Instituto Superior de Educação da Faculdade Global de Umuarama abrange o desenvolvimento de um programa sistemático de educação continuada.

Uma das constatações da intensa reflexão de que tem sido objeto a formação do professor nos cursos de licenciatura é a de que esses cursos não têm caráter extensivo, em vista da superação da idéia de um profissional pronto, acabado. Devem, sim, pautar-se pelo domínio de conteúdos essenciais, envolvendo conhecimentos, hábitos, habilidades e atitudes tais que instrumentalizem o profissional a prosseguir autonomamente no seu processo de aprendizado, ou seja, de formação continuada. Esta deverá permear toda a sua trajetória de profissional-professor que deve tanto auto-atualizar-se e aprofundar-se pelo estudo, investigação e reflexão, como buscar formas mais sistemáticas e institucionalizadas de aperfeiçoamento.

No intuito de atender a esse aspecto fundamental da formação de professores, a Instituição oferecerá um programa de educação continuada que, embora aberto a todos os profissionais da educação básica atuantes na comunidade, será dirigido especialmente a professores e egressos de seus cursos, com o objetivo de propiciar-lhes constantes oportunidades de aprofundamento e atualização.

Num primeiro momento, o público-alvo desse programa será constituído pelo corpo docente do Instituto, visando a estabelecer condições de um trabalho orgânico e coerente, com fulcro nas bases conceituais e metodológicas do projeto pedagógico de cada curso e da proposta institucional de formação de professores.

2.5.1 PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

A Faculdade Global considera de grande relevância que sua relação com os alunos não se encerre com o término do curso de graduação, mas que prossiga, embora de forma diferenciada, no decorrer da vida profissional de cada um dos concluintes de seus cursos.

O aspecto mais importante dessa questão é, sem dúvida, a consciência da Instituição de que sua responsabilidade em relação aos alunos de seus cursos vai além da oferta de Educação Inicial. Nessa perspectiva, a Instituição manterá seu Programa de Educação Continuada, em constante sintonia com as necessidades de aperfeiçoamento e atualização encontradas na prática profissional dos egressos de seus cursos.

Para estes, a manutenção do vínculo com a Instituição torna-se interessante, pois representa um meio de prosseguir no ambiente acadêmico, encontrando incentivos para estudar e produzir, alargando, aprofundando e atualizando seus conhecimentos.

Para a Instituição, essa interação é também importante, trazendo enriquecimento à cultura institucional e à sua ação pedagógica. Outro aspecto importante é o envolvimento dos egressos no Programa de Avaliação Institucional. Importantes indicadores são fornecidos tanto por depoimentos, como pela sua inserção profissional, desempenho em concursos, testes seletivos para empregos, produções científicas, publicações e outros.

Tendo essa visão, a Instituição empenhará esforços no sentido de manter os vínculos com todos os egressos de seus cursos, utilizando-se inclusive dos meios eletrônicos, que facilitam o diálogo a distância. Todos serão estimulados, por diversas maneiras, a continuar fazendo parte da comunidade acadêmica. Todas as suas contribuições serão valorizadas, inclusive com medidas de incentivos e apoio, como o uso de biblioteca e laboratórios, participação em projetos de pesquisa e extensão, auxílio para publicações de trabalhos, e outras previstas no Programa de Formação Continuada.

Ressalte-se a importância do uso das tecnologias de informação e comunicação nesse processo, principalmente da Internet, como elementos facilitadores da manutenção do vínculo com os alunos egressos. A Instituição criará ambientes virtuais de aprendizagem e de intercâmbio de informações e de conhecimentos, como *chats*, listas de discussão, *sites* interativos, etc.

2.6 PERFIL DO PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Nossa sociedade, ao mesmo tempo em que proclama o valor da educação e alarga o conceito de Educação Básica, faz novas exigências para o profissional professor, que se deseja tenha como fundamento de seu perfil: princípios político-democráticos, éticos e estéticos a orientar a formação básica científica, voltada para as diferentes áreas do saber e a formação didático-metodológica.

A Faculdade Global de Umuarama, no intuito de atender às demandas da sociedade, apresenta um Projeto que se compromete com a qualidade efetiva do processo de formação de professores para a educação básica.

O Projeto Institucional, assim como o projeto pedagógico de cada curso de licenciatura, foi arquitetado a partir do propósito de formar um profissional que apresente, em grau desenvolvido: visão crítica e contextualizada da educação, da organização escolar e do trabalho pedagógico; consciência do ofício de professor em sua abrangência ética, política, social, legal e organizacional; atitude de investigação e domínio do instrumental básico para a pesquisa dos problemas educacionais. Procurando atender aos desafios postos pela vida contemporânea, propõe que o perfil desse profissional incorpore a segurança no uso educativo dos novos recursos tecnológicos da informação e das comunicações.

Tem-se como meta a formação de um profissional que, por ser portador de sólido embasamento teórico-prático e de princípios de ética e cidadania, tenha condições de atuar de modo crítico, ativo, consciente, ético e comprometido nas tarefas pertinentes à docência, como:

- atuar com ética e compromisso com vista à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;
- compreender, cuidar e educar crianças de zero a cinco anos, de forma a contribuir, para o seu desenvolvimento nas dimensões, entre outras, física, psicológica, intelectual, social;
- fortalecer o desenvolvimento e as aprendizagens de crianças do Ensino Fundamental, assim como daqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;
- trabalhar, em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo;
- reconhecer e respeitar as manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais, afetivas dos educandos nas suas relações individuais e coletivas;
- ensinar Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes, Educação Física, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano;
- relacionar as linguagens dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas;
- promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;
- identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras;

- demonstrar consciência da diversidade, repetindo as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras;
- desenvolver trabalho em equipe, estabelecendo diálogo entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento;
- participar da gestão das instituições contribuindo para elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico;
- participar da gestão das instituições planejando, executando, acompanhando e avaliando projetos e programas educacionais, em ambientes escolares e não-escolares;
- realizar pesquisas que proporcionem conhecimentos, entre outros: sobre alunos e alunas e a realidade sociocultural em que estes desenvolvem suas experiências não-escolares; sobre processo de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental-ecológicos; sobre propostas curriculares; e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas;
- utilizar, com propriedade, instrumentos próprios para construção de conhecimentos pedagógicos e científicos;
- estudar, aplicar criticamente as diretrizes curriculares e outras determinações legais que lhe caiba implantar, executar, avaliar e encaminhar o resultado de sua avaliação às instâncias competentes.
- no caso dos professores indígenas e de professores que venham a atuar em escolas indígenas, dada a particularidade das populações com que trabalham e das situações em que atuam, sem excluir o acima explicitado, deverão:
 - promover diálogo entre conhecimento, valores, modos da vida, orientações filosóficas, políticas e religiosas próprias à cultura do povo indígena junto a quem atuam e os provenientes da sociedade majoritária;
 - atuar como agentes interculturais, com vistas à valorização e o estudo de temas indígenas relevantes.

2.7 ESTÁGIO SUPERVISIONADO

A prática profissional no curso de formação do professor é de profunda relevância, tanto como forma de efetivação de sua qualificação, como para o processo de assunção da identificação como docente, como profissional da Educação comprometido com a construção da democracia. A legislação reconhece e legitima esta importância ao estabelecer a carga horária mínima de 300 horas para o estágio e, como um dos fundamentos da formação, a articulação entre teoria e prática.

Neste Projeto, o estágio supervisionado é concebido como locus privilegiado de integração teoria-prática e de inserção do acadêmico no mundo do trabalho. Como a prática não se restringe ao fazer dissociado da teoria, o estágio não pode ser considerado como o único momento de integração entre o pensar e o fazer. A articulação orgânica entre teoria e prática, de forma que uma realimente a outra num processo dialético, deve estar embasando em todas as atividades curriculares. Dessa forma, o estágio, embora se constitua em um ato pedagógico que tem por função precípua fazer a aproximação entre os estudos desenvolvidos durante o curso e o mundo do trabalho, entre a Instituição e a comunidade, não representa um corte ou um momento isolado e desarticulado em que esta aproximação deva ser feita.

Compreende-se o estágio como uma atividade criadora que fundamenta, subsidia e realimenta a intervenção na realidade escolar em um processo complexo de investigação, explicação, interpretação e reflexão. Em sua dimensão, integra ensino, pesquisa e extensão e desenvolve e produz conhecimentos articulados com outros construídos ao longo da graduação e na prática profissional, no caso do aluno que já atua na educação escolar.

O projeto de estágio será operacionalizado em conjunto com os docentes e escolas-campo de estudo. Abrangerá momentos de estudo, pesquisa e diagnóstico da escola campo de estudo, especialmente de seu projeto político-pedagógico, momentos de co-participação e momentos de intervenção pedagógica. Estes momentos, embora correspondam a etapas dispostas cronologicamente no Plano de Estudos, não são estanques, mas se entrecruzam e se complementam.

O entendimento da escola onde se efetua o estágio, como campo de estudo, instaura uma nova forma de articulação, na qual a escola deixa de ser passiva e passa a partilhar do processo de formação, inclusive na (re) construção do projeto de estágio.

Buscar-se-á também a oficialização da participação das escolas-campo, seja individualmente (caso das particulares), seja através de convênios com os órgãos descentralizados da SEED, os Núcleos Regionais de Educação de Umarama e das regiões abrangidas e com as secretarias municipais de educação. Priorizar-se-á a rede pública, sendo que as escolas privadas, inclusive o Colégio Centro de Educação Global – Ensino Pré-Escolar e de 1º e 2º Graus Regular, também serão locais do estágio. Atividades e projetos não-formais poderão ser realizados em outros locais, tais como em instituições não-governamentais (O.N.Gs).

As modalidades Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos farão parte do projeto acadêmico de estágio, assim como os diferentes turnos de funcionamento.

A sistemática de supervisão envolverá tanto o Instituto como a escola campo-de-estudo. Assume-se como tarefa da agência formadora o envolvimento de todos os professores, sob coordenação de um responsável pela Prática de Ensino com a incumbência de preparar a(s) escola(s) – campo, promover discussão conjunta para a elaboração da proposta de estágio, e seu acompanhamento, avaliação e eventuais reformulações. Os professores-colaboradores e a equipe pedagógica da escola também participam da supervisão do estágio. Fichas de avaliação e relatórios descritivos, portfólio e outros serão instrumentos para o registro do desempenho dos estagiários.

O estágio curricular desenvolver-se-á de acordo com Regulamento próprio para cada curso, elaborado segundo as normas previstas na legislação vigente e em conformidade com o Regulamento Geral do Estágio Supervisionado.

2.8 ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES

No contexto da sociedade atual, marcada pela multiplicidade de informações e pela rapidez das transformações, o ensino tradicional e de estrutura rígida das instituições de ensino superior é colocado em cheque. A flexibilização curricular é, hoje, mais do que nunca, uma imposição, como meio para superar a visão restritiva do conhecimento encontrada em currículos extremamente rígidos e fechados.

Os projetos pedagógicos dos Cursos da Faculdade Global de Umuarama, com a finalidade de possibilitar maior flexibilização dos currículos, prevêm para sua integralização o cumprimento pelos acadêmicos de uma carga de atividades complementares.

Os objetivos da inserção dessas atividades são: promover a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade; intensificar a articulação da Instituição com a comunidade externa de modo a permitir que, por meio de um maior número de conexões entre campos do saber, as mudanças sociais sejam incorporadas ao processo de formação dos acadêmicos; e propiciar meios de atender a individualidade e subjetividade do aluno, uma vez que ele poderá optar por diferentes atividades.

Minuta de regulamento geral das Atividades Acadêmicas Complementares fazem parte deste Projeto.

2.9 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

A Instituição propiciará todas as condições necessárias ao bom desenvolvimento dos trabalhos de conclusão de curso, devido à relevância que estes assumem na tarefa de despertar e aguçar o espírito pesquisador dos alunos e intensificar as relações entre teoria e prática e entre a Instituição e a comunidade. O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) será objeto de regulamento próprio, que atenderá à concepção curricular do Projeto Pedagógico do Curso a que está afeto e aos pressupostos a seguir colocados.

Atividade curricular de caráter obrigatório para a conclusão do Curso, o TCC será respaldado pelas atividades de estágio supervisionado e por disciplinas e seminários integrantes do Plano de Estudos do Curso, especialmente pela disciplina Introdução à Pesquisa Educacional.

O acadêmico deverá desenvolver um projeto com tema de sua escolha, sendo estimulado ao estudo de questões relevantes da área educacional, levantadas nas escolas que se constituírem como campo de estágios.

Os objetivos do Trabalho Final de Curso são tanto formativos como avaliativos, uma vez que ele, por um lado, possibilita ao aluno enriquecer e consolidar seus conhecimentos e, por outro lado, permite-lhe demonstrar habilidades e competências adquiridas no Curso, fornecendo valiosos indicadores para avaliação, principalmente de seu preparo para o desempenho profissional.

O trabalho terá a orientação de um docente do Curso, que, uma vez assumida a responsabilidade, deverá acompanhar e avaliar todas as etapas do processo, desde a elaboração do pré-projeto até a avaliação final. O aluno poderá contar com co-orientador, não necessariamente um docente do Curso.

A avaliação do TCC será processual, culminando na apresentação final por meio de defesa oral pública perante banca examinadora composta pelo orientador do aluno e mais dois professores.

2.10 AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM

A avaliação do processo ensino-aprendizagem obedecerá ao Regimento Interno, cujas principais determinações são sintetizadas a seguir.

A avaliação, entendida como um processo contínuo de obtenção de informações, análise e interpretação da ação educativa, deverá subsidiar as ações de orientação ao aluno, visando à melhoria de seu desempenho, à sua autonomia intelectual e à certificação de estudos. O processo avaliativo deverá fornecer indicadores que levem à melhoria da atuação discente, da atuação docente e do currículo dos cursos e da Instituição, constituindo-se em instrumento para:

- apurar competências, habilidades e atitudes já dominadas pelo aluno;
- verificar os avanços e dificuldades do aluno no processo de apropriação e recriação do conhecimento;
- conscientizar o aluno sobre seus avanços e dificuldades, desenvolvendo sua capacidade de auto-avaliação;
- verificar o desempenho final do aluno, com vistas à certificação de estudos.

Nessa perspectiva, o processo avaliativo integra o currículo de forma sistemática, contínua e abrangente, devendo considerar, especialmente:

- a definição clara das competências, habilidades e atitudes desejadas;
- a especificação de critérios quantitativos e qualitativos, com preponderância dos últimos;
- a diversificação de instrumentos e técnicas de avaliação;
- a assimilação progressiva de conhecimentos por parte do aluno;
- a capacidade de aplicação dos conhecimentos em trabalhos individuais ou coletivos, teóricos ou práticos;
- seu papel no desenvolvimento da atitude de auto-avaliação por parte do aluno, visando à sua autonomia em relação ao processo de aprendizagem;
- seu papel na orientação do trabalho dos docentes, realimentando a ação pedagógica, fornecendo subsídios para a recuperação de estudos.

A verificação da aprendizagem deverá ser feita por meio de diferentes formas de avaliação, que assegurem o desenvolvimento de atitude de auto-avaliação no aluno e a integração entre este e o docente na discussão dos resultados.

Dessa forma, respeitados o projeto pedagógico do curso e a natureza dos conteúdos, a avaliação poderá compreender:

- observação diária pelos professores;
- trabalhos de pesquisa individual ou coletiva;

- provas escritas ou orais;
- entrevistas e depoimentos;
- resoluções de exercícios;
- resoluções de situações-problema, reais ou simuladas, envolvendo inclusive conteúdos interdisciplinares;
- participação em experimentos ou projetos;
- relatórios referentes a trabalhos ou visitas técnicas;
- participação em seminários, debates ou similares;
- trabalhos práticos;
- defesas de monografias;
- estudo de casos;
- registros reunidos em portfólios, dossiês ou outros;
- outras formas que atendam às peculiaridades didático-pedagógicas de cada conteúdo.

Compete ao professor responsável pela disciplina ou componente curricular elaborar e aplicar os instrumentos de avaliação e, em atividades interdisciplinares, aos professores cujas disciplinas estiverem envolvidas. A avaliação dos seminários, oficinas e projetos curriculares será feita pelo professor ou conjunto de professores sob cuja responsabilidade eles se encontrem, sendo objeto de registro semestral. A avaliação do Estágio Supervisionado e a avaliação do Trabalho Final de Curso verificar-se-ão de acordo com os regulamentos desses componentes curriculares.

De qualquer forma, o sistema e instrumentos a serem utilizados deverão ser explicitados previamente aos alunos.

Considerando o caráter formativo da avaliação, o Regimento estabelece a obrigatoriedade da recuperação de estudos, a qual é entendida como elemento essencial e constante no processo de construção do conhecimento.

Para que ocorra de modo satisfatório, devem os docentes, a partir da ação educativa desencadeada e subsidiados por dados evidenciados pelas diferentes formas de avaliações, criar situações de aprendizagem novas e desafiadoras.

O Regimento Interno estabelece dessa forma os pressupostos da avaliação da aprendizagem. O Gestor Pedagógico terá a incumbência de garantir que estes sejam respeitados pelo corpo docente, de forma a garantir um sistema coerente e democrático, embasado na própria concepção de currículo e de ensino que se tem, com fulcro no aluno e na sua caminhada na conquista do conhecimento.

3 - CURSO DE PEDAGOGIA: LICENCIATURA EM: ED. INFANTIL, ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E GESTÃO EDUCACIONAL.

CONCEPÇÃO, FINALIDADES E OBJETIVOS DO CURSO

No Brasil, o curso de Pedagogia, ao longo de sua história, teve definido como seu objeto de estudo e finalidade precípuos os processos educativos em escolas e em outros ambientes, sobremaneira a educação de crianças nos anos iniciais de escolarização, além da gestão educacional. Merece ser salientado que, nas primeiras propostas para este curso, a ele se atribuiu o “estudo da forma de ensinar”. Regulamentado pela primeira vez, nos termos do Decreto-Lei nº 1.190/1939, foi definido como lugar de formação de “técnicos em educação”.

Estes eram, à época, professores primários que realizavam estudos superiores em Pedagogia para, mediante concurso, assumirem funções de administração, planejamento de currículos, orientação a professores, inspeção de escolas, avaliação do desempenho dos alunos e dos docentes, de pesquisa e desenvolvimento tecnológico da educação, no Ministério da Educação, nas secretarias dos estado e dos municípios.

A padronização do curso de Pedagogia, em 1939, é decorrente da concepção normativa da época, que alinhava todas as licenciaturas ao denominado “esquema 3+1”, pelo qual era feita a formação de bacharéis nas diversas áreas das Ciências Humanas, Sociais, Naturais, Letras, Artes, Matemática, Física, Química. Seguindo este esquema, o curso de Pedagogia oferecia o título de bacharel, a quem cursasse três anos de estudos em conteúdos específicos da área, quais sejam fundamentos e teorias educacionais; e o título de licenciado que permitia atuar como professor, aos que, tendo concluído o bacharelado, cursassem mais um ano de estudos, dedicados à Didática e à Prática de Ensino. O então curso de Pedagogia dissociava o campo da ciência Pedagogia, do conteúdo da Didática, abordando-os em cursos distintos e tratando-os separadamente. Ressalta-se, ainda, que aos licenciados em Pedagogia também era concedido o registro para lecionar Matemática, História, Geografia e Estudos Sociais, no primeiro ciclo do ensino secundário.

A dicotomia entre bacharelado e licenciatura levava a entender que no bacharelado se formava o pedagogo que poderia atuar como técnico em educação e, na licenciatura, formavase o professor que iria lecionar as matérias pedagógicas do Curso Normal de nível secundário, quer no primeiro ciclo, o ginásial - normal rural, ou no segundo. Com o advento da Lei nº 4.024/1961 e a regulamentação contida no Parecer CFE nº 251/1962, manteve-se o esquema 3+1, para o curso de Pedagogia. Em 1961, fixara-se o currículo mínimo do curso de bacharelado em Pedagogia, composto por sete disciplinas indicadas pelo CFE e mais duas escolhidas pela instituição. Esse mecanismo centralizador da organização curricular pretendia definir a especificidade do bacharel em Pedagogia e visava manter uma unidade de conteúdo, aplicável como critério para transferências de alunos, em todo o território nacional.

Regulamentada pelo Parecer CFE nº 292/1962, a licenciatura previa o estudo de três disciplinas: Psicologia da Educação, Elementos de Administração Escolar, Didática e Prática de Ensino, esta última em forma de Estágio Supervisionado. Mantinha-se, assim, a dualidade, bacharelado e licenciatura em Pedagogia, ainda que, nos termos daquele Parecer, não devesse haver a ruptura entre conteúdos e métodos, manifesta na estrutura curricular do esquema 3+1.

A Lei da Reforma Universitária nº 5.540, de 1968, facultava à graduação em Pedagogia, a oferta de habilitações: Supervisão, Orientação, Administração e Inspeção Educacional, assim como outras especialidades necessárias ao desenvolvimento nacional e às peculiaridades do mercado de trabalho.

Em 1969, o Parecer CFE nº 252 e a Resolução CFE nº 2, que dispunham sobre a organização e o funcionamento do curso de Pedagogia, indicavam como finalidade do curso preparar profissionais da educação assegurando possibilidade de obtenção do título de especialista, mediante complementação de estudos. A Resolução CFE nº 2/1969 determinava que a *formação de professores para o ensino normal e de especialistas para as atividades de orientação, administração, supervisão e inspeção*, fosse feita no curso de graduação em Pedagogia, de que resultava o grau de licenciado. Como licenciatura, permitia o registro para o exercício do magistério nos cursos normais, posteriormente denominados magistério de 2º grau e, sob o argumento de que “quem pode o mais pode o menos” ou de que “quem prepara o professor primário tem condições de ser também professor primário”, permitia o magistério nos anos iniciais de escolarização.

No processo de desenvolvimento social e econômico do país, com a ampliação do acesso à escola, cresceram as exigências de qualificação docente, para orientação da aprendizagem de crianças e adolescentes das classes populares, que traziam, para dentro das escolas, visões de mundo diversas e perspectivas de cidadania muito mais variadas. De outra parte, a complexidade organizacional e pedagógica, proporcionada pela democratização da vida civil e da gestão pública, também trouxe novas necessidades para a gestão escolar, com funções especializadas e descentralizadas, maior autonomia e responsabilidade institucional. Logo, a formação para a docência, para cargos de direção, assessoramento às escolas e aos órgãos de administração dos sistemas de ensino foi valorizada, inclusive nos planos de carreira. Em todas estas atividades os licenciados em Pedagogia provaram qualificação.

Atentas às exigências do momento histórico, já no início da década de 1980, várias universidades efetuaram reformas curriculares, de modo a formar, no curso de Pedagogia, professores para atuarem na Educação Pré-escolar e nas séries iniciais do Ensino de 1º Grau. Como sempre, no centro das preocupações e das decisões, estavam os processos de ensinar, aprender, além do de gerir escolas.

O curso de Pedagogia, desde então, vai amalgamando experiências de formação inicial e continuada de docentes, para trabalhar tanto com crianças quanto com jovens e adultos. Apresenta, hoje, notória diversificação curricular, com uma gama ampla de habilitações para além da docência no Magistério das Matérias Pedagógicas do então 2º Grau, e para as funções designadas como especialistas. Por conseguinte, ampliam-se disciplinas e atividades curriculares dirigidas à docência para crianças de 0 a 5 e de 6 a 10 anos e oferecem-se diversas ênfases nos percursos de formação dos graduandos em Pedagogia, para contemplar, entre muitos outros temas: educação de jovens e adultos; a educação infantil; a educação na cidade e no campo; a educação dos povos indígenas; a educação nos remanescentes de quilombos; a educação das relações étnico-raciais; a inclusão escolar e social das pessoas com necessidades especiais, dos meninos e meninas de rua; a educação a distância e as novas tecnologias de informação e comunicação aplicadas à educação; atividades educativas em instituições não-escolares, comunitárias e populares. É nesta realidade que se pretende intervir com estas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Pedagogia.

Para tal, importa considerar a evolução das trajetórias de profissionalização no magistério das séries iniciais do Ensino de 1º Grau. Durante muitos anos, a maior parte dos que pretendiam graduar-se em Pedagogia eram professores primários, com alguma ou muita experiência em sala de aula. Assim, os professores das escolas normais, bem como boa parte dos primeiros supervisores, orientadores e administradores escolares haviam aprendido, na vivência do dia-a-dia como docentes, sobre os processos nos quais pretendiam vir a influir, orientar, acompanhar, transformar. À medida que o curso de Pedagogia foi se tornando lugar preferencial para a formação de docentes das séries iniciais do Ensino de 1º Grau, bem como da Pré-Escola, crescia o número de estudantes sem experiência docente e formação prévia para o exercício do magistério. Essa situação levou os cursos de Pedagogia a enfrentarem, nem sempre com sucesso, a problemática do equilíbrio entre formação e exercício profissional, bem como a desafiante crítica de que os estudos em Pedagogia dicotomizavam teoria e prática.

Em consequência, o curso de Pedagogia passou a ser objeto de severas críticas, que destacavam o tecnicismo na educação, fase em que os termos pedagogia e pedagógico passaram a ser utilizados apenas em referência a aspectos metodológicos do ensino e organizativos da escola. Alguns críticos do curso de Pedagogia e das licenciaturas em geral, entre eles docentes sem ou com pouca experiência em trabalho nos anos iniciais de escolarização, entretanto responsáveis por disciplinas “fundamentais” destes cursos, entendiam que a prática teria menor valor. Ponderavam que estudar processos educativos, entender e manejar métodos de ensino, avaliar, elaborar e executar planos e projetos, selecionar conteúdos, avaliar e elaborar materiais didáticos eram ações menores. Já outros críticos, estudiosos de práticas e de processos educativos, desenvolveram análises, reflexões e propostas consistentes, em diferentes perspectivas, elaborando corpos teóricos e encaminhamentos práticos. Fundamentavam-se na concepção de Pedagogia como práxis, em face do entendimento que tem a sua razão de ser na articulação dialética da teoria e da prática. Sob esta perspectiva, firmaram a compreensão de que a Pedagogia trata do campo teórico-investigativo da educação, do ensino e do trabalho pedagógico que se realiza na práxis social.

O movimento de educadores, em busca de um estatuto epistemológico para a Pedagogia, contou com adeptos de abordagens até contraditórias. Disso resultou uma ampla concepção acerca do curso de Pedagogia incluída a de que a docência, nas séries iniciais do Ensino de 1º Grau e também na Pré-Escola, passasse a ser a área de atuação do egresso do curso de Pedagogia, por excelência. Desde 1985, é bastante expressivo o número de instituições em todo o país que oferecem essas habilitações na graduação.

O reconhecimento dos sistemas e instituições de ensino sobre as competências e o comprometimento dos Licenciados em Pedagogia, habilitados para o magistério na Educação Infantil e no início do Ensino Fundamental é evidente, inclusive pelo quantitativo de formadas (os) e formandas(os) em Pedagogia, em diferentes habilitações, que se dirigem ao Conselho Nacional de Educação (CNE) para solicitar apostilamento em seus diplomas, com vistas ao exercício da docência nestas etapas. A justificativa para essa solicitação é a de que os estudos feitos para a atuação em funções de gestão tanto administrativa quanto pedagógica de instituições de ensino, como para o planejamento, execução, acompanhamento e avaliação de processos educativos escolares ou não, tiveram suporte importante de conhecimentos sobre a docência nos anos iniciais do Ensino Fundamental e na Educação Infantil.

Coincidentemente, tem crescido o número de licenciados em outras áreas do conhecimento, buscando formação aprofundada na área de gestão de instituições e de sistemas de ensino, em especial, por meio de cursos de especialização. Sem desconhecer a contribuição dos cursos de Pedagogia, para a formação destes profissionais e de pesquisadores na área, não há como sustentar que esta seja exclusiva do Licenciado em Pedagogia. Por isso, há que se ressaltar a importância de, a partir de agora, pensar a proposta de formação dos especialistas em Educação, em nível de pós-graduação, na trilha conceptual do curso de Pedagogia como aqui explicitada.

Com uma história construída no cotidiano das instituições de ensino superior, não é demais enfatizar que o curso de graduação em Pedagogia, nos anos 1990, foi se constituindo como o principal *locus* da formação docente dos educadores para atuar na Educação Básica: na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental. A formação dos profissionais da educação, no curso de Pedagogia, passou a constituir, reconhecidamente, um dos requisitos para o desenvolvimento da Educação Básica no País.

Enfatiza-se ainda que grande parte dos cursos de Pedagogia, hoje, tem como objetivo central a formação de profissionais capazes de exercer a docência na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nas disciplinas pedagógicas para a formação de professores, assim como para a participação no planejamento, gestão e avaliação de estabelecimentos de ensino, de sistemas educativos escolares, bem como organização e desenvolvimento de programas não-escolares. Os movimentos sociais também têm insistido em demonstrar a existência de uma demanda ainda pouco atendida, no sentido de que os estudantes de Pedagogia sejam também formados para garantir a educação, com vistas à inclusão plena, dos segmentos historicamente excluídos dos direitos sociais, culturais, econômicos, políticos.

- **Finalidade do Curso de Pedagogia**

Estas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia ancoram-se na história do conhecimento em Pedagogia, na história da formação de profissionais e de pesquisadores para a área de Educação, em que se incluem, entre outras empenhadas em equidade, as experiências de formação de professores indígenas¹. Ancoram-se também no avanço do conhecimento e da tecnologia na área, assim como nas demandas de democratização e de exigências de qualidade do ensino pelos diferentes segmentos da sociedade brasileira.

Constituem-se, conforme os Pareceres CNE/CES nos 776/1997, 583/2001 e 67/2003, que tratam da elaboração de diretrizes curriculares, isto é, de orientações normativas destinadas a apresentar princípios e procedimentos a serem observados na organização institucional e curricular. Visam a estabelecer bases comuns para que os sistemas e as instituições de ensino possam planejar e avaliar a formação acadêmica e profissional oferecida, assim como acompanhar a trajetória de seus egressos, em padrão de qualidade reconhecido no País.

As Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia aplicam-se à formação inicial para o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio de modalidade Normal e em cursos de Educação Profissional, na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos. A formação oferecida abrangerá, integradamente à docência, a participação da gestão e avaliação de sistemas e instituições de ensino em geral, a elaboração, a execução, o acompanhamento de programas e as atividades educativas.

Na organização do curso de Pedagogia, dever-se-á observar, com especial atenção: os princípios constitucionais e legais; a diversidade sociocultural e regional do país; a organização federativa do Estado brasileiro; a pluralidade de idéias e de concepções pedagógicas, a competência dos estabelecimentos de ensino e dos docentes para a gestão democrática.

Na aplicação destas Diretrizes Curriculares, há de se adotar, como referência, o respeito a diferentes concepções teóricas e metodológicas próprias da Pedagogia e àquelas oriundas de áreas de conhecimento afins, subsidiárias da formação dos educadores, que se qualificam com base na docência da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Assim concebida, a formação em Pedagogia inicia-se no curso de graduação, quando os estudantes são desafiados a articular conhecimentos do campo educacional com práticas profissionais e de pesquisa, estas sempre planejadas e supervisionadas com a colaboração dos estudantes. Tais práticas compreendem tanto o exercício da docência como o de diferentes funções do trabalho pedagógico em escolas, o planejamento, a coordenação, a avaliação de práticas educativas em espaços não-escolares, a realização de pesquisas que apóiem essas práticas. Nesta perspectiva, a consolidação da formação iniciada terá lugar no exercício da profissão que não pode prescindir da qualificação continuada.

A educação do licenciado em Pedagogia deve, pois, propiciar, por meio de investigação, reflexão crítica e experiência no planejamento, execução, avaliação de atividades educativas, a aplicação de contribuições de campos de conhecimentos, como o filosófico, o histórico, o antropológico, o ambiental-ecológico, o psicológico, o lingüístico, o sociológico, o político, o econômico, o cultural. O propósito dos estudos destes campos é nortear a observação, análise, execução e avaliação do ato docente e de suas repercussões ou não em aprendizagens, bem como orientar práticas de gestão de processos educativos escolares e não-escolares, além da organização, funcionamento e avaliação de sistemas e de estabelecimentos de ensino.

- **Princípios**

O graduando em Pedagogia trabalha com um repertório de informações e habilidades composto por pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, cuja consolidação será proporcionada pelo exercício da profissão, fundamentando-se em interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética. Este repertório deve se constituir por meio de múltiplos olhares, próprios das ciências, das culturas, das artes, da vida cotidiana, que proporcionam leitura das relações sociais e étnico-raciais, também dos processos educativos por estas desencadeados.

Para a formação do licenciado em Pedagogia é central o conhecimento da escola como uma organização complexa que tem a função social e formativa de promover, com equidade, educação para e na cidadania. É necessário que saiba, entre outros aspectos, que entre os povos indígenas, a escola se constitui em forte mecanismo de desenvolvimento e valorização das culturas étnicas e de sustentabilidade econômica, territorial das comunidades, bem como de articulação entre as organizações tradicionais indígenas e o restante da sociedade brasileira.

Também é central, para essa formação, a proposição, realização, análise de pesquisas e a aplicação de resultados, em perspectiva histórica, cultural, política, ideológica e teórica, com a finalidade, entre outras, de identificar e gerir, em práticas educativas, elementos mantenedores, transformadores, geradores de relações sociais e étnico-raciais que fortalecem ou enfraquecem identidades, reproduzem ou criam novas relações de poder.

Tais processos e os conhecimentos neles produzidos, de um lado espera-se que contribuam para o periódico redimensionamento das condições em que educadores e educandos participam dos atos pedagógicos em que são implicados. De outro lado, espera-se que forneçam informações para políticas destinadas à Educação Infantil, aos anos iniciais do Ensino Fundamental, bem como à formação de professores e de outros educadores para essas etapas de escolarização. Políticas essas que busquem garantir, a todos, o direito à educação de qualidade, em estabelecimentos devidamente instalados e equipados, gerida por profissionais qualificados e valorizados.

Finalmente é central a participação na gestão de processos educativos, na organização e funcionamento de sistemas e de instituições de ensino, com a perspectiva de uma organização democrática, em que a co-responsabilidade e a colaboração são os constituintes maiores das relações de trabalho e do poder coletivo e institucional, com vistas a garantir iguais direitos, reconhecimento e valorização das diferentes dimensões que compõem a diversidade da sociedade, assegurando comunicação, discussão, crítica, propostas dos diferentes segmentos das instituições educacionais escolares e não-escolares.

Com efeito, a pluralidade de conhecimentos e saberes introduzidos e manejados durante o processo formativo do licenciado em Pedagogia sustenta a conexão entre sua formação inicial, o exercício da profissão e as exigências de educação continuada. O mesmo ocorre com a formação de outros licenciados, o que mostra a conveniência de uma base comum de formação entre as licenciaturas, de modo a, no plano institucional, derivar em atividades de extensão e de pós-graduação, das quais formandos ou formados das diferentes áreas venham juntos participar.

Entende-se que a formação do licenciado em Pedagogia fundamenta-se no trabalho pedagógico realizado em espaços escolares e não-escolares, que tem a docência como base.

Nesta perspectiva, a docência é compreendida como ação educativa e processo pedagógico metódico e intencional, construído em relações sociais, étnico-raciais e produtivas, as quais influenciam conceitos, princípios e objetivos da Pedagogia.

Desta forma, a docência, tanto em processos educativos escolares como não-escolares, não se confunde com a utilização de métodos e técnicas pretensamente pedagógicos, descolados de realidades históricas específicas. Constitui-se na confluência de conhecimentos oriundos de diferentes tradições culturais e das ciências, bem como de valores, posturas e atitudes éticas, de manifestações estéticas, lúdicas, laborais.

• **Objetivo do Curso de Pedagogia**

O curso de Licenciatura em Pedagogia destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

As atividades docentes também compreendem participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, englobando:

- planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do setor da Educação;
- planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos e experiências educativas não-escolares;
- produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não-escolares.

3.2 PERFIL PROFISSIONAL

Para traçar o perfil do egresso do curso Pedagogia, há de se considerar que:

- o curso de Pedagogia trata do campo teórico-investigativo da educação, do ensino, de aprendizagens e do trabalho pedagógico que se realiza na práxis social;
- a docência compreende atividades pedagógicas inerentes a processos de ensino e de aprendizagens, além daquelas próprias da gestão dos processos educativos em ambientes escolares e não-escolares, como também na produção e disseminação de conhecimentos da área da educação;
- os processos de ensinar e de aprender dão-se, em meios ambiental-ecológicos, em duplo sentido, isto é, tanto professoras(es) como alunas(os) ensinam e aprendem, uns com os outros;
- o professor é agente de (re)educação das relações sociais e étnico-raciais, de redimensionamentos das funções pedagógicas e de gestão da escola.

Desse ponto de vista, o perfil do graduado em Pedagogia deverá contemplar consistente formação teórica, diversidade de conhecimentos e de práticas, que se articulam ao longo do curso. Assim sendo, o campo de atuação do licenciado em Pedagogia deve ser composto pelas seguintes dimensões:

- docência na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nas disciplinas pedagógicas do curso de Ensino Médio na modalidade Normal, assim como em Educação Profissional, na área de serviços e apoio escolar, além de em outras áreas nas quais conhecimentos pedagógicos sejam previstos;
- gestão educacional, entendida numa perspectiva democrática, que integre as diversas atuações e funções do trabalho pedagógico e de processos educativos escolares e não-escolares, especialmente no que se refere ao planejamento, à administração, à coordenação, ao acompanhamento, à avaliação de planos e de projetos pedagógicos, bem como análise, formulação, implementação, acompanhamento e avaliação de políticas públicas e institucionais na área de educação;
- produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico do campo educacional.

Por conseguinte, o egresso do curso de Pedagogia deverá estar apto a:

- atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;
- compreender, cuidar e educar crianças de zero a cinco anos, de forma a contribuir, para o seu desenvolvimento nas dimensões, entre outras, física, psicológica, intelectual, social;
- fortalecer o desenvolvimento e as aprendizagens de crianças do Ensino Fundamental, assim como daqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;
- trabalhar, em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo;
- reconhecer e respeitar as manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais e afetivas dos educandos nas suas relações individuais e coletivas;
- aplicar modos de ensinar diferentes linguagens, Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes, Educação Física, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano, particularmente de crianças;

- relacionar as linguagens dos meios de comunicação aplicadas à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas;

- promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;

- identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras;

- demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras;

- desenvolver trabalho em equipe, estabelecendo diálogo entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento;

- participar da gestão das instituições em que atuem enquanto estudantes e profissionais, contribuindo para elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico;

- participar da gestão das instituições em que atuem planejando, executando, acompanhando e avaliando projetos e programas educacionais, em ambientes escolares e não-escolares;

- realizar pesquisas que proporcionem conhecimentos, entre outros: sobre seus alunos e alunas e a realidade sociocultural em que estes desenvolvem suas experiências não-escolares; sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental-ecológicos; sobre propostas curriculares; e sobre a organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas;

- utilizar, com propriedade, instrumentos próprios para construção de conhecimentos pedagógicos e científicos;

- estudar, aplicar criticamente as diretrizes curriculares e outras determinações legais que lhe caiba implantar, executar, avaliar e encaminhar o resultado de sua avaliação às instâncias competentes;

No caso dos professores indígenas e de professores que venham a atuar em escolas indígenas, dada a particularidade das populações com que trabalham, das situações em que atuam, sem excluir o acima explicitado, deverão:

- promover diálogo entre conhecimentos, valores, modos de vida, orientações filosóficas, políticas e religiosas próprias à cultura do povo indígena junto a quem atuam e os provenientes da sociedade majoritária;

- atuar como agentes interculturais, com vistas a valorização e o estudo de temas indígenas relevantes.

Essas mesmas orientações se aplicam à formação de professores para escolas de remanescentes de quilombos ou que se caracterizem por receber populações de etnias e culturas específicas.

3.3 JUSTIFICATIVA PARA O CURSO PROPOSTO

O Curso de Pedagogia- licenciatura - justifica-se pela exigência legal de que os profissionais da educação escolar, com atuação nos anos iniciais do Ensino Fundamental devam ter formação em nível superior, preferentemente, com graduação plena, exigência esta a ser cumprida até 2007. Considere-se ainda que, mesmo esgotado o prazo legal, é preciso ofertar a formação neste nível para atender a novas demandas.

Justifica-se também pela complexificação dos processos de formação que estão a exigir mais tempo de preparação, dadas as contribuições teóricas para a área de formação, assim como as especificidades da etapa da Educação Infantil, das modalidades da Educação de Jovens e Adultos e da Educação Especial.

Na região de abrangência da Faculdade Global de Umuarama, a demanda por professores da Educação Básica é grande e apresenta curva ascendente, em virtude principalmente do aumento populacional da região, relacionado ao intenso progresso econômico, como se demonstra a seguir.

3.4 O ESTADO DO PARANÁ

Pelo trabalho de seu povo, aliado às boas condições climáticas, o Estado do Paraná está se firmando como centro de excelência em vários setores da economia, distinguindo-se também pela busca de melhoria da qualidade de vida de sua população.

As soluções encontradas pelo Estado têm produzido saltos qualitativos nas cidades e no campo, representando avanços significativos na luta para assegurar, na diversidade de cada uma das regiões do Estado, padrões de vida aceitáveis numa sociedade democrática.

O perfil econômico do Paraná assemelha-se ao dos países mais desenvolvidos. Sendo um dos Estados que mais contribuem para as exportações brasileiras, em 1998 exportou US\$ 4,2 bilhões dos US\$ 47,7 bilhões registrados pela balança comercial do país.

O setor de serviços lidera a economia do Estado. É responsável por mais de 60% de um Produto Interno Bruto (PIB) que ostenta uma taxa de crescimento anual superior a todas as médias nacionais: mais de 5%.

Em segundo lugar, encontra-se o setor industrial, com participação de 25,5%, seguido pela agropecuária, com 12,6%.

Maior produtor brasileiro de energia elétrica, o Estado é o centro geográfico de um excepcional mercado emergente, formado pelos países da América do Sul. Rodovias, ferrovias, portos e aeroportos formam uma base sólida a partir da qual o Paraná se apresenta como um dos Estados mais competitivos do Mercosul.

Numa faixa de 1.300 quilômetros em torno do seu território, onde estão os maiores centros econômicos do Brasil e as capitais dos países do Mercosul, vive uma população que representa um mercado de 200 milhões de consumidores potenciais. Somado, o PIB desta região chega a US\$ 1 trilhão.

Mais importante do que esses indicativos da economia é a consciência do povo paranaense da necessidade de construir um modelo de desenvolvimento com foco na qualidade de vida. Sabe-se que há ainda um longo caminho a percorrer para estender esta qualidade a toda a população. Nessa tarefa, a educação assume um papel fundamental. Embora muito tenha sido feito pela expansão e melhoria da rede escolar, há muito ainda a fazer com a finalidade de cumprir o preceito institucional de garantir uma boa educação básica a toda a população.

3.5 O MUNICÍPIO DE UMUARAMA

3.5.1 Colonização da Região

Umuarama é capítulo de uma epopéia idealizada na Inglaterra por um grupo de homens que almejavam grandes realizações, concretizadas pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, em longos anos de lutas sustentadas em meio às mais variadas adversidades.

Em 1924, o técnico em agricultura e reflorestamento da Comissão Inglaterra Montagu, Lord Lovat, veio ao Brasil e numa das viagens exigidas por suas funções, chegou ao Norte do Paraná.

Com o intuito de desbravar aquela imensa região, Lovat organizou a "Brasil Plantations", empresa que adquiriu no Leste paranaense duas fazendas e iniciou o plantio de algodão. Posteriormente efetuou mais algumas compras de direitos particulares e concessionárias, resultando num total de 515 mil alqueires de ricas terras florestais.

A Companhia abriu um escritório nessas terras e passou a dedicar-se com especial atenção à exploração e estudo do povoamento, iniciando a construção das primeiras rodovias de acesso e saída da região.

Levando a Companhia adiante, esse grupo conseguiu, enfim, concretizar os planos dos antigos donos, fazendo a região se desenvolver, redistribuindo as terras, organizando fazendas de café e engordas de gado, dando surgimento a várias cidades. Em vista de tantas melhorias efetuadas, a Companhia passou a ser chamada, em 1951, Companhia Melhoramentos Norte do Paraná.

3.5.2 Fundação do Município

A Companhia Melhoramentos Norte do Paraná no seu crescente desenvolvimento atingiu a região denominada "Cruzeiro", onde se processou a colonização de uma área de 30 mil alqueires de propriedade de terceiros, entregues à Companhia para colonização. Da Gleba Cruzeiro surgiu Umuarama.

A fundação de Umuarama está intimamente ligada à inauguração dos primeiros escritórios da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. No lugar exato onde funcionava o escritório dessa Companhia, em 26 de junho de 1955, foi instalada a Prefeitura da recém fundada cidade.

O nome Umuarama tem origem num hotel da cidade de Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo e significa, em língua indígena: "Lugar onde os amigos se reúnem".

3.5.3 Umuarama: Capital da Amizade

A Capital da Amizade - assim denominada em virtude do significado de Umuarama: lugar onde os amigos se encontram – conta hoje com mais de 90 mil habitantes, sendo a segunda maior cidade do Noroeste do Paraná.

Centro universitário, Umuarama tem hoje o perfil de cidade de porte médio, com grande crescimento.

A ponte Guaíra – Mundo Novo abriu importante canal de comunicação rodoviária, constituindo-se em elo entre os centros produtores de grãos e o Porto de Paranaguá.

3.5.4 Aspectos Econômicos

Pólo regional de comércio e serviços de trinta e dois municípios e cidades em pleno desenvolvimento, Umuarama é a capital da pecuária de corte com o maior rebanho do Paraná, apresentando-se também como a maior bacia leiteira do Estado.

Na vanguarda das atividades econômicas, hoje se encontram a Construção Civil (maior taxa de crescimento vertical do Estado em 1998), a avicultura e o setor supermercadista.

A indústria apresenta grande desenvolvimento, principalmente nos setores de transformação de alimentos, confecções, produtos alimentícios, móveis, metalurgia, artefatos de madeira, couro, cimento e pedras ornamentais.

A cidade também é centro de referência na área médica e hospitalar, com 7 hospitais e mais de 50 clínicas médicas.

Em 1997, Umuarama ficou em primeiro lugar, entre os maiores municípios do Paraná, em número de empregos gerados, segundo a CAGED – Cadastro Geral da União, do Ministério do Trabalho. Foram gerados, no Município, 6,6% do total de empregos com carteira assinada entre janeiro e julho deste ano. O saldo positivo – admissões menos demissões – foi de 2,4 mil empregos, sem considerar o mercado informal, sem carteira assinada.

O comércio, a construção civil, serviços e indústria de transformação saíram na frente. De janeiro a novembro, foram criadas 289 novas empresas comerciais, 66 indústrias, 35 firmas de prestação de serviços e 153 negócios autônomos, segundo o registro de alvarás do município. São, no total 613 novas unidades geradoras de emprego e renda.

O incentivo à industrialização tem apresentado resultados positivos, como a reativação do Abatedouro de Aves Averama, gerando mais de 200 empregos na indústria e até 700 em aviários do município e da região.

Na produção de seda, um compromisso assinado com a Kanebo Silk do Brasil, segunda maior produtora de fios de seda do Paraná traz a perspectiva de investimentos de porte, com a instalação de uma unidade de produção de fios de seda em Umuarama que deverá empregar de 200 a 300 pessoas nos próximos três anos. No campo, a ampliação da sericicultura deve garantir renda para 1.300 famílias.

3.5.5 Agricultura

Um dos maiores municípios paranaenses, com uma área de 1.232,005 km², Umuarama conta com 3.200 propriedades rurais. A diversificação agropecuária com ocupação de pastos degradados e terras improdutivas por lavouras de grãos vem transformando o perfil econômico do município e de toda a região.

Recursos financeiros, insumos e equipamentos agrícolas entregues, gratuitamente ou a preços subsidiados, permitem aos pequenos produtores rurais de Umuarama desenvolver a produção de algodão, café, amoreira – bicho da seda, milho, soja, pupunha e hortifrutigranjeiros.

A reativação da Central de Abastecimento e a criação da Feira Noturna do Produtor reanimaram o setor de hortifrutigranjeiros, reforçando a renda das famílias e gerando mais empregos no campo.

As culturas de café e soja vêm sendo alvo de incentivos que estão apresentando excelentes resultados.

Programa oficial vem promovendo a retomada da produção cafeeira no município, por meio da distribuição de milhões de mudas de café a baixo custo. Este processo vem marcando toda a região Noroeste com a implantação das lavouras de café adensado em pequenas propriedades.

A cultura da soja vem se desenvolvendo com resultados promissores. O Programa de Arrendamento de Terras – PATER está revolucionando a ocupação do solo na região. Lançado em março de 1997, e com a primeira safra colhida em março de 1998, o programa provou que o plantio direto no arenito é viável, garantindo boa produtividade.

Outras vantagens são a recuperação do solo através do plantio alternado com a rotação de pastos, a geração de riqueza e renda, os benefícios ao meio ambiente por conta do controle biológico e uso de maior número de máquinas.

Hoje, outros municípios da região e cooperativas seguem os passos do programa. A sua repercussão leva a crer que a região polarizada por Umuarama pode se transformar em uma das novas fronteiras da soja no país.

3.5.6 Localização Geográfica

O Município de Umuarama está localizado no Noroeste do Estado. Está localizado no 3º Planalto Paranaense ou Planalto de Guarapuava é o Município pólo da 11ª Microrregião Homogênea do Estado do Paraná.

Umuarama ocupa uma posição de destaque no cenário da integração econômica através do Mercado Comum do Cone Sul – Mercosul. As pontes rodoviárias de Guairá – Mundo Novo e do Porto Camargo ligam a região polarizada por Umuarama à região Centro Oeste do País, ao Paraguai e à Argentina.

O asfaltamento da estrada Boiadeira, que passará por Umuarama, cria um novo tronco de transporte rodoviário para a região Noroeste. A habilitação do Aeroporto Orlando de Carvalho para vôos noturnos se inscreve nesta mesma política, orientada para a conquista de uma ligação aérea diária com a capital do Estado e com outras cidades.

Atualmente o Município de Umuarama possui os Distritos de Serra dos Dourados, Santa Elisa, Roberto Silveira e Lovat. E ainda os Patrimônios de São Sebastião do Oeste (Vila Nova Jerusalém) e Vila Nova União.

Os limites do Município de Umuarama são: Perobal, Cruzeiro do Oeste, Ivaté, Maria Helena, Mariluz, Douradina, Xambrê, Vila Alta, Icaraíma e Cafezal do Sul.

3.5.7 Dados Educacionais

Em conseqüência do desenvolvimento econômico, o crescimento populacional de Umuarama e municípios circunvizinhos apresenta uma pronunciada curva ascendente que, de acordo com as tendências regionais, deve acentuar-se nos próximos anos. A este crescimento corresponde naturalmente um expressivo aumento na demanda por educação.

Em relação à educação básica, tanto a rede oficial de ensino, como a privada, têm-se expandido consideravelmente. A cada ano, aumentam as oportunidades educacionais, com a criação e ampliação de escolas e com facilidades oferecidas à população como a disponibilização de ônibus que garantem o acesso às escolas a moradores de regiões que não as possuem.

Em relação ao ensino superior, a região conta com Universidade Paranaense - UNIPAR que atrai para a cidade grande número de professores, profissionais e estudantes de todo o Estado e de estados vizinhos, como Mato Grosso do Sul e São Paulo, e também do Paraguai.

Apesar dessa expansão, Umuarama e os municípios vizinhos não se diferenciam muito de outras regiões do Estado do Paraná em relação ao atendimento às demandas educacionais tanto de educação básica, como de educação superior. Embora se tenham verificado avanços, grande parte da população permanece carente de oportunidades educacionais.

No que concerne à demanda de professores com formação superior para atuar na educação básica, há que se mencionar que, devido a vários fatores, esta se mantém em constante elevação, tornando seu atendimento uma prioridade da política educacional municipal, como também da estadual e da nacional. As deficiências da escolarização básica no país são históricas, quer em relação à quantidade, quer em relação à qualidade. A elas correspondem as deficiências também de natureza quantitativa e qualitativa da formação dos profissionais encarregados dessa etapa escolar, hoje ampliada com a inclusão da educação infantil e do ensino médio.

Em atendimento às pressões sociais, econômicas e política que se intensificaram sobremaneira nos últimos anos, as autoridades governamentais, de um modo geral, estão empenhadas em ampliar a rede escolar. Se, por um tempo longo demais, a preocupação das autoridades de ensino primou por esgotar-se no âmbito quantitativo, ficando a qualidade de ensino na esfera da utopia, hoje se percebem indícios de mudanças. Pode-se afirmar que há consenso na compreensão da necessidade de uma boa educação básica para toda a população, condição sine qua non para a construção de uma sociedade cidadã. E uma boa educação básica pressupõe uma boa formação dos profissionais dela encarregados.

Umuarama com seus distritos e os municípios por ela polarizados estão dentro desse contexto, com ofertas escolares sempre aquém das demandas da população, tanto em quantidade como em qualidade. A proposta da Faculdade Global de Umuarama vem como resposta às necessidades regionais de professores que possam atuar com competência nesse mercado hoje representado por aproximadamente sessenta mil alunos matriculados nas escolas municipais e estaduais.

Municípios Jurisdicionados ao NRE – Umuarama

Altônia – Cafezal do Sul – Douradina – Alto Piquiri – Cruzeiro do Oeste – Esperança Nova – Francisco Alves – Icaraíma – Iporã – Ivaté – Maria Helena – Nova Olímpia – Perobal – Pérola – São Jorge do Patrocínio – Vila Alta – Xambê.

Total de Alunos matriculados em Umuarama e região: 58.195

Total da Rede Municipal: 20.920

Total da Rede Estadual: 37.275

Número de Escolas: 234

Rede Particular: 30

Rede Municipal: 121

Rede Estadual: 83

Transporte Escolar

O Setor de Transporte Escolar do Município atende atualmente em média de 6.150 alunos, sendo 2.650 para as Escolas e Colégios Estaduais; 2.900 alunos para o Curso de Computação – CETEC e 650 alunos para as Escolas Municipais.

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Umuarama

3.5.8 Umuarama em números

População total	90.398
Área territorial do município	1.232,000
Estabelecimentos comerciais	1.150
Prestadores de serviço	2.534
Estabelecimentos industriais	537
Parques Industriais (área total de 815.204,00 m²)	4
Consumo de Energia - Anual 2000 (nwh)	127079
Total de Propriedades Rurais	3.565
Tipo de Solo	Arenito Caiuá
Agências bancárias	12
Agências de Correios/ franqueadas	2
Hospitais	7
Clínicas especializadas	54
Médicos	145
Hotéis	22
Restaurantes	42
Cinema	1
Shoppings	2
Escolas municipais	33
Escolas estaduais	23
Agências de turismo	10
Imobiliárias	17
Cursos superiores	38
Anfiteatros (1.760 lugares)	4
Auditórios	17
Ginásios de Esportes	12
Emissoras de rádio (Am e Fm)	5
Estádio de futebol	1
Ginásios de esportes	10
Receptoras de canais (UHF/VHF)	4
TV a Cabo (38 canais)	1
Clubes sociais	5
Rebanho bovino (em cabeças)	148.418 região 1.391.061
Número de municípios da Microrregião	32
Associação municipalista	Amerios – Assoc. dos Municípios Entre-Rios
Classificação por Localização (seguros)	Classe 3
Nº de Árvores na Cidade	100.000- aprox.
Provedoras da Internet	3
Fórum	6 Juízes, 7 Promotores e 9 Cartórios.

Fontes: Secretarias municipais de Indústria e Comércio; Agricultura e Meio Ambiente; Educação, Cultura e Esporte; Associação Comercial e Industrial (Aciu).

Aspectos Sócio-Econômicos

Produto Interno Bruto (em dólares)

PIB Municipal	328.478.079,00
PIB per capita	3.515,00

Divisão do PIB municipal

Agropecuária	Indústria	Serviços	Comércio
33.626.596,57	96.963.799,15	180.215.255,14	32.700.095,06

Divisão Administrativa

Número de Distritos – 4	Lovat, Roberto Silveira, Santa Eliza e S. dos Dourados
Limites Município	Cafezal do Sul, Cruzeiro, Icaraima, Ivaté, Maria Helena, Mariluz, Vila Alta e Xambê.

Participação no Ranking Paranaense

SETORES	REGIÃO	POSIÇÃO	MUNICÍPIO	POSIÇÃO
Indústria	5,2%	6º	1,16%	14º
Varejo	4,0%	4º	1,21%	9º
Atacado	3,9%	6º	1,00%	15º
Serviços	3,1%	8º	0,08%	11º

Fontes- Sedu/Seid

3.6 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

3.6.1 *Histórico do processo de construção curricular*

O curso de Pedagogia oferecerá formação para o exercício integrado e indissociável da docência, da gestão dos processos educativos escolares e não-escolares, da produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico do campo educacional.

Sendo a docência a base da formação oferecida, os seus egressos recebem o grau de Licenciados(as) em Pedagogia, com o qual fazem jus a atuar como docentes na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental e em disciplinas pedagógicas dos cursos de nível médio, na modalidade Normal e de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras em que disciplinas pedagógicas estejam previstas, no planejamento, execução e avaliação de programas e projetos pedagógicos em sistemas e unidades de ensino, e em ambientes não-escolares.

O projeto pedagógico circunscreverá áreas ou modalidades de ensino que proporcionem aprofundamento de estudos, sempre a partir da formação comum da docência na Educação Básica e com objetivos próprios do curso de Pedagogia. Conseqüentemente, dependendo das necessidades e interesses locais e regionais, neste curso, poderão ser, especialmente, aprofundadas questões que devem estar presentes na formação de todos os educadores, relativas, entre outras, a educação a distância; educação de pessoas com necessidades educacionais especiais; educação de pessoas jovens e adultas, educação étnicoracial; educação indígena; educação nos remanescentes de quilombos; educação do campo; educação hospitalar; educação prisional; educação comunitária ou popular. O aprofundamento em uma dessas áreas ou modalidade de ensino específico será comprovado, para os devidos fins, pelo histórico escolar do egresso, não configurando de forma alguma uma habilitação.

A organização curricular do curso de Pedagogia, da Faculdade Global de Umuarama, observará, com especial atenção, os princípios constitucionais e legais; a diversidade social, étnico-racial e regional do País; a organização federativa do Estado brasileiro; a pluralidade de idéias e concepções pedagógicas; o conjunto de competências dos estabelecimentos de ensino e dos docentes, previstas nos arts. 12 e 13 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e o princípio da gestão democrática e da autonomia. Igual atenção deve ser conferida às orientações contidas no Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001), no sentido de que a formação de professores, nas suas fases inicial e continuada, contemple a educação dos cidadãos(ãs), tendo em vista uma ação norteada pela ética, justiça, dialogicidade, respeito mútuo, solidariedade, tolerância, reconhecimento da diversidade, valorização das diferentes culturas, e suas repercussões na vida social, de modo particular nas escolas, dando-se especial atenção à educação das relações de gênero, das relações étnico-raciais, à educação sexual, à preservação do meio ambiente articuladamente à da saúde e da vida, além de outras questões de relevância local, regional, nacional e até mesmo internacional.

Por conseguinte, na aplicação destas diretrizes curriculares, há que se adotar como princípio o respeito e a valorização de diferentes concepções teóricas e metodológicas, no campo da Pedagogia e das áreas de conhecimento integrantes e subsidiárias à formação de educadores. Este preceito é denotativo da formação acadêmico-científica de qualidade e ensejará a contribuição do Licenciado em Pedagogia na definição do projeto pedagógico das instituições, nos sistemas de ensino e atividades sociais em que atuar, consoante aos princípios constitucionais e legais anteriormente enunciados.

Considerações Metodológicas

A organização curricular do curso de Pedagogia da Faculdade Global de Umuarama oferecerá um núcleo de estudos básicos, um de aprofundamentos e diversificação de estudos e outro de estudos integradores que propiciem, ao mesmo tempo, amplitude e identidade institucional, relativas à formação do licenciado. Compreenderá, além das aulas e dos estudos individuais e coletivos, práticas de trabalho pedagógico, as de monitoria, as de estágio curricular, as de pesquisa, as de extensão, as de participação em eventos e em outras atividades acadêmico-científicas, que alarguem as experiências dos estudantes e consolidem a sua formação.

A estrutura do curso de Pedagogia da Faculdade Global de Umuarama, constituir-se-á de:

- um *núcleo de estudos básicos* que, sem perder de vista a diversidade e a multiculturalidade da sociedade brasileira, por meio do estudo acurado da literatura pertinente e de realidades educacionais, de reflexão e ações críticas, articulará:
 - a) aplicação de princípios, concepções e critérios oriundos de diferentes áreas do conhecimento, com pertinência ao campo da Pedagogia, que contribuam para o desenvolvimento das pessoas, das organizações e da sociedade;
 - b) aplicação de princípios da gestão democrática em espaços educativos;
 - c) observação, análise, planejamento, implementação e avaliação de processos educativos e de experiências educacionais, em ambientes escolares e nãoescolares;
 - d) utilização de conhecimento multidimensional sobre o ser humano, em situações de aprendizagem;
 - e) aplicação, em práticas educativas, de conhecimentos de processos de desenvolvimento de crianças, adolescentes, jovens e adultos, nas dimensões: física, cognitiva, afetiva, estética, cultural, lúdica, artística, ética e biossocial;

- f) realização de diagnóstico sobre necessidades e aspirações dos diferentes segmentos da sociedade, relativamente à educação, sendo capaz de identificar diferentes forças e interesses, de captar contradições e de considerá-lo nos planos pedagógico e de ensino-aprendizagens, no planejamento e na realização de atividades educativas;
 - g) planejamento, execução e avaliação de experiências que considerem o contexto histórico e sociocultural do sistema educacional brasileiro, particularmente, no que diz respeito à Educação Infantil, aos anos iniciais do Ensino Fundamental e à formação de professores e de profissionais na área de serviços e apoio escolar;
 - h) estudo da Didática, de teorias e metodologias pedagógicas, de processos de organização do trabalho docente, de teorias relativas à construção de aprendizagens, socialização e elaboração de conhecimentos, de tecnologias da informação e comunicação e de diversas linguagens;
 - i) decodificação e utilização de códigos de diferentes linguagens utilizadas por crianças, além do trabalho didático com conteúdos, pertinentes aos primeiros anos de escolarização, relativos à Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História e Geografia, Artes, Educação Física;
 - j) estudo das relações entre educação e trabalho, diversidade cultural, cidadania, sustentabilidade, entre outras problemáticas centrais da sociedade contemporânea;
 - k) atenção às questões atinentes à ética, à estética e à ludicidade, no contexto do exercício profissional, em âmbitos escolares e não-escolares, articulando o saber acadêmico, a pesquisa, a extensão e a prática educativa;
 - l) estudo, aplicação e avaliação dos textos legais relativos à organização da educação nacional.
- um *núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos* voltado às áreas de atuação profissional priorizada pelo projeto pedagógico e que, atendendo a diferentes demandas sociais, oportunizará, entre outras possibilidades:
 - a) investigações sobre processos educativos e gestoriais, em diferentes situações institucionais-escolares, comunitárias, assistenciais, empresariais, outras;
 - b) avaliação, criação e uso de textos, materiais didáticos, procedimentos e processos de aprendizagem que contemplem a diversidade social e cultural da sociedade brasileira;
 - c) estudo, análise e avaliação de teorias da educação, a fim de elaborar propostas educacionais consistentes e inovadoras.

- um *núcleo de estudos integradores* que proporcionará enriquecimento curricular e compreenderá:
 - a) participação em seminários e estudos curriculares, em projetos de iniciação científica, monitoria e extensão, diretamente orientados pelo corpo docente da instituição de Educação Superior;
 - b) participação em atividades práticas, de modo a propiciar aos estudantes vivências, nas mais diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamentos e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos;
 - c) atividades de comunicação e expressão cultural.

Os núcleos de estudos deverão proporcionar aos estudantes, concomitantemente, experiências cada vez mais complexas e abrangentes de construção de referências teórico-metodológicas próprias da docência, além de oportunizar a inserção na realidade social e laboral de sua área de formação. Por isso, as práticas docentes deverão ocorrer ao longo do curso, desde seu início.

A dinamicidade do projeto pedagógico do curso de Pedagogia deverá ser garantida por meio da organização de atividades acadêmicas, tais como: iniciação científica, extensão, seminários, monitorias, estágios, participação em eventos científicos e outras alternativas de caráter científico, político, cultural e artístico.

O estudo dos clássicos, das teorias educacionais e de questões correlatas, geradas em diferentes contextos, nacionais, sociais, culturais devem proporcionar, aos estudantes, conhecer a pluralidade de bases do pensamento educacional. Este estudo deverá possibilitar a construção de referências para interpretar processos educativos, que ocorram dentro e fora das instituições de ensino, para planejar, implementar e avaliar processos pedagógicos, comprometidos com a aprendizagem significativa, e para participar da gestão de sistemas e de instituições escolares e não-escolares.

Os estudos das metodologias do processo educativo não se descuidarão de compreender, examinar, planejar, pôr em prática e avaliar processos de ensino e de aprendizagem, sempre tendo presente que tanto quem ensina, como quem aprende, sempre ensina e aprende conteúdos, valores, atitudes, posturas, procedimentos que se circunscrevem em instâncias ideológicas, políticas, sociais, econômicas e culturais. Em outras palavras, não há como estudar processos educativos, na sua relação ensinar-aprender, sem explicitar o que se quer ensinar e o que se pretende aprender.

Esses estudos deverão, pois, se articular com os fundamentos da prática pedagógica, buscando estabelecer uma relação dialógica entre quem ensina e quem aprende.

O projeto pedagógico do curso de Pedagogia da FGU deverá contemplar, fundamentalmente: a compreensão dos processos de formação humana e das lutas históricas nas quais se incluem as dos professores, por meio de movimentos sociais; a produção teórica, da organização do trabalho pedagógico; a produção e divulgação de conhecimentos na área da educação que instigue o Licenciado em Pedagogia a assumir compromisso social.

Nessa perspectiva, tem que se destacar a importância desses profissionais conhecerem as políticas de educação inclusiva e compreenderem suas implicações organizacionais e pedagógicas, para a democratização da Educação Básica no país. A inclusão não é uma modalidade, mas um princípio do trabalho educativo.

Inclusão e atenção às necessidades educacionais especiais são exigências constitutivas da educação escolar, como um todo. Por conseguinte, os professores deverão sentir-se sempre desafiados a trabalhar com postura ética e profissional, acolhendo os alunos que demonstrem qualquer tipo de limitação ou deficiência que:

- os impeçam de realizar determinadas atividades;
- os levem a apresentar dificuldades extremamente acentuadas para a realização de determinadas atividades;
- requeiram meios não convencionais ou não utilizados por todos os demais alunos para alcançar determinados objetivos curriculares, ou, ainda;
- realizar apenas parcialmente determinadas atividades. Por isso, sobremaneira, os Licenciados em Pedagogia, uma vez que atuarão na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, níveis do sistema educacional que vêm abrigando maior número de pessoas com necessidades especiais, deverão ser capazes de perceber e argumentar sobre e pela qualidade da formação humana e social em escolas e organizações, incentivando para que haja a convivência do conjunto da sociedade, na sua diversidade, em todos os ambientes sociais.

Destaca-se da mesma forma a relevância das investigações sobre as especificidades de como crianças aprendem nas diversas etapas de desenvolvimento, especialmente as de zero a três anos em espaços que não os da família. A aprendizagem dessas crianças difere daquelas entre 7 e 10 anos; elas se manifestam por meio de linguagens próprias à faixa etária, e em decorrência há especificidades nos modos como aprendem. Estudos vêm demonstrando que o desconhecimento dessas particularidades, entre outras, tem gerado procedimentos impróprios e até de violência às linguagens e necessidades do educando. Daí decorre a exigência precípua de o curso de Pedagogia examinar o modo de realizar trabalho pedagógico, para a educação da infância a partir do entendimento de que as crianças são produtoras de cultura e produzidas numa cultura, rompendo com uma visão da criança como um “vir a ser”.

É importante ainda considerar, que nos anos iniciais do Ensino Fundamental os alunos devem ser introduzidos nos códigos instituídos da língua escrita e da linguagem matemática com a finalidade de desenvolverem o seu manejo. Desta forma, o Licenciado em Pedagogia precisa conhecer processos de letramento, modos de ensinar a decodificação e a codificação da linguagem escrita, de consolidar o domínio da linguagem padrão e das linguagens da matemática.

Merece, igualmente, destaque a exigência de uma sólida formação teórico-prática e interdisciplinar do Licenciado em Pedagogia, a qual exigirá, conforme mencionado anteriormente, desde o início do curso, a familiarização com o exercício da docência e da organização e gestão pedagógica, a participação em pesquisas educacionais, as opções de aprofundamento de estudos e a realização de trabalhos que permitam ao graduando articular, em diferentes oportunidades, idéias e experiências, explicitando reflexões, analisando e interpretando dados, fatos, situações, dialogando com os diferentes autores e teorias estudados.

Torna-se imprescindível que, no decorrer de todo o curso, os estudantes e seus professores pesquisem, analisem e interpretem fundamentos históricos, políticos e sociais de processos educativos; aprofundem e organizem didaticamente os conteúdos a ensinar; compreendam, valorizem e levem em conta ao planejar situações de ensino, processos de desenvolvimento de crianças, adolescentes, jovens e adultos, em suas múltiplas dimensões: física, cognitiva, afetiva, estética, cultural, lúdica, artística, ética e biossocial; planejem estratégias visando a superação das dificuldades e problemas que envolvem a Educação Básica.

- **Duração dos Estudos**

A definição da carga horária do curso da FGU considerou, sobretudo, a evidente complexidade de sua configuração, que se traduz na multi-referencialidade dos estudos que engloba, bem como na formação para o exercício integrado e indissociável da docência, da gestão dos processos educativos escolares e não-escolares, da produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico do campo educacional. Em face do objetivo atribuído ao curso de Pedagogia da FGU e ao perfil do egresso, a sua carga horária será de no mínimo 3.280 horas de efetivo trabalho acadêmico, com a seguinte distribuição:

- 2.860 horas dedicadas às atividades formativas como assistência a aulas, realização de seminários, participação na realização de pesquisas, consultas a bibliotecas e centros de documentação, visitas a instituições educacionais e culturais, atividades práticas de diferente natureza, participação em grupos cooperativos de estudos;

- 320 horas dedicadas ao Estágio Supervisionado prioritariamente em Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto pedagógico da instituição;

- 100 horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos alunos, por meio, da iniciação científica, da extensão e da monitoria.

Os estudantes desenvolverão seus estudos mediante:

- *disciplinas, seminários e atividades de natureza predominantemente teórica* que farão a introdução e o aprofundamento de estudos, entre outros, sobre teorias educacionais, situando processos de aprender e ensinar historicamente e em diferentes realidades socioculturais e institucionais que proporcionem fundamentos para a prática pedagógica, a orientação e apoio a estudantes, gestão e avaliação de projetos educacionais, de instituições e de políticas públicas de Educação;

- *práticas de docência e gestão educacional* que ensejem aos graduandos a observação e acompanhamento, a participação no planejamento, na execução e na avaliação de aprendizagem, do ensino, de projetos pedagógicos, tanto em escolas como em outros ambientes educativos;

- *atividades complementares* envolvendo o planejamento e o desenvolvimento progressivo do Trabalho de Curso, atividades de monitoria, de iniciação científica e de extensão, diretamente orientadas por membro do corpo docente da instituição de educação superior decorrentes ou articuladas às disciplinas, áreas de conhecimentos, seminários, eventos científico-culturais, estudos curriculares, de modo a propiciar vivências em algumas modalidades e experiências, entre outras, e opcionalmente, a educação de pessoas com necessidades especiais, a educação do campo, a educação indígena, a educação em remanescentes de quilombos, em organizações não-governamentais, escolares e não-escolares públicas e privadas;

- *estágio curricular* que deverá ser realizado, ao longo do curso, em Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, em disciplinas pedagógicas dos cursos de nível médio, na modalidade Normal e/ou de Educação Profissional na área de serviços e de apoio escolar, ou ainda em modalidades e atividades como educação de jovens e adultos, grupos de reforço ou de fortalecimento escolar, gestão dos processos educativos, como: planejamento, implementação e avaliação de atividades escolares e de projetos, reuniões de formação pedagógica com profissionais mais experientes, de modo a assegurar aos graduandos experiência de exercício profissional, em ambientes escolares e não-escolares, que amplie e fortaleça atitudes éticas, conhecimentos e competências, conforme o previsto no projeto pedagógico do curso.

O estágio curricular pressupõe atividades pedagógicas efetivadas em um ambiente institucional de trabalho, reconhecido por um sistema de ensino, que se concretiza na relação interinstitucional, estabelecida entre um docente experiente e o aluno estagiário, com a mediação de um professor supervisor acadêmico. Deve proporcionar ao estagiário uma reflexão contextualizada, conferindo-lhe condições para que se forme como autor de sua prática, por meio da vivência institucional sistemática, intencional, norteada pelo projeto pedagógico da instituição formadora e da unidade campo de estágio.

Durante o estágio, o licenciando deverá proceder ao estudo e interpretação da realidade educacional do seu campo de estágio, desenvolver atividades relativas à docência e à gestão educacional, em espaços escolares e não-escolares, produzindo uma avaliação desta experiência e sua auto-avaliação.

A proposta pedagógica do curso de Pedagogia da Faculdade Global de Umuarama preverá mecanismos, que assegurem a relação entre o estágio e os demais componentes do currículo de graduação, visando à formação do Licenciado em Pedagogia.

Prática de Ensino

A prática de ensino permeia o Curso como um todo, abrangendo a carga horária, conforme legislação em vigor. A operacionalização desse componente curricular dar-se-á através das Oficinas Pedagógicas; dos Seminários com a finalidade de Orientação/Avaliação articulados à Pesquisa Educacional e ao Trabalho de Conclusão de Curso; e dos Projetos Pedagógicos referentes à etapa de atuação e ou modalidades que permeiam esta etapa, assim como os Projetos Pedagógicos com a finalidade de articulação entre a(s) etapas e a(s) modalidades de ensino.

As práticas de ensino por serem dinâmicas e flexíveis podem sofrer modificações ao longo do curso.

Seminários

Os Seminários serão obrigatórios e possuem objetivos distintos.

Os Seminários de Integração, de natureza disciplinar, distribuem-se ao longo dos cursos e têm o objetivo precípua de integrar as diversas licenciaturas numa formação básica comum sólida e afinada aos desafios da atual realidade nacional, articulando as diferentes etapas e interetapas da educação básica e suas modalidades. Propõe-se uma temática, a qual deve ser considerada como sugestão, uma vez que os temas devem fluir do próprio desenrolar do processo pedagógico.

A proposta é de que os seminários estejam preferencialmente atrelados às disciplinas comuns de cada período, devendo ter forte atuação na profissionalização do professor e na necessária reflexão em torno de problemas educacionais emergentes. Outra função importante dos seminários prende-se à iniciação à pesquisa, articulando-se ao Trabalho de Conclusão de Curso.

Articulam-se também aos estágios supervisionados, em diversos momentos, devendo propiciar espaço privilegiado de reflexão conjunta entre a comunidade acadêmica. São propostos, entre outros, os temas: As Licenciaturas Frente aos Desafios da Modernidade, A Ética, a Estética e a Política na Educação: Análise e Reflexão, A Pesquisa Educacional na Formação do Professor e Metodologia para Projetos Interdisciplinares.

Os Seminários de Integração têm a finalidade de articular os diferentes Cursos de Licenciatura na perspectiva de vivências integradas, visando à identificação da condição de profissionais do ensino de diferentes áreas do saber, modalidades e etapas da Educação Básica.

São momentos dos Seminários:

- Estabelecer temáticas de interesse comum para os docentes;
- Estudo e discussão;
- Sistematização das contribuições e encaminhamentos.

As referências bibliográficas contemplarão as temáticas estabelecidas além de outras que versem sobre a articulação entre etapas e a interdisciplinaridade, entre outras.

Os **Seminários de Orientação à Extensão, de Pesquisa Educacional e de Avaliação**, serão considerados atividades de Prática de Ensino.

Os **Seminários de Orientação à Pesquisa Educacional** têm por finalidade acompanhar os acadêmicos na elaboração, execução, redação e avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso. Estes podem articular, a exemplo dos Seminários de Integração os diferentes cursos, em determinadas fases.

As ementas dos Seminários são indicativas e incluem momentos de leitura, análise e discussão dos Projetos/Estudos Teóricos/Apresentações/Avaliação de Temas Comuns/ de Metodologias Comuns.

As referências bibliográficas contemplarão tanto a área de pesquisa em educação, como às relativas aos conteúdos pesquisados.

Os **Seminários de Avaliação** se destinam à avaliação dos Trabalhos de Conclusão de Curso e avaliação curricular tendo como finalidade maior criar uma cultura avaliativa no futuro profissional.

As ementas também são indicativas. Com relação ao Seminário de Avaliação dos Trabalhos de Conclusão de Curso, a partir de critérios estabelecidos na disciplina de Introdução à Pesquisa Educacional constantes de fichas de avaliação haverá apresentações, análises e sistematização das contribuições para efeito de melhoria e aperfeiçoamento do eixo da pesquisa e do próprio currículo do curso visando ao aperfeiçoamento do currículo.

O Seminário de Avaliação Curricular será estratégia para assegurar a participação de alunos/professores das diferentes disciplinas no processo de avaliação do currículo, devendo encaminhar de forma sistematizada para os responsáveis pela avaliação do Curso, as contribuições.

Projetos Pedagógicos

Os Projetos Pedagógicos, cuja elaboração estará articulada aos Fundamentos/Metodologias da etapa e/ou modalidade, terão a finalidade de subsidiar as intervenções na Prática Pedagógica formal e não formal, com prioridade para Educação Fundamental/Educação de Jovens e Adultos/Educação Especial, sendo que na Educação Infantil terão o objetivo de articulação. Priorizar-se-ão os projetos integrados.

As ementas serão indicativas, devendo contemplar: o levantamento de problemas/conteúdos de ensino das diferentes áreas do conhecimento e dos diferentes aspectos da vida cidadã, seleção de procedimentos metodológicos e de avaliação.

Proposta Pedagógica para os Estágios Supervisionados

Respeitadas as linhas básicas da proposta de Estágio Supervisionado para os cursos de Licenciatura, apresenta-se uma proposta de pré-operacionalização dos Estágios, considerando que cabe aos docentes e ao Coordenador de Estágio o detalhamento e a adequação diante da realidade.

Para 3º ano, estão previstos os momentos de discussão da Proposta da Instituição e a preparação dos estagiários, principalmente em relação à postura ética e política nos diferentes ambientes de estágio. Resgatar a história oral dos alunos que já são professores será um dos procedimentos. Cabe também discutir as Técnicas de Visita/Observação e os instrumentos de registro, avaliação e frequência.

Também será realizado no 3º ano uma pesquisa diagnóstica do espaço escolar - público ou particular, diurno ou noturno, urbano ou rural - voltado a Educação Infantil e no Ensino Fundamental/Séries Iniciais.

No 4º ano, propõe-se a atuação na perspectiva da co-participação/intervenção na Educação Infantil e no ensino Fundamental onde serão desenvolvidos oficinas e também irão relatar problemas relativos à organização, a estrutura e funcionamento, as atividades do cotidiano que devem ser acompanhadas como um todo(planejamento, reuniões pedagógicas, conselhos de classe, visitas, passeios, projetos, etc)

No 4º ano, agora no âmbito da docência, abrangerá projetos de intervenção, contemplando as áreas de conhecimento, incluindo a modalidade de Educação de Jovens e Adultos e atuação nas Escolas Inclusivas.

Em todos os semestres, serão efetivadas avaliações, com a elaboração de relatórios parciais, os quais, no conjunto, comporão o Relatório Final, articulado ao Projeto de Conclusão de Curso. Far-se-á a avaliação do Estágio Curricular como um todo.

Considerando-se a legislação vigente, os alunos que já atuam no magistério, poderão pleitear aproveitamento de experiências profissionais, podendo ser dispensados de parte das atividades do Estágio e não necessariamente passarão por todas as etapas e atividades previstas. De acordo com as regras institucionais, um trabalho de reflexão sobre a prática objeto de aproveitamento deverá ser realizado, de forma a evidenciar o enriquecimento teórico do aluno profissional. A socialização dessas experiências deverá constituir-se em elemento enriquecedor do curso como um todo.

Com relação à natureza das atividades de Prática de Ensino, conforme legislação do Conselho Nacional de Educação, serão consideradas também as atividades de planejamento/elaboração de materiais/avaliação entre outras, realizadas no espaço da agência formadora.

Plano de Estudos

1.º ANO

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
Leitura e Produção de Texto	80
Desenvolvimento e Saúde Humana	80
Informática Educacional	80
Introdução à Pesquisa Educacional	100
Psicologia da Educação	80
Fundamentos Sócio-Antropológicos da Educação I	80
Política da Organização Escolar da Educação Básica	80
Literatura Infantil	80
Comunicação e Tecnologia em Educação	80
Seminário de Integração	20
Prática de Ensino	40
TOTAL DO ANO	800

2º ANO

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
História da Educação I	80
Psicologia da Educação Escolar Multidisciplinar	80
Filosofia da Educação I	80
Fundamentos Sócio-Antropológicos da Educação II	80
Pesquisas e Projetos na Prática Pedagógica	80
Metodologia do Ensino da Arte	80
Metodologia do Ensino de Educação Física	80
Prática Avaliativa na Educação Multidisciplinar	80
Fundamentos e Trabalho Pedagógico na Educação Infantil	80
Fundamentos e Metodologia da Matemática	80
Seminário de Integração	20
Prática de Ensino	20
TOTAL DO ANO	840

3º ANO

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
Fundamentos e Metodologia do Ensino de História	80
História da Educação II	80
Filosofia da Educação II	80
Tarefas Pedagógicas, Docência e Recursos Didáticos	80
Fundamentos da Educação Especial	80
Fundamentos da Educação de Jovens e Adultos	80
Fundamentos e Metodologia da Língua Portuguesa	80
Didática	80
Estágio Supervisionado I	160
Seminário de Integração	20
Prática de Ensino	20
TOTAL DO ANO	840

4.º ANO

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
Fundamentos e Metodologia das Ciências Naturais	80
Gestão Pedagógica Curricular na Educação Multidisciplinar	80
Princípios e Métodos de Gestão	80
Trabalho Pedagógico na Educação não Escolar	80
Políticas Educacionais	80
Fundamentos e Metodologia do Ensino de Geografia	80
Trabalho de Conclusão de Curso - TCC	120
Seminário de Integração	20
Prática de Ensino	20
Estágio Supervisionado II	160
TOTAL DO ANO	800

Plano de Estudos incluindo 100 horas-aula de Prática de Ensino e 320 horas-aula de Estágio Supervisionado	3.200
Atividades Acadêmicas Complementares	80
TOTAL GERAL	3.280

3.6.7 EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS

EMENTA:

Texto e textualidade: abordagem teórico-prática. Visão crítica da relação sujeito-texto em suas diferentes interfaces. Leitura e leitura do mundo. O texto e a (re)construção dos sentidos. Formas de organizar o texto. A coesão e a coerência textuais. Os requisitos lingüísticos e sua importância na redação de textos na variante culta. Leitura e produção de textos. Exame e investigação da realidade.

Bibliografia Básica:

- BAJARD, E. *Ler e dizer: compreensão e comunicação do texto escrito*. São Paulo: Cortez, 1994.
- FÁVERO, L. L. *Coesão e coerência textuais*. São Paulo: Ática, 1991.
- FERRARA, L. D. *Leitura sem palavras*. São Paulo: Ática, 1986.
- FIORIN, José Luiz. *Elementos de análise do discurso*. Coleção Repensando a Língua Portuguesa – Série Lingüística. São Paulo: Ed. Contexto (USP), 1990.
- KOCH, I. G. V.; TRAVAGLIA, L. C. *A coerência textual*. 4.ed. São Paulo: Contexto, 1992.

Bibliografia Complementar

- BAGNO, Marcos. *Preconceito lingüístico: como é, como se faz*. São Paulo: Loyola, 2000.
- CHARTIER, R. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- FARACO, Carlos A., TEZZA, Cristóvão. *Prática de Textos*. Editora Vozes, 1992.
- GARCIA, O. M. *Comunicação em prosa moderna*. 13.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986.
- KOCH, Ingedore Villaça. *A coesão textual*. Coleção Repensando a Língua Portuguesa – Série Lingüística. São Paulo: Ed. Contexto (USP), 1990.
- MANGUEL, A. *Uma história da leitura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- MARTINS, E. *Manual de redação e estilo*. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1990.
- MEDEIROS, J.B. *Português instrumental*. 2ª ed. São Paulo 1995 Atlas
- PERISSÉ, G. *Ler, pensar e escrever*. São Paulo: Arte & Ciência, 1996.
- POSSENTI, Sírio. *Discurso, estilo e subjetividade*. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- SERAFINI, M.T. *Como escrever textos*. 6ª ed. Trad. M. Bastos de Mattos. São Paulo: Globo, 1994.
- SEVERIANO, J. & MELLO, Z. *A canção no tempo: 85 anos de músicas brasileiras*. São Paulo: Editora 34, 1998.
- VAL, M. G. C. *Redação e textualidade*. 2.ed. S. Paulo: Martins Fontes, 1994

DESENVOLVIMENTO E SAÚDE HUMANA

Ementa:

Sociedade, educação e saúde. As bases biológicas do crescimento e do desenvolvimento humano. A dimensão neurobiológica na compreensão do processo ensino–aprendizagem. Educação para a saúde, para o lazer e a educação ambiental. Fracasso escolar: saúde e medicalização. Políticas de atendimento à saúde do escolar: exame e investigação da realidade escolar.

Bibliografia Básica:

- DAMÁSIO, A. *O erro de Descartes: emoção, razão e cérebro humano*. SP: Cia. Letras, 1996.
GOLEMAN, Daniel. *Inteligência emocional*. Tradução de Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995.
GUYTON, A. C. *Fisiologia Humana*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.
BIASE, Francisco di. *O homem holístico*. Petrópolis: Vozes, 1988.

Bibliografia Complementar

- BOFF, Leonardo. *Ecologia, mundialização e espiritualidade*. São Paulo: Ática, 1993.
BRASIL. Secretaria do Ensino Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais. Temas Transversais – Educação Ambiental e Saúde*. Brasília: MEC/SEF, 1997.
CHANGEUX, Jean-Pierre. *O homem neuronal*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1991.
COLL, Cesar et alli. *Desenvolvimento psicológico da educação: psicologia evolutiva*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1995, vol. 1.
DEL PRETTE, Zilda Aparecida Pereira (org.). *Psicologia escolar e educacional, saúde e qualidade de vida: Explorando fronteiras*. Campinas, São Paulo: Ed. Alínea, 2001.
GARDNER, Howard. *Inteligências múltiplas: a teoria na prática*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
MACHADO, Ângelo. *Neuroanatomia funcional*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan 1988.
PENTEADO, Heloísa. *Meio ambiente e formação de professores*. São Paulo: Cortez. 1994.

INFORMÁTICA EDUCACIONAL

Ementa:

Introdução. Histórico. Arquitetura básica do computador e principais dispositivos. Funcionamento do computador. Sistemas operacionais. Tipos de linguagem. Conceitos básicos de software e hardware. Sistema operacional Windows. Aplicativos: Editores de texto, Planilhas eletrônicas, Pacotes gráficos, Softwares de apresentação. Banco de dados e suas funções. Ferramentas de hipertexto e suas funções. Exame e investigação da realidade escolar.

Bibliografia básica:

- BOTT, E. *Dominando o essencial: Microsoft Office 97*, Rio de Janeiro, Campus, 1997.
BOTT, E. *Usando Windows 98*, Rio de Janeiro, Campus, 1999.
FERNANDES, Vicente Paz & YOUSSEF, Antonio Nicolau, *Informática e Sociedade*. São Paulo: Editora Ática, 1996.
JENNINGS, R. *Usando Microsoft Access 97*, Rio de Janeiro, Campus, 1997.

Bibliografia Complementar

- GALANTE, Terezinha Prado. *Inglês Básico para Informática*. São Paulo: Atlas, 1992 – 1 ex. Paulo: Polar, s.d.
MALONEY, E., Nossiter, I. *Dominando o Essencial, Microsoft Word 97*, Rio de Janeiro: Campus, 1997.
MARQUES, Cristina P.C., MATTOS, Maria Isabel L. de & TAILLE, Ives de La. *Computador e Ensino*. São Paulo: Editora Ática, 1997.
NORTON, P., *Introdução à Informática*, Editora Makron Books do Brasil, 1997.
PAPERT, Seymour. *A máquina das crianças: repensando a escola na era da informática*. Tradução de Sandra Costa. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
SCHAFF, Adam. *A sociedade informática*. São Paulo: UNESP/Brasiliense, 1993.

INTRODUÇÃO À PESQUISA EDUCACIONAL

Ementa:

Teorias e correntes do pensamento: abordagens sobre o conhecimento. A questão ideológica na produção do conhecimento científico. Desenvolvimento de atividade científica no trato de problemas de educação: compreendendo e teorizando a própria prática. A interação no tratamento das informações: o qualitativo e o quantitativo. Componentes e critérios para a elaboração do trabalho científico. Elaboração de um pré-projeto de intervenção para posterior execução. Exame e investigação da realidade escolar.

Bibliografia Básica:

- BAGNO, Marcos. Pesquisa na escola: o que é, como se faz. São Paulo: Loyola, 1998
- DEMO. P. Introdução à metodologia da Ciência. São Paulo. Atlas. 1987.
- _____. Metodologia Científica em Ciências Sociais. São Paulo: Atlas, 1981.
- _____. Pesquisa: princípio científico e educativo. São Paulo: Cortez, 1991.
- FAZENDA, I.A. A pesquisa em educação e as transformações do conhecimento. Campinas, SP: Papirus 1995.
- _____. (org) *Metodologias da pesquisa educacional*. São Paulo: Cortez. 1991.
- LAKATOS E.M. & Marconi, M.A. *Metodologia do trabalho científico*. 2 ed. São Paulo: Atlas. 1986.

Bibliografia Básica

- ASSMAR, Hugo. *Reencantar a educação*. Petrópolis. RJ: Vozes, 1998.
- BRANDÃO, C.R. *Pesquisa Participante*. São Paulo: Brasiliense. 1995.
- CARDOSO, C.R. (org). *A aventura antropológica. Teoria e Pesquisa*. São Paulo: Paz e Terra. 1986.
- GIL, Antonio C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo. Atlas. 1995.
- LAKATOS E.M. & Marconi, M.A. *Metodologia do trabalho científico*. 2 ed. São Paulo: Atlas. 1986.
- SEVERINO, A.J. *Metodologia do Trabalho científico*. 19 ed. São Paulo: Cortez. 1993.
- THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa ação*. São Paulo: 1989.

PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO

Ementa:

Histórico, conceito, objeto e objetivo da Psicologia e da Psicologia da Educação. Desenvolvimento e Aprendizagem. As principais teorias da aprendizagem e suas implicações para a prática docente. A afetividade no processo pedagógico. Contribuições da Psicopedagogia. As inteligências múltiplas e as repercussões na área educacional. A inteligência emocional. Exame e investigação da realidade escolar.

Bibliografia Básica:

- FIGUEIREDO, Luís Cláudio Mendonça. *Psicologia, uma introdução; uma visão histórica da psicologia como ciência*. São Paulo: EDUC., 1991.
- COLL, C. et all. *Desenvolvimento Psicológico e educação. V. III. Necessidades educativas especiais e a aprendizagem escolar*. Tradução: Marcos A. G. Domingues. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- VYGOTSKY, L. S. *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem*. Trad. Maria da Penha Villalobos. São Paulo: Ícone, 1988.

Bibliografia Complementar

- BIAGGIO, Ângela M. B. *Psicologia do desenvolvimento*. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 1988.
- COLL, C. *Desenvolvimento psicológico e educação: Psicologia Evolutiva. V. I*. Trad. Marcos A. G. Domingues. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- DAVIS e OLIVEIRA. *Psicologia na educação*. São Paulo: Cortez, 1994.
- GARDNER, Noward. *Inteligências múltiplas. A teoria na prática*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- GOLEMAN, Daniel. *Inteligência emocional*. Tradução de Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995.
- GOULART, I. B. *Piaget: experiências básicas para utilização pelo professor*. 8 ed., Petrópolis: Vozes, 1993.
- LEONTIEV, A. Vygotsky, L. S. Lúria, A. R. et all. *Psicologia e Pedagogia: Bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento*. Trad. Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Editora Moraes, 1991.
- TAILLE, Ives de L. et all. Vygotsky e Wallon: *Teorias Psicogenéticas em discussão*. 9 ed. São Paulo: Summus, 1992.
- VISCA, Jorge. *Psicopedagogia: novas contribuições*. Org. e Trad. Andréia Morais e Maria Isabel Guimarães. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.
- _____. *Pensamento e Linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

FUNDAMENTOS SÓCIO-ANTROPOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO I

Ementa:

A Antropologia e a Sociologia – ciências do homem. Conceitos e temas básicos de Sociologia e de Antropologia para a compreensão do fenômeno educativo. Natureza, Cultura, Estrutura e Diversidade das sociedades humanas. Educação e Sociedade Brasileira: Questões sócio-antropológicas na educação básica: exame e investigação da realidade escolar.

Bibliografia Básica:

LARAIA, Roque. *Cultura. Um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.
ROCHA, Everardo P. Guimarães. *O que é Etnocentrismo*. Ed. Brasiliense, pp. 7/22.
HASENBALG, C. et all. *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996.

Bibliografia Complementar

ARON, Raymond. *As etapas do pensamento sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
BELLAMY, Richard. *Liberalismo e sociedade moderna*. São Paulo: Unesp, 1994.
BOUDON, Raymond & BOURRICAUD, François. *Dicionário crítico de Sociologia*. São Paulo: Ática, 1993.
FREITAG, Bárbara. *Escola, Estado e Sociedade*. São Paulo, Moraes, 1989.
GONÇALVES, Luiz A. Oliveira e SILVA, Petronilha Beatriz. *O jogo das diferenças: o multiculturalismo e seus contextos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
HOBBSBAUN, Eric J. *A era das revoluções 1789 – 1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
IANNI, Octavio. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.
LAPTLANTINE, François. Introdução: o campo e a abordagem antropológicos. In *Aprender Antropologia*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
LÉVI-STRAUSS, C. Natureza e Cultura. In *Estruturas Elementares do Parentesco*. Petrópolis: Vozes, 1992.
LIMA, C. Licínia. *Organização escolar e democracia radical: Paulo Freire e a governação democrática da escola pública*. São Paulo: Cortez, 2000. (Col. Guia da escola cidadã; V. 4).
OLIVEIRA, Marta Koll de. *Wygotsky: aprendizado e desenvolvimento um processo sócio-histórico*. São Paulo: Scipione, 1997.
SANTOS, José Luis. *O que é cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
SINGER, P. *A formação da classe operária*. São Paulo: Atual, Campinas: UNICAMP, 1985.
SOUTO, Cláudio. *O que é pensar sociologicamente*. São Paulo: E. P. U. 1999.
THOMPSON, J.B. *Ideologia e Cultura Moderna: teoria social crítica na Era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis, RJ: Vozes. 1995.
WERNECK, C. *Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva*. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

POLÍTICAS DA ORGANIZAÇÃO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Ementa:

Política Nacional para a Educação Infantil e para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental. A organização estrutural e funcional do ensino dos anos iniciais do Ensino Fundamental. As funções de órgãos governamentais e das instituições. A questão da democratização e da seletividade escolar. A formação do profissional. Normas de organização e funcionamento para as instituições de ensino das séries iniciais do ensino fundamental. Exame e investigação da realidade escolar

Bibliografia Básica:

- BRASIL. Constituição de República Federativa do Brasil. São Paulo: Equipe Atlas, 1988.
COSTA, Marisa Vorraber (Org.) Escola Básica na virada do século: cultura, política e currículo. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.
DEMO, P. A. Nova LDB: Ranços e avanços. São Paulo: Papyrus, 1997.
OLIVEIRA, R. Portela de Oliveira (org). Política Educacional: impasses e alternativas. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1998.

Bibliografia Complementar

- BOTH, I.J. Municipalização de educação. São Paulo: Papyrus, 1997.
BRASIL. Lei nº. 9496/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.
BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069/90.
BRASIL, MEC. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília, 1997.
BRASIL. Secretaria do Ensino Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997.
BRZEZINSKI, I. (org).LDB Interpretada: diversos olhares se inter cruzam. São Paulo: Cortez, 1997.
CASTRO, C.M. Educação brasileira. Consertos e remendos. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
COSTA, Marisa Vorraber (Org.) Escola Básica na virada do século: cultura, política e currículo. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.
.DEMO, P. A. Nova LDB: Ranços e avanços. São Paulo: Papyrus, 1997.
GARCIA, W.R. (org). Educação brasileira contemporânea: Organização e funcionamento. São Paulo: MacGraw Hill do Brasil, 1978
.OLIVEIRA, R. Portela de Oliveira (org). Política Educacional: impasses e alternativas. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1998.
PARO, Vítor Henrique. Por dentro da escola pública. São Paulo: Xamã, 3ª. Ed., 2001.
PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – Apresentação de Vital Dionet. Brasília, 2000.
SAVIANI, D. *Educação brasileira: estrutura e sistema*. São Paulo: Autores Associados, 1996.
_____. *A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas*. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1997.
_____. *Política e Educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na legislação de ensino*. São Paulo: Cortez, 1999.
XAVIER, M.E.S.P. *Capitalismo e escola no Brasil*. São Paulo: Papyrus, 1997.

LITERATURA INFANTIL

Ementa:

A especificidade da literatura infantil e da literatura infanto-juvenil no contexto histórico da literatura. Funções da literatura e suas decorrentes concepções. Metodologia do ensino da literatura infantil e infanto-juvenil: o papel do professor. Os contos de fadas. O professor como contador de histórias. A Literatura na Educação de Jovens e Adultos. Manifestações da literatura oral. Realidade e fantasia. O humor, a poesia. Os tipos de livros. A ilustração. Exame e investigação da realidade escolar.

Bibliografia Básica:

- FOUCAMBERT, J. *A leitura em questão*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
PALO, Maria José. *Literatura infantil: voz da criança*. São Paulo: Ática, 1992.
ZILBERMAN, Regina e LAJOLO, Marisa. *Literatura Infantil Brasileira: História e Histórias*. Ática, 1988.
ABRAMOVICH, Fanny. *Literatura Infantil. Gostosuras e Bobices*. Scipione, 1989.
BETTELHEIM, Bruno. *A Psicanálise dos contos de fadas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

Bibliografia Complementar

- BRASIL. Secretaria do Ensino Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais*. Brasília: MEC/SEF, 1997.
FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler*. São Paulo: Cortez, 1991.
FREIRE, P. *Educação e mudança*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.
_____. *Pedagogia da autonomia – Saberes necessários à prática educativa*. Paz e Terra, 1997.
_____. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
_____. *Educação como Prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
FREIRE, P. NOGUEIRA, Adriano. *Que fazer – Teoria e Prática em Educação Popular*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1989.
LAJOLO, Marisa. *Do mundo da literatura para a leitura do mundo*. São Paulo: Ática, 1993.
_____. *Literatura infantil brasileira*. São Paulo: Ática, 1985.
OLIVEIRA, Maria Alexandre. *Dinâmicas em literatura infantil*. São Paulo: Paulinas, 1993.
_____. *Leitura e prazer*. São Paulo: Paulinas, 1996.
_____. *Confirmação cultural, infância e leitura*. São Paulo: Summus, 1994.
ORLANDI, Eni. *A história do sujeito-leitor: uma questão para a leitura*. UNICAMP. IEL, 1995.
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO (Paraná). *Currículo Básico para a escola pública do Estado do Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado do Paraná, 1997.
SILVA, Ezequiel Theodoro. *O ato de ler: fundamentos psicológicos para uma nova pedagogia da leitura*. São Paulo: Cortez, 1991.
ZILBERMAN, Regina (org.) *Leitura: Perspectivas Interdisciplinares*. Ática, 1991.
_____. *Literatura infantil – juvenil*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.

COMUNICAÇÃO E TECNOLOGIA EM EDUCAÇÃO

Ementa:

Comunicação e educação nos dias atuais. A influência dos meios de comunicação. Políticas, evolução e análise crítica da tecnologia educacional no Brasil. A influência da tecnologia no desenvolvimento da criança e do adolescente. Critérios para seleção, elaboração e utilização de recursos como facilitadores do processo ensino–aprendizagem. Exame e investigação da realidade escolar.

Bibliografia Básica:

- FREIRE, P. Educação e Mudança. Rio de Janeiro: Francisco Alves: Paz e Terra, 1979.
GIROUX, H. *Cruzando as fronteiras do discurso educacional*. Porto Alegre: Artmed, 1999.
SOUZA, Jésus B. de. *Meios de comunicação de massa: Jornal, televisão, rádio*. São Paulo. Scipione. 1996.
THOMPSON, J.B. *Ideologia e Cultura Moderna: teoria social crítica na Era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis, RJ: Vozes. 1995.

Bibliografia Complementar

- BEX, Júnior José. *Mundo Pós-Moderno*. São Paulo: Scipione, 1996.
BEHRENS & MASETTO & MORAN, Marilda Aparecida e Marcos T. e José Manuel. *Novas Tecnologias e mediação pedagógica*. Campinas, SP: Papirus, 2000.
CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede – A era da informação: economia, sociedade e cultura v1*. Tradução: Roneide Venâncio Majer; São Paulo: Paz e Terra, 1999.
DEMO, Pedro. *Desafios modernos da educação*. Petrópolis RJ: Vozes.1993.
_____. *Questões para a teleducação*. Petrópolis RJ: Vozes.1998
FERRES, Joan. *Televisão e educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
FERRETTI, Celso. Et. al. (org) *Novas Tecnologias, Trabalho e Educação: um debate multidisciplinar*. 2 ed. Petrópolis, RJ. Vozes, 1994.
GARCIA, Walter E. *Inovação Educacional no Brasil: problemas e perspectivas*. Campinas-SP: Cortez.1980.
GRISPUN, Mírian P.S. Zippin (org.). *Educação Tecnológica – desafios e perspectivas*. São Paulo: Cortez, 1999.
HEIDE & STILBORNE, Ann e Linda. *Guia do Professor para a Internet*. Porto Alegre: ArtMed, 2000.
LIMA, Frederico O . *A sociedade digital: impacto da tecnologia na sociedade, na cultura, na educação e nas organizações*. Rio de Janeiro: Qualitymark Ed., 2000.
MARTINELLI, Marilu. *Aulas de transformação*. São Paulo: Petrópolis, 1996.
MORAN, José Manoel e outros. *Novas tecnologias e mediação pedagógica*. Campinas: Papirus, 2000.
MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez, 2000.
NISKIER, Arnaldo. *Tecnologia educacional: uma visão política*. Petrópolis, RJ. Vozes.1993.
PAPERT, Seymour. *A máquina das crianças: repensando a escola na era da informática*. Trad. Sandra Costa. Porto Alegre, RS: Artes Médicas. 1994.
PARENTE, A . (org.). *Imagem/Máquina – a era das tecnologias do virtual*. Rio: ed.34, 1997.
PRETTO, Nelson de Luca. *Uma escola com/ sem o futuro: educação e multimídia*. Campinas, SP: Papirus.1996.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO I

Ementa:

História do processo educacional com ênfase na sociedade moderna e contemporânea e na sociedade brasileira. As práticas educativas, as teorias e tendências pedagógicas e a organização do ensino no contexto destas sociedade. Proposições dos principais pedagogos e a compreensão da realidade educacional brasileira na atualidade no âmbito da educação básica: exame e investigação na realidade escolar.

Bibliografia Básica:

ARANHA, Maria C. da Arruda. *Filosofia da Educação*. 1 ed. São Paulo: Moderna, 1989.
GADOTTI, Moacir. *História das idéias pedagógicas*. São Paulo: Editora Ática, 1997.
RIBEIRO, Maria Luísa S. *História da Educação Brasileira: a organização escolar*. 11 ed. São Paulo: Cortez, 1991.

Bibliografia Complementar

FAZENDA, Ivani C. *Educação no Brasil anos 60 – o pacto do silêncio*. São Paulo: Loyola, 1985.
FREIRE, Paulo, *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
GERMANO, J. W. *Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)*. São Paulo: Cortez, 1993.
GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. *Educação e razão histórica*. São Paulo: Cortez, 1994.
_____. *História da Educação*. São Paulo: Cortez, 1990.
PIMENTEL, Maria da Glória. *O professor em construção*. Campinas: Papirus, 1993.
ROMANELLI, Otaíza de O. *História da Educação no Brasil (1930-119973)*. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 1996.
SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia: Teorias da Educação; curvatura da vara; onze teses sobre educação e política*. São Paulo: Cortez, 1984.

PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR MULTIDISCIPLINAR

Ementa:

Psicologia escolar e trabalho multidisciplinar. Teorias psicológicas e autores relevantes para a educação multidisciplinar. O pensamento e a linguagem na educação da criança. O simbolismo e o jogo no processo pedagógico. Os diferentes sujeitos cognitivos na docência multidisciplinar e no cuidar pedagógico. A adaptação psicológica ao tempo e ao espaço escolar. As necessidades educativas especiais. A questão das altas habilidades. O fracasso escolar: as dificuldades, os distúrbios e as deficiências. A dimensão psicológica nas propostas curriculares das escolas públicas e particulares, nacionais, estaduais e municipais. Exame e investigação da realidade escolar.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- BOCK, FURTADO, TEIXEIRA, Ana Mercês; Odair; Maria de Lourdes. *Psicologias. Uma Introdução ao Estudo de Psicologia*. 13 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2001.
- GARDNER, Howard. *Inteligências Múltiplas. A teoria na prática*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995
- VYGOTSKY, L. S. *A formação Social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1984.
- VYGOTSKY, L. S. et. all. *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem*. Trad. Maria da Penha Villalobos. São Paulo: Ícone, 1988.

Bibliografia Complementar

- COLL, C. *Aprendizagem escolar e a construção do pensamento*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
- COLL, C. *Desenvolvimento psicológico e educação: Psicologia Evolutiva. V. I*. Trad. Marcos A. G. Domingues. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- COLL, C. et all. *Desenvolvimento Psicológico e educação. V. III. Necessidades educativas especiais e a aprendizagem escolar*. Trad. Marcos A. G. Domingues. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- LEONTIEV, A. Vygolsky, L. S. Lúria, A. R. et all. *Psicologia e Pedagogia: Bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento*. Trad. Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Editora Moraes, 1991.
- MERANI, Alberto L. *Psicologia Infantil*. Trad. Carlos Henrique de Escobar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.
- VISCA, Jorge. *Psicopedagogia: novas contribuições*. Org. e Trad. Andréia Morais e Maria Isabel Guimarães. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO I

Ementa:

A reflexão filosófica e a condição humana. O conhecimento e o método filosófico. A filosofia, a política e a ideologia. Axiologia, Lógica, Epistemologia e Ética. Bases Filosóficas para a interpretação da realidade educacional. Filosofia da educação no Brasil: tendências, correntes e principais pensadores. As posturas críticas e pós-críticas na educação e as grandes questões da contemporaneidade. Ética, cidadania e identidade na Educação Básica. O ensino da Filosofia na Educação Básica. A dimensão filosófica no Projeto Pedagógico das escolas: exame e investigação.

Bibliografia Básica:

ARANHA, Maria C. da Arruda. *Filosofia da Educação*. 1 ed. São Paulo: Moderna, 1989.
ECO, Umberto & BONAZZI, Marisa. *Mentiras que parecem verdades*. Trad. Giacomina Faldini. São Paulo: Summus, 1980 (Novas Buscas 6).
GILES, Thomas R. *Filosofia da educação*. São Paulo: EPU, 1985.

Bibliografia Complementar

ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1995.
CHAUÍ, Marilena. *O que é Ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
DEMO, P. Desafios modernos da educação. Petrópolis: Vozes, 1993.
FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. FREITAG, Bárbara. *Itinerário e Antígona: a questão da moralidade*. Campinas: Papirus, 1992.
_____. *O indivíduo em formação*. São Paulo: Cortez, 1994.
GADOTTI, Moacir. *Concepção dialética da educação – um estudo introdutório*. São Paulo: Cortez, 1983.
_____. *Educação e poder: introdução à pedagogia do conflito*. São Paulo: Cortez, 1980.
GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. 6 ed. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.
LUCKESI, Cipriano C. *Filosofia da Educação*. São Paulo: Cortez, 1994.
LUCKESI, Cipriano C. *Introdução à Filosofia: aprendendo a pensar*. 3ed. São Paulo: Cortez, 2000.
MARX, C. Engels, F. *A ideologia alemã (I – Feuerbach)*. Trad. José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. 6 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1987.
MENDES, Durmeval. (coord). *Filosofia da educação brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
NETTO, José Paulo & FALCÃO, Maria do Carmo. *Cotidiano: conhecimento e crítica*. São Paulo: Cortez, 1987.
RIOS, Teresinha Azeredo. *Ética e competência*. São Paulo: Cortez, 1993.
SAVIANI, Dermeval. *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. São Paulo: Cortez, 1980.

FUNDAMENTOS SÓCIO-ANTROPOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO II

Ementa:

As instituições sociais, a instituição escola e a família. A escolarização como instrumento de socialização ou de seletividade? A educação popular e a cultura da reprovação. Multiculturalismo: gênero e raça na educação e nos currículos: exame e investigação da realidade escolar.

Bibliografia Básica

BOUDON, Raymond & BOURRICAUD, François. Dicionário crítico de Sociologia. São Paulo: Ática, 1993.

CARVALHO, Marília Pinto de. *No coração da sala de aula: Gênero e trabalho docente nas séries iniciais*. São Paulo: Xamã, 1999.

LEMBO, J. M. *Por que falham os professores*. São Paulo: E. P. U. 1999.

DEMO, P. *Desafios modernos da educação*. Petrópolis: Vozes, 1993.

Biblioteca Complementar

BOURDIEU, Pierre. et all. *A miséria do mundo*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

LARAIA, Roque. *Cultura. Um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

LEMBO, J. M. *Por que falham os professores*. São Paulo: E. P. U. 1999.

LIMA, C. Licínio. *Organização escolar e democracia radical: Paulo Freire e a governação democrática da escola pública*. São Paulo: Cortez, 2000. (col. Guia da escola cidadã; V. 4).

REGO, T. C. *Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação*. São Paulo: Cortez, 1996.

XAVIER, M.E.S.P. *Capitalismo e escola no Brasil*. São Paulo: Papirus, 1997.

PESQUISA E PROJETOS NA PRÁTICA PEDAGÓGICA

Ementa:

Pesquisa como instrumento de produção do conhecimento: resumo, resenhas, artigos, procedimentos e instrumentos de coleta e análise de dados aplicados a pedagogia, análise e discussão sobre dados coletados e orientação para o TCC.

Bibliografía Básica:

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. de A. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo, Atlas, 1998. 8ex.

MEDEIROS, J.B. **Redação científica**: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 4.ed. São Paulo, Atlas, 2000. 4ex.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 20.ed. São Paulo: Cortez, 1997, 272

Bibliografia Complementar

ANATASIOU, L. das G. C. **Metodologia do ensino superior**: da prática docente a uma possível teoria pedagógica. Curitiba: IBPEX, 1998.

AZEVEDO, I.B. **O prazer da produção científica**. 7. ed. São Paulo: Unimep, 1999.

BARRETO, E. et al. **Fazer universidade**: uma proposta metodológica. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1984.

CERVO, A. L; BERVIAN, P. A **Metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Makron Books, 1996, 209p.

CERVO, A. L; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**: para uso dos estudantes universitários. 3.ed. São Paulo: McGraw –Hill. 1983, 248p.

FAZENDA, I. C. A. (org) **A pesquisa em educação e as transformações do conhecimento**. 2.ed. Campinas, SP: 1997, 159p.

FAZENDA, I. **Novos enfoques da pesquisa educacional**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1994, 135p.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 41.ed. São Paulo: Cortez, 2001, 87p.

OLIVEIRA, S. L. de. **Tratado de metodologia científica**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 2002

MATOS, H. C. J. **Aprenda a estudar**: orientação metodológica para o estudo. 2.ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 1994, 102p.

RUIZ, J. A. **Metodologia científica**: guia para eficiência dos estudos. São Paulo, Atlas, 1996.

SALOMON, D.V. **Como fazer uma monografia**. 4.ed. São Paulo, Maritus Fontes, 1997, 294p.

METODOLOGIA DO ENSINO DA ARTE

Ementa:

Revisão e aprofundamento de conteúdos e diferentes linguagens da expressão artística. Estudo de conceitos e princípios básicos. Dimensões metodológicas do ensino das artes nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Inter-relação teoria e prática. Conteúdos: contextualização e correlações interdisciplinares. Exame e investigação da realidade escolar.

Bibliografia Básica:

CUNHA, M. I. *O bom professor e sua prática*. 5. ed. Campinas-SP: Papyrus, 1995.

MIZUKAMI, M. G. N. *Ensino: as abordagens de um processo*. São Paulo: EPU, 1986.

Bibliografia Complementar

BAGNO, M. *Preconceito lingüístico. O que é, como se faz*. 22. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria do Ensino Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: Introdução*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CEGALLA, D. P. *Novíssima gramática de língua portuguesa*. 38. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1995.

FAZENDA, I. C. A. et all. *A prática de ensino e o estágio supervisionado*. Campinas: Papyrus, 1991.

MENEGOLLA, M. & SANT'ANA, I. M. *Por que planejar? Como planejar?* Petrópolis: Vozes, 1993.

PILETTI, C. *Didática Geral*. São Paulo: Ática, 1997.

BIASOLI, Carmen Lúcia Abadia. *A formação do professor de arte: do ensaio à encenação*. Campinas. São Paulo: Papyrus, 1999.

BRASIL. Secretaria do Ensino Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: Arte*. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BUORRO, Anamelia Bueno. *O Olhar em construção uma experiência de ensino e aprendizagem da arte na escola*. São Paulo: Cortez, 1996.

DUARTE JUNIOR, João Francisco. *Fundamentos Estéticos da Educação*. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2000.

FERREIRA, S. *Imaginação e linguagem no desenho da criança*. São Paulo: Papyrus, 1998

MÉRIDIÉU, Florence de. *O desenho infantil*. São Paulo: Ultrix, 1990.

MICHEL, Parseus. *Compreender a arte*. Lisboa: Ed. Presença, 1992.

OLIVEIRA, A. *Fundamentos da Educação Musical*. In: *Fundamentos da Educação Musical*. Porto Alegre: ABEM, 1993.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO (Paraná). *Currículo Básico para a escola pública do Estado do Paraná*. Curitiba – Imprensa Oficial do Estado do Paraná, 1997.

METODOLOGIA DO ENSINO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Ementa:

Revisão e aprofundamento de conteúdos teórico-práticos fundamentais da Educação Física. Estudo de conceitos e princípios básicos. Dimensões metodológicas do ensino da Educação Física nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Inter-relação teoria e prática. Conteúdos: contextualização e correlações interdisciplinares. Exame e investigação da realidade escolar.

Bibliografia Básica:

- BORSARI, José Roberto (Coord.). Educação física da pré-escola à universidade: planejamento, programas e conteúdos. São Paulo: EPU, 1980.
- FONSECA, Denise G. da. *Educação Física: para dentro e para além do movimento*. Porto Alegre: Mediação, 1999.
- GEBARA, Ademir et al; MOREIRA, Wagner Wey (Org.) *Educação Física e Esportes: perspectivas para o século XXI*. São Paulo: Papyrus, 2001.

Bibliografia Complementar

- BRASIL. MEC. *Parâmetros curriculares nacionais: educação física*. Brasília, 1997.
- BRACHT, Valter. *Educação Física e aprendizagem social*. Porto Alegre: Magister, 1992.
- COLETIVO DE AUTORES. *Metodologia do Ensino da Educação Física*. São Paulo: Cortez, 1992.
- GHIRARDELLI, Paulo. *Educação Física Progressista. A pedagogia crítico-social dos conteúdos e a Educação Física Brasileira*. São Paulo: Edições Loyola, 6ª. Ed..
- GO, Tani et al. *Educação Física Escolar: fundamentos de uma abordagem desenvolvimentista*. São Paulo: EPU, 1998.
- LE BOUCH, J. *O desenvolvimento psicomotor*. São Paulo: Artes Médicas, 1982.
- MELCHERTS Hurtado, JOHANN, Gustavo Guilherme. *A Educação Física pré-escolar e escolar: uma abordagem psicomotora*. Porto Alegre: EDITA, 1996.
- MELLO, Alexandre Moraes de. *Psicomotricidade, Educação Física e Jogos Infantis*. São Paulo: IBRASA, 1989.
- MOREIRA, Wagner Wey (org). *Educação física & esportes: perspectivas para o século XXI*. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1993.
- _____. *Educação física escolar: uma abordagem fenomenológica*. Campinas, São Paulo: Ed. da UNICAMP, 1995.
- NETO, Amarílio Ferreira et al; VOTRE, Sebastião (Org.). *Ensino e Avaliação em Educação Física*. São Paulo: IBRASA, 1993.
- OLIVEIRA, J.G.; BETTI, M.; OLIVEIRA, W. M. *Educação Física e o Ensino de 1º Grau: uma abordagem crítica*. São Paulo: EPU, 1999.
- OLIVEIRA, Vitor Marinho. *Consenso e Conflito da Educação Física Brasileira*: São Paulo: Papyrus, 1994.
- PICCOLO, Vilma L. (Org.). *Educação Física Escolar: ser... ou não ter?* Campinas: Editora da Unicamp, 1995.
- RABELO, Vitória. *Jogos Folclóricos*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1997.
- SANTOS, Milton e SOUZA, Maria Adélia A. de.(coordenadores). *O Espaço interdisciplinar* - São Paulo: Nobel, 1986.
- SOARES, Carmen L. e outros. *Metodologia do Ensino da Educação Física*. SP: Cortez, 1990.

PRÁTICAS AVALIATIVAS NA EDUCAÇÃO MULTIDISCIPLINAR

Ementa:

Concepções de avaliação e sua sustentação teórica. A ideologia. A legislação. O processo de avaliação da aprendizagem como parte integrante de uma prática transformadora: formas e procedimentos. Elaboração de pressupostos para uma avaliação democrática na educação multidisciplinar. Exame e investigação da realidade escolar.

Bibliografia Básica:

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia – saberes necessários a prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

LUCKESI, C. *Avaliação da aprendizagem escolar*. São Paulo: Cortez, 1996.

LUDKE, M. & MEDIANO, L. (Org.). *Avaliação na escola de 1º grau; uma análise sociológica*. São Paulo: Papirus, 1997.

MISUKAMI, M. G. N. *Ensino: as abordagens do processo*. São Paulo: EPU, 1986.

Bibliografia Complementar

BRASIL. Secretaria do Ensino Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais*. Brasília: MEC/SEF, 1997.

DEMO, P. *Conhecimento Moderno*. Petrópolis: Vozes, 1997.

WACHOWICZ, L. A. *Avaliação da aprendizagem*. Escola Aberta, Curitiba, v.5, n.11, Jul., 1988

FUNDAMENTOS E TRABALHO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Ementa:

Os processos de desenvolvimento, aprendizagem integral da criança de 0 a 6 anos – afetividade, corporeidade, sexualidade. Concepção de desenvolvimento humano como processo recíproco e conjunto: o papel das interações (adulto/criança e criança/criança). Articulação cuidado/educação. Concepção de tempo e espaço nas Instituições de Educação Infantil. O jogo, a brincadeira e o brinquedo na E.I. Linguagem, interações e constituição da subjetividade da criança. Relações família e instituição de E.I.. A educação inclusiva na E.I.

Bibliografia Básica:

Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental.

Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998. 3v.: il. Volume 1: Introdução; volume 2: Formação pessoal e social; volume 3: Conhecimento de mundo.

Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. Programa de Desenvolvimento profissional. Continuado / Ministério da Educação.

Secretaria de Educação Fundamental — Brasília: Secretaria, 1999. 90.: il (Parâmetros em Ação), Conteúdo: Educação Infantil.

NICOLAU, Marieta Lúcia Machado. **A Educação Pré-escolar. Fundamentos e Didática**. 5ª ed. Editora Ática. 1989: São Paulo.

Parecer N.º 003/99 Câmara do Ensino Fundamental. Estado do Paraná. Assunto Normas para Educação Infantil no Sistema Estadual de Ensino do Paraná.

ZADALZA, Miguel A. **Qualidade em Educação Infantil**. Trad. Beatriz A. Neves – Porto Alegre: Artmed, 1998.

SEBER, Maria da Glória. **Psicologia do Pré-escolar: uma visão construtivista** – São Paulo: Moderna, 1995.

DANTE, Luiz Roberto. **Didática da Matemática na Pré-Escola** – São Paulo: Ática, 1996.

CUBERES, María Teresa Gonzáles(org.). **Educação Infantil e Séries Iniciais**. Articulação para a alfabetização.

CAMPOS. Maria M. **Educar e cuidar: questões sobre o perfil do profissional de educação infantil**. Por uma política de formação do profissional de educação infantil. Brasília : MEC, 1994.

SAITTA, Laura R. In: BONDIOLI, Anna e MONTOVANI, Susanna. **Manual de educação infantil de 0 a 3 anos** - Porto Alegre: Artes Médicas, 9ª edição, 1998.

FUNDAMENTOS E METODOLOGIA DA MATEMÁTICA

Ementa:

Revisão e aprofundamento de conteúdos fundamentais da Matemática. Estudo de conceitos e princípios básicos. Dimensões metodológicas do ensino da Matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Inter-relação teoria e prática. Conteúdos: contextualização e correlações interdisciplinares. Exame e investigação da realidade escolar.

Bibliografia Básica:

ANTUNES, Celso. *As Inteligências Múltiplas e seus Estímulos*. São Paulo: Papirus, 1998.

MENEGOLLA, M. Santana. *Por que planejar? O que planejar?* Currículo, Área-aula. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

Bibliográfica complementar:

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto, *Parâmetros curriculares nacionais. Matemática*. Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. *Guia do livro didático – 1ª a 4ª séries – P.N.L.D. 2000/2001 – Brasília, 2000.*

BICUDO, M. A. (org.), *Educação matemática*. São Paulo : Moraes, 1987.

CARVALHO, Dione Lucchesi de. *Metodologia do Ensino da Matemática*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1991.

CERQUETTI, Alberkane F. & BERDONNEAU, C., *O ensino de matemática na educação infantil*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

COLL, C., *Aprendizagem escolar e construção de conhecimentos*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

D'AMBRÓSIO, U., *Da realidade à ação: reflexões sobre educação e matemática*. Campinas: Papirus, 1986.

_____, *Etnomatemática*. São Paulo: Ática, 1990.

_____, *Educação matemática: uma visão do estado da arte*. In *Proposições*, vol. 4, São

IFRAH, G., *Os números – A história de uma grande invenção*. São Paulo: Globo, 1996.

KISHIMOTO, T. M., *O jogo e a Educação Infantil*. São Paulo: Pioneira, 1994.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO (Paraná). *Currículo Básico para a escola pública do Estado do Paraná*. Curitiba – Imprensa Oficial do Estado do Paraná, 1997.

FUNDAMENTOS E METODOLOGIA DO ENSINO DE HISTÓRIA

Ementa:

Revisão e aprofundamento de conteúdos fundamentais da História. Estudo de conceitos e princípios básicos. Dimensões metodológicas do ensino da História nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Inter-relação teoria e prática. Conteúdos: contextualização e correlações interdisciplinares. Exame e investigação da realidade escolar.

Bibliografia básica:

- ANTUNES, Celso. *A sala de aula de Geografia e História: inteligências múltiplas, aprendizagem significativa e competência no dia-a-dia*. Campinas, São Paulo: Papirus, 2001.
- ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro:Zahar, 1985.
- RODRIGUES, M. A. *A moradia nas cidades brasileiras*. São Paulo: Contexto, 1988.

Bibliografia Complementar

- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. *Parâmetros curriculares nacionais. História*. Brasília, 1997.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. *Guia do livro didático – 1ª a 4ª séries – P.N.L.D. 2000/2001 – Brasília, 2000*.
- DUBY, G./ ARIES, P. (org.) *Historia da Vida Privada*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991 (5 vol.).
- SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO (Paraná). *Currículo Básico para a escola pública do Estado do Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado do Paraná, 1997.
- SILVA, M.A. {org.} *Repensando a História*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984.
- VYGOTSKY. *A Formação Social da Mente*. São Paulo, Martins Fontes, 1988.
- _____. *Pensamento e linguagem*. São Paulo. Martins Fontes, 1989.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO II

Ementa:

História do processo educacional com ênfase na sociedade moderna e contemporânea e na sociedade brasileira. As práticas educativas, as teorias e tendências pedagógicas e a organização do ensino no contexto destas sociedade. Proposições dos principais pedagogos e a compreensão da realidade educacional brasileira na atualidade no âmbito da educação básica: exame e investigação na realidade escolar.

Bibliografia Básica:

- ARANHA, Maria C. da Arruda. *Filosofia da Educação*. 1 ed. São Paulo: Moderna, 1989.
GADOTTI, Moacir. *História das idéias pedagógicas*. São Paulo: Editora Ática, 1997.
RIBEIRO, Maria Luísa S. *História da Educação Brasileira: a organização escolar*. 11 ed. São Paulo: Cortez, 1991.

Bibliografia Complementar

- FAZENDA, Ivani C. *Educação no Brasil anos 60 – o pacto do silêncio*. São Paulo: Loyola, 1985.
FREIRE, Paulo, *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
GERMANO, J. W. *Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)*. São Paulo: Cortez, 1993.
GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. *Educação e razão histórica*. São Paulo: Cortez, 1994.
_____. *História da Educação*. São Paulo: Cortez, 1990.
PIMENTEL, Maria da Glória. *O professor em construção*. Campinas: Papyrus, 1993.
ROMANELLI, Otaíza de O. *História da Educação no Brasil (1930-119973)*. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 1996.
SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia: Teorias da Educação; curvatura da vara; onze teses sobre educação e política*. São Paulo: Cortez, 1984.

FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO II

Ementa:

A reflexão filosófica e a condição humana. O conhecimento e o método filosófico. A filosofia, a política e a ideologia. Axiologia, Lógica, Epistemologia e Ética. Bases Filosóficas para a interpretação da realidade educacional. Filosofia da educação no Brasil: tendências, correntes e principais pensadores. As posturas críticas e pós-críticas na educação e as grandes questões da contemporaneidade. Ética, cidadania e identidade na Educação Básica. O ensino da Filosofia na Educação Básica. A dimensão filosófica no Projeto Pedagógico das escolas: exame e investigação.

Bibliografia Básica:

ARANHA, Maria C. da Arruda. *Filosofia da Educação*. 1 ed. São Paulo: Moderna, 1989.
ECO, Umberto & BONAZZI, Marisa. *Mentiras que parecem verdades*. Trad. Giacomina Faldini. São Paulo: Summus, 1980 (Novas Buscas 6).
GILES, Thomas R. *Filosofia da educação*. São Paulo: EPU, 1985.

Bibliografia Complementar

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1995.
CHAUÍ, Marilena. *O que é Ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
DEMO, P. Desafios modernos da educação. Petrópolis: Vozes, 1993.
FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. FREITAG, Bárbara. *Itinerário e Antígona: a questão da moralidade*. Campinas: Papyrus, 1992.
_____. *O indivíduo em formação*. São Paulo: Cortez, 1994.
GADOTTI, Moacir. *Concepção dialética da educação – um estudo introdutório*. São Paulo: Cortez, 1983.
_____. *Educação e poder: introdução à pedagogia do conflito*. São Paulo: Cortez, 1980.
GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. 6 ed. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.
LUCKESI, Cipriano C. *Filosofia da Educação*. São Paulo: Cortez, 1994.
LUCKESI, Cipriano C. *Introdução à Filosofia: aprendendo a pensar*. 3ed. São Paulo: Cortez, 2000.
MARX, C. Engels, F. *A ideologia alemã (I – Feuerbach)*. Trad. José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. 6 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1987.
MENDES, Durmeval. (coord). *Filosofia da educação brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
NETTO, José Paulo & FALCÃO, Maria do Carmo. *Cotidiano: conhecimento e crítica*. São Paulo: Cortez, 1987.
RIOS, Teresinha Azeredo. *Ética e competência*. São Paulo: Cortez, 1993.
SAVIANI, Dermeval. *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. São Paulo: Cortez, 1980.

TAREFAS PEDAGÓGICAS, DOCÊNCIA E RECURSOS DIDÁTICOS

Ementa:

Os paradigmas, as especificidades e as competências da docência. O processo de ensinar e aprender: o referencial teórico necessário à compreensão da prática vivenciada nas escolas. O docente como mediador do processo ensino-aprendizagem; o aluno como sujeito concreto; o ensino como prática social: exame e investigação. Recursos didáticos e currículo na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Ideologia, concepção e características dos recursos didáticos. O professor como educador e organizador de situações de aprendizagem. Uso de recursos e de materiais numa perspectiva crítica e inovadora. Confeção de material didático: adequação e criatividade. A utilização de novas tecnologias. Exame e investigação da realidade escolar.

Bibliografia Básica:

- CANDAU, Vera M. *Rumo a uma nova didática*. Petrópolis: Vozes, 1990.
CANDAU, Vera M. F. (org.) *A didática em questão*. Petrópolis: Vozes, 1984.
CUNHA, Maria Isabel. *O bom professor e sua prática*. Campinas: Papirus, 1992.
_____. *Rumo a uma nova didática*. Petrópolis: Vozes, 1990.
- CUNHA, Maria Isabel. *O bom professor e sua prática*. Campinas: Papirus, 1992.
FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia – Saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
PAPERT, Seymour. *A máquina das crianças: repensando a escola na era da informática*. Trad. Sandra Costa. Porta Alegre, RS: Artes Médicas. 1994.
PIMENTEL, Maria da Glória. *O professor em construção*. Campinas: Papirus, 1993.
VEIGA, Ilma A. (Coord.). *Repensando a didática*. Campinas: Papirus, 1989.

Bibliografai Complementar

- BEHRENS & MASETTO & MORAN, Marilda Aparecida e Marcos T. e José Manuel. *Novas Tecnologias e mediação pedagógica*. Campinas, SP: Papirus, 2000.
FERRES, Joan. *Televisão e educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
FILHO, P. *Educação e Mudança*. Rio de Janeiro: Francisco Alves: Paz e Terra. 1979.
GIROUX, H. *Cruzando as fronteiras do discurso educacional*. Porto Alegre: Artmed, 1999.
MARTINELLI, Marilu. *Aulas de transformação*. São Paulo: Petrópolis, 1996.
MOYSES, Lúcia. *O desafio de saber ensinar*. São Paulo: Papirus, 1989.
NOT, Louis. *Ensinando a aprender: elementos de psico-didática geral*. São Paulo: Summus, 1993.
- CUNHA, Maria Isabel. *O bom professor e sua prática*. Campinas: Papirus, 1992.
DEMO, P. *Desafios modernos da educação*. Petrópolis: Vozes, 1993.
DEMO, Pedro. *Participação é conquista*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1999.
NETTO, Samuel. P. *Psicologia da aprendizagem e do ensino*. São Paulo: EPU, 1987.

- OLIVEIRA, M. R. de Sales (Org.) *Didática: ruptura, compromisso e pesquisa*. Campinas: Papyrus, 1993.
- PEREIRA, Otaviano. *O que é teoria*. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- PIMENTEL, Maria da Glória. *O professor em construção*. Campinas: Papyrus, 1993.
- VEIGA, Ilma A. (Coord.). *Repensando a didática*. Campinas: Papyrus, 1989.

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Ementa:

Concepções de educação especial. A Educação Especial no contexto da sociedade brasileira. Escola e educação especial. Conhecimento das especificidades e das potencialidades das pessoas com necessidades educativas especiais. Movimentos internacionais. Questões éticas e político-pedagógicas na integração das pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais. Exame e investigação da realidade escolar.

Bibliografia Básica:

COLL, C. et al. *Desenvolvimento psicológico e educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
DROUET, Ruth C. Da Rocha. *Distúrbios da Aprendizagem*. São Paulo: Ática, 1995.
FONSECA, Vítor da. *Educação Especial*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

Bibliografia Complementar

BRASIL. CNE. *Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Especial*. Brasília, 2001.
GÓES, Cecília M. *Linguagem, surdez e educação*. São Paulo: Editora Autores Associados, 1996.
LURIA, A. R. *Desenvolvimento cognitivo: seus fundamentos culturais e sociais*. São Paulo: Ícone, 1990.
MAZZOTTA, Marco J. S. *Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 1996.
NUNES, Terezinha. *Dificuldades na Aprendizagem da Leitura: teoria e prática*. São Paulo: Cortez, 1992.
PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – Apresentação de Vital Dionet. Brasília, 2000.

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Ementa:

Fundamentos teórico-metodológicos da Educação de Jovens e Adultos. O jovem e o adulto e a organização do processo de ensino. Procedimentos pedagógicos e a Educação de Jovens e Adultos. A formação do educador e as especificidades no trabalho com o jovem e o adulto. Alfabetização e processo de desenvolvimento do jovem e do adulto. Educação e Trabalho. Exame e investigação da realidade escolar

Bibliografia básica:

- DEMO, Pedro. *Participação é conquista*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- FREIRE, P. *Educação e mudança*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.
- _____. *Pedagogia da autonomia – Saberes necessários à prática educativa*. Paz e Terra, 1997.
- _____. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- LIMA, C. Licínia. *Organização escolar e democracia radical: Paulo Freire e a governação democrática da escola pública*. São Paulo: Cortez, 2000.

Bibliografia Complementar

- FERRETI, Celso João et al(orgs)Novas tecnologias, trabalho e educação, um debate multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, 1994
- BRASIL. MEC. *Parâmetros curriculares nacionais do Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos*. Brasília, 1997.
- CARVALHO, Ruy de Quadros. *Capacitação tecnológica, revalorização do trabalho e educação*. In : FERRETI, Celso João et al (orgs). Novas tecnologias, trabalho e educação, um debate multidisciplinar. Petrópolis : Vozes, 1994.
- DIMENSTEIN, Gilberto. *O cidadão de papel. A infância, a adolescência e os direitos humanos no Brasil*. São Paulo: Ática, 1993.
- FERNANDEZ ENGUITA, Mariano. *A face oculta da escola*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- _____. *Escola, Trabalho e Ideologia*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- FREIRE, P. NOGUEIRA, Adriano. *Que fazer – Teoria e Prática em Educação Popular*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1989.
- GADOTTI, Moacir e ROMÃO, José E. (orgs.) *Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta*. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2000. Guia da Escola Cidadã; v.5.
- MACHADO, Lucília R. S. *Mudanças tecnológicas e a educação da classe trabalhadora*. In : Trabalho e educação. Campinas : Papirus, 1994. (Coletânea CBE).
- _____. *Politecnia, escola unitária e trabalho*. São Paulo : Cortez & Autores Associados, 1989.

FUNDAMENTOS E METODOLOGIA DA LÍNGUA PORTUGUESA

Ementa:

Revisão e aprofundamento de conteúdos fundamentais da Língua Portuguesa. Estudo de conceitos e princípios básicos de linguagem. Dimensões metodológicas do ensino nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Inter-relação teoria e prática. Conteúdos: contextualização e correlações interdisciplinares. Exame e investigação da realidade escolar.

Bibliografia Básica:

- CARVALHO, M. Guia Prático do alfabetizador. São Paulo: Ática, 1994.
CAGLIARI, Luiz Carlos. *Alfabetização e linguística*. São Paulo: Scipione, 1990.
KLEIMAN, Ângela. *Oficina de Leitura: teoria e prática*. Campinas: Pontes/UNICAMP, 1993.

Bibliografia Complementar

- BAKTIN, M. M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1990.
_____. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. *Parâmetros curriculares nacionais. Língua Portuguesa*. Brasília, 1996.
BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. *Propostas pedagógicas e currículo em educação infantil*. Brasília, 1997.
BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. *Guia do livro didático – 1ª a 4ª séries – P.N.L.D. 2000/2001 – Brasília, 2000*.
ELLIOT, A. A. *A linguagem da criança*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
FERREIRO, Emília. *Com todas as letras*. 7ª. ed. São Paulo: Cortez, 1999.
GERALDI, J. Wanderley. (org.) *O texto na sala de aula*. São Paulo: Ed. Ática, 2001, 3ª. Ed..
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO (Paraná). *Currículo Básico para a escola pública do Estado do Paraná*. Curitiba – Imprensa Oficial do Estado do Paraná, 1997.
VYGOTSKI, Lev. S. *A formação social da mente*. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989 a.
_____. *Pensamento e linguagem*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989 b.
VYGOTSKY, L. S. & LÚRIA, Alexandre & LEONTIEV, Alexis. *Linguagem Desenvolvimento e Aprendizagem*. Trad. Maria da Rocha da Penha Villalobos. São Paulo: Ícone / EDUSP, 1988.

DIDÁTICA

EMENTA

Estudo e análise em diferentes abordagens da didática e sua relação com a educação e a pedagogia perante o processo histórico. Concepções e elementos da didática nas tendências educacionais e as diferentes abordagens do processo ensino aprendizagem, envolvendo a atualização dos recursos de ensino.

Bibliografia Básica:

- CANDAU, Vera M. F. (org.) A didática em questão. Petrópolis: Vozes, 1984.
_____. Rumo a uma nova didática. Petrópolis: Vozes, 1988.
CUNHA, Maria Isabel. *O bom professor e sua prática*. Campinas: Papirus, 1992.
DEMO, P. Desafios modernos da educação. Petrópolis: Vozes, 1993.
MACHADO, Nilson José. *Epistemologia e Didática: as concepções de conhecimento e inteligência e a prática docente*. 2 ed. São Paulo; Cortez, 1996.

Bibliografia Complementar

- FARIA, Ana Lúcia G. de. *Ideologia no livro didático*. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1987.
FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia – Saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
LUDKE, M. & MEDIANO, L. (Org.). *Avaliação na escola de 1º grau; uma análise sociológica*. São Paulo: Papirus, 1997.
MIZUKAMI, M. G. M. *Ensino: as abordagens do processo*. São Paulo: EPU, 1986.
MOYSES, Lúcia. *O desafio de saber ensinar*. São Paulo: Papirus, 1989.
NETTO, Samuel. P. *Psicologia da aprendizagem e do ensino*. São Paulo: EPU, 1987.
NOT, Louis. *Ensinando a aprender: elementos de psico-didática geral*. São Paulo: Summus, 1993.
OLIVEIRA, M. R. de Sales (Org.) *Didática: ruptura, compromisso e pesquisa*. Campinas: Papirus, 1993.
PEREIRA, Otaviano. *O que é teoria*. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.
PIMENTEL, Maria da Glória. *O professor em construção*. Campinas: Papirus, 1993.
VEIGA, Ilma A. (Coord.). *Repensando a didática*. Campinas: Papirus, 1989.
VEIGA, Ilma A. (Org.). *Técnicas de ensino: por que não?* Campinas: Papirus, 1991.

FUNDAMENTOS E METODOLOGIA DAS CIÊNCIAS NATURAIS

Ementa:

Revisão e aprofundamento de conteúdos fundamentais das Ciências Naturais. Estudo de conceitos e princípios básicos. Dimensões metodológicas do ensino das Ciências Naturais nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Inter-relação teoria e prática. Conteúdos: contextualização e correlações interdisciplinares. Exame e investigação da realidade escolar.

Bibliografia Básica:

- AGUIAR, C. M. *Educação, cultura e criança*. Campinas: Papirus, 1994.
BAINES, John. *Preserve a Atmosfera*. São Paulo: Scipione, 1992.
BRANCO, Samuel Murgel. *Água. Origem, uso e preservação*. São Paulo: Moderna, 1993.

Bibliografia Complementar

- BRASIL. Secretaria do Ensino Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais*. Brasília: MEC/SEF, 1997.
BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. *Guia do livro didático – 1ª a 4ª séries – P.N.L.D. 2000/2001 – Brasília, 2000*.
CAVALCANTI, Emmanuel. *De olho na vida. Educação ambiental*. São Paulo: Moderna, 1993.
DELIZOICOU, Demétrio; Angotti, José André. *Metodologia do ensino de Ciências*. São Paulo: Cortez, 2000.
FRACALANGA, Ilário e Outros. *O ensino de ciências no 1º Grau*. São Paulo: Atual, 1986.
FRANCO, S.R.K. *O construtivismo e a educação*. Porto Alegre, Mediação, 1995.
HELMAN, C. G. *Cultura, saúde e doença*. 2ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
JAPIASSU, H. A. *As paixões da ciência*. São Paulo: Letras e Letras, 1991.
JUNQUEIRA Fº, G. de A. *Interdisciplinaridade na pré-escola*. São Paulo: Pioneira, 1994.
KOFF, E. D. *A questão ambiental e o estudo de Ciências. Algumas atividades*. Goiânia: Editora da UFG, 1995.
KRASILCHIK, Myrian. *O Professor e o currículo das Ciências*. São Paulo, EPU. Editora da Universidade de São Paulo: 1987.
LOPES, Plínio Carvalho. *O ecossistema, fatores químicos e físicos*. São Paulo: Saraiva, 1990.
MACEDO, L. de. *Ensaio construtivo*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994.
MARTHO, Gilberto. *A evolução dos seres vivos*. São Paulo: Scipione, 1991 – pgs. 26/27.
MAURY, L. *Freinet e a pedagogia*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
MIRANDA, N. *200 jogos infantis*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1984.
PROFESSOR DA PRÉ-ESCOLA. Fundação Roberto Martinho. São Paulo: Globo, 1991.
RATENR, Carl. *A psicologia sócio-histórica de Vygotsky. Aplicações contemporâneas*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.
RIBEIRO, P.S. & SANCHOTENE, R. F. *Brincadeiras infantis. Origem, desenvolvimento e sugestões didáticas*. Porto Alegre: Sulinas, 1990.
SAMPAIO, R. M. W. F. *Freinet. Evolução histórica e atualidades*. São Paulo: Scipione, 1989.
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO (Paraná). *Currículo Básico para a escola pública do Estado do Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado do Paraná, 1997.
SILVA, César Júnior et al. *Ciências: Entendendo a natureza, o mundo em que vivemos*. São Paulo: Saraiva, 1992.

GESTÃO PEDAGÓGICA CURRICULAR NA EDUCAÇÃO MULTIDISCIPLINAR

Ementa:

A articulação entre as teorias de ensino e a prática concreta do trabalho na educação multidisciplinar. O planejamento coletivo e participativo da vida escolar. Currículo: concepções, fundamentos, tendências e componentes. O processo de construção e avaliação do currículo na perspectiva da participação democrática. As adaptações curriculares frente à escola inclusiva. Proposições e propostas de referenciais e parâmetros curriculares das redes oficiais de ensino. Exame e investigação da realidade escolar.

Bibliografia Básica:

- COSTA, Marisa Vorraber (Org.) *Escola Básica na virada do século: cultura, política e currículo*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- DEMO, Pedro. *Participação é conquista*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- SILVA, T. T. *Currículo, cultura e sociedade*. São Paulo: Cortez, 1994.

Bibliografia Complementar

- BRASIL. Secretaria do Ensino Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais*. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. *Guia do livro didático – 1ª a 4ª séries – P.N.L.D. 2000/2001 – Brasília, 2000*.
- FERRETTI, C. et al. (org.). *Tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- FREITAS, Luiz Carlos de. *Crítica da Organização do Trabalho Pedagógico e da Didática*. Campinas, São Paulo: Papirus, 4ª. Ed. 2001.
- _____. *Currículo: questões atuais*. São Paulo: Papirus, 1997.
- PLUIG, J. M. *Ética e valores: métodos para um ensino transversal*. Trad. Ana Venite Fuzzato. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.
- SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO (Paraná). *Currículo Básico para a escola pública do Estado do Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado do Paraná, 1997.
- SILVA, Neli & MARIA, Teresinha. *A construção do currículo na sala de aula: o professor como pesquisador*. São Paulo: EPU, 1997.
- SOUZA, Ana Maria Costa de. *Educação Infantil uma proposta de gestão municipal*. São Paulo, Papirus, 1996.
- VEIGA, I. P. & CARDOSO, M. H. *escola fundamental: currículo e ensino*. São Paulo: Papirus, 1996.

PRINCÍPIOS E MÉTODOS DE GESTÃO

EMENTA

Conceito de Gestão, Organização e participação em ambientes educativos escolares e não escolares. Princípios e características de gestão pasrticipantes. A educação e a economia. Associações Educativas. Ética.

Bibliografia Básica:

- LIBÃNGO, J.C. – Organização e Gestão da Escola – Teoria e prática.
FRIGOTO, G. – Educação e a crise do capitalismo real.
BOTH, I.J. *Municipalização de educação*. São Paulo: Papyrus, 1997.
Constituição de República Federativa do Brasil. São Paulo: Equipe Atlas, 1988.
DEMO, P.A. Nova LDB: *Ranços e avanços*. São Paulo: Papyrus, 1997.
OLIVEIRA, R. Portela de Oliveira (org). *Política Educacional: impasses e alternativas*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1998.
HORA, Dinair Leal da. *Gestão democrática na escola: artes e ofícios da participação*. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1994.
SAVIANI, D. *Política e Educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na legislação de ensino*. São Paulo: Cortez, 1999.

Bibliografia Complementar:

- BRZEZINSKI, I. (org). *LDB Interpretada: diversos olhares se inter cruzam*. São Paulo: Cortez, 1997.
CASTRO, C.M. *Educação brasileira. Consertos e remendos*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
CHAGAS, V. *Educação brasileira: o ensino de 1º e 2º graus*. São Paulo: Saraiva, 1980.
FAZENDA, I. (org) *L.D. B. Interpretada: diversos olhares se entrecruzam*. São Paulo: Loyola, 1992.
SAVIANI, D. *Educação brasileira: estrutura e sistema*. São Paulo: Autores Associados, 1996.
_____. *A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas*. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1997.
TOMMASI, Livia de (org) *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. 2. ed., São Paulo: Cortez, 1998.
VEIGA, H.A. (org). *Projeto político pedagógico: uma construção possível*. Campinas: Papyrus, 1996.
XAVIER, M.E.S.P. *Capitalismo e escola no Brasil*. São Paulo: Papyrus, 1997.

TRABALHO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR

EMENTA

Os processos educativos nas instituições não escolares: no setor produtivo, nos movimentos sociais e nas entidades da sociedade civil no contexto brasileiro contemporâneo. O papel do pedagogo na articulação do conhecimento e das ações no âmbito da sociedade civil organizada. A organização da práxis pedagógica na educação não escolar, na perspectiva do trabalho como princípio educativo.

Bibliografia Básica:

- FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler. São Paulo, 1995
SILVA, Tadeu Tomaz da. O que produz e o que reproduz em educação: ensaios de sociologia da educação. Porto Alegre: Artes Medicas, 1992.
PERRENOUD, P. Práticas pedagógicas, profissão docente e formação: Perspectivas sociológicas. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1993.
VASQUEZ, A. D. Filosofia da praxis. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977

Bibliografia Complementar:

- CANDAU, V. M. (org.) Rumo a uma nova Didática. Petrópolis: Vozes, 1991
A Didática em questão. Petrópolis: Vozes, 1991
FREIRE, P. Educação e mudança. São Paulo: Paz e Terra, 1989.
_____. Pedagogia e autonomia – Saberes necessários à prática educativa. Paz e Terra, 1997.
GADOTTI, Moacir. História das idéias Pedagógicas. 6ª ed. São Paulo: Ática, 1978.
LIBÂNEO, José Carlos. Democratização da escola pública; a pedagogia crítico social dos conteúdos. 4ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1986.
SAVIANE, D. Escola e Democracia_____. São Paulo: Cortez, 1992

POLÍTICAS EDUCACIONAIS

EMENTA

A Educação, o Estado e a Sociedade Civil. Formas de intervenção do Estado no sistema educacional. Política, planejamento e financiamento educacionais. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Plano Nacional de Educação. Os efeitos das políticas internacionais na Educação do Brasil. A escola no contexto da organização do ensino brasileiro. A gestão da escola numa perspectiva democrática. Desafios da gestão da escola pública hoje. Exame e investigação da realidade escolar.

Bibliografia Básica:

- BOTH, I.J. *Municipalização de educação*. São Paulo: Papirus, 1997.
- OLIVEIRA, R. Portela de Oliveira (org). *Política Educacional: impasses e alternativas*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1998.
- SAVIANI, D. *Educação brasileira: estrutura e sistema*. São Paulo: Autores Associados, 1996.
- _____. *Política e Educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na legislação de ensino*. São Paulo: Cortez, 1999.

Bibliografia Complementa

- APPLE, Michael W.; GENTILLI, Pablo (Orgs.), *Pedagogia da Exclusão. Crítica ao Neoliberalismo em Educação*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
- BRZEZINSKI, Iria (org.). *LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam*. São Paulo: Cortez, 1997.
- CASTRO, C.M. *Educação brasileira. Consertos e remendos*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- COSTA, Marisa Vorraber (Org.) *Escola Básica na virada do século: cultura, política e currículo*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- DEMO, Pedro. *A nova LDB: Ranços e avanços*. 2. ed., Campinas – SP. Papirus: 1997.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia de Autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- _____. *Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- GUTIÉRREZ, Francisco. *Educação como práxis política*. Trad. De Antônio Negrino. São Paulo: Summus, 1998.
- HORA, Dinair Leal da. *Gestão democrática na escola: artes e ofícios da participação*. Campinas-SP: Papirus, 1994.
- PARO, Vítor Henrique. *Por dentro da escola pública*. São Paulo: Xamã, 3ª. Ed., 2001.
- PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – Apresentação de Vital Didonet. Brasília: Editora Plano, 2000.
- DELORS, Jacques. *Educação – Um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI*. 1ª. Ed., São Paulo: Coetez; Brasília, DF: MEC. UNESCO, 2001.
- SAVIANI, D. *Educação brasileira: estrutura e sistema*. São Paulo: Autores Associados, 1996.
- _____. *A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas*. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1997.
- _____. *Da nova LDB ao Plano Nacional de Educação: por uma outra política educacional*. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1999.
- TOMMASI, Lívia de, e outros. (org.) *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. 2. ed., São Paulo: Cortez, 1998.

FUNDAMENTOS E METODOLOGIA DO ENSINO DE GEOGRAFIA

Ementa:

Revisão e aprofundamento de conteúdos fundamentais da Geografia. Estudo de conceitos e princípios básicos. Dimensões metodológicas do ensino da Geografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Inter-relação teoria e prática. Conteúdos: contextualização e correlações interdisciplinares. Exame e investigação da realidade escolar.

Bibliografia Básica:

- ANTUNES, Celso. *A sala de aula de Geografia e História: inteligências múltiplas, aprendizagem significativa e competência no dia-a-dia*. Campinas, São Paulo: Papirus, 2001.
- RODRIGUES, A.M. *Moradia nas cidades brasileiras*. São Paulo: Contexto, 1988.

Bibliografia Complementar

- ALMEIDA, C. M. d. *C.A Representação de Espaço e Tempo no desenho da criança*. Revista Pró-Posição, março 90 Unicamp
- ALMEIDA, R. e PASSINI E. *O Espaço Geográfico-Ensino e Representação*. SP Contexto 1989.
- ANDRADE, M.C. *Caminhos e descaminhos da Geografia*. São Paulo: Contexto, 1988.
- _____. *Geografia: ciência da sociedade*. São Paulo: Atlas, 1987.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. *Guia do livro didático – 1ª a 4ª séries – P.N.L.D. 2000/2001 – Brasília, 2000*.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. *Parâmetros curriculares nacionais. Geografia*. Brasília, 1996.
- CORREA, R.L. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1986.
- FREINET, T. C. *O Método Natural - vol II Aprendizagem do desenho*. Lisboa Ed. Estama 1977.
- JOVCHELOVITCH, Sandra/GUARESCHI, Pedrinho (org.). *Textos em representações sociais*. Petrópolis, Vozes, 1994.
- MIGUEL, Antônio e BAMBONI, Ernesto (organizadores). *Representação do Espaço: Multiplinaridade na Educação*. Campinas: Autores Associados, 1996.
- MORAES, A. C. R. *Geografia Pequena História Crítica*. SP Hucitec 1986.
- MORAES, A.C.R.; COSTA, W.M. *Geografia crítica: a valorização do espaço*. São Paulo: HUCITEC, 1987.
- NIDELCOFF, M.T. *A Escola e a Compreensão da Realidade*. São Paulo, Brasiliense, 1979.
- OLIVEIRA, A.U. *A Geografia das lutas no campo*. São Paulo: Contexto. 1989.
- _____. (org.) *Para onde vai o ensino da Geografia?* São Paulo: Conexto, 1989.
- PASSINI, E.Y. e ALMEIDA, R.D. de. *O espaço geográfico: ensino e representação*. São Paulo: Contexto, 1989.
- PIAGET, J. INGELDER, B. *A Representação do Espaço na criança*. Porto Alegre. Artes Médicas, 1993.
- PIAGET, Jean. *A Construção do Real na criança*. 2ª ed. Rio de Janeiro. Zahar, Brasília, INC, 1975.
- RODRIGUES, A.M. *Moradia nas cidades brasileiras*. São Paulo: Contexto, 1988.
- SANTOS, M. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: HUCITEC, 1988.
- _____. *Por uma Geografia Nova*. Hucitec/EDUSP, SP, 1978.
- _____. *O espaço do cidadão*. SP. Ed. Nobel 1993.

4. CARACTERÍSTICAS GERAIS

REGIME ESCOLAR: ANUAL

PRAZO DE INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR: MÍNIMO 4(QUATRO) ANOS
E NO MÁXIMO 06(SEIS) ANOS

TURNO DE FUNCIONAMENTO: Noturno.

NÚMERO DE VAGAS PRETENDIDAS: 60 (sessenta).

DIMENSÃO DAS TURMAS: Aulas teóricas: 60 alunos e aulas práticas: 30 alunos.

5. CORPO DOCENTE

CORPO DOCENTE PARA O CURSO PROPOSTO						
NOME DO DOCENTE	GRADUAÇÃO	PÓS-GRADUAÇÃO	ÁREA DE CONHECIMENTO DA TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO	DISCIPLINAS	PERÍODO LETIVO
Andréia Ribeiro Avelar	Letras	Mestrado	Linguística	40 horas / semana	Leitura e Produção de Texto	1º
Rosiley Berton Pacheco	Biologia	Mestrado Anteprojeto Doutorado aceito	Genética	20 horas / semana	Desenvolvimento e Saúde Humana	1º
Vanessa Ravazzi Perseguini Chain	Ciência da Computação	mestre	Ciência da Computação	20 horas / semana	Informática Educacional	1º
Solange Franci Raimundo Yaegashi	Psicologia	Doutorado	Educação	20 horas / semana	Introdução à Pesquisa Educacional	1º
Solange Franci Raimundo Yaegashi	Psicologia	Doutorado	Educação	40 horas / semana	Psicologia da Educação	1º
Evanido Costeski	Filosofia	Doutorado	Filosofia	20 horas / semana	Fundamentos Sócio-Antropológicos da Educação I	1º
Elza Midori himazaki	Pedagogia	Mestrado	Educação	40 horas / semana	Política da Organização Escolar da Educação Básica	1º
Elaine Regina Rufato Delgado	Pedagogia	Mestranda	Educação	40 horas / semana	Literatura Infantil	1º
Marjory Nunes Valias	Pedagogia	Especialista	Psicopedagogia e Psicomotricidade	20 horas / semana	Comunicação e Tecnologia em Educação	1º
Margarida Cardozo Lavado	História	Mestre	Arqueologia	10horas/semanais	História da Educação I	2º
Evanido Costeski	Filosofia	Doutorado	Filosofia	40 horas / semana	Filosofia da Educação I	2º
Solange Franci Raimundo Yaegashi	Psicologia	Doutorado	Educação	40 horas / semana	Psicologia da Educação escolar multidisciplinar	2º
Margarida Cardozo Lavado	História	Mestre	Arqueologia	20 horas / semana	Fundamentos Sócio-Antropológicos da Educação II	2º
Elza Midori Shimazaki	Pedagogia LetrasAnglo Portuguesas	Mestrado	Educação	40 horas / semana	Pesquisas e Projetos na Prática Pedagógica	2º
Maria Aparecida Camilo M. Casini	Educação Artística	Especialista	Arte	10 horas / semana	Metodologia do Ensino da Arte	2º

Waldecir Frasson	Educação Física	Mestre	Educação Física	20 horas / semana	Metodologia do Ensino de Educação Física	2º
Andréia Ribeiro Avelar	Letras	Mestrado	Linguística	40 horas / semana	Prática Avaliativa na Educação Multidisciplinar	2º
Marjory Nunes Valias	Pedagogia	Especialista	Psicopedagogia e Psicomotricidade	20 horas / semana	Fundamentos e Trabalho Pedagógico na Educação Infantil	2º
Flávio Ribeiro Braça	Matemática	Especialista	Matemática	40 horas / semana	Fundamentos e Metodologia da Matemática	2º

5.1 POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

A Faculdade Global de Umuarama e sua Mantenedora, tendo como uma de suas metas prioritárias a valorização do quadro de professores, adotarão uma política de efetivo estímulo e apoio a seus docentes, sobretudo na busca de qualificação. Dentro dessa política, a Instituição priorizará:

- a) o estímulo à participação em cursos de pós-graduação, especialmente os de *stricto sensu*;
- b) o estímulo e a criação de oportunidades de educação continuada;
- c) apoio à produção científica;
- d) o compromisso com o estabelecimento de boas condições de trabalho, propiciando ambiente físico adequado, apoio logístico e pedagógico constante, clima de liberdade criadora e manutenção de bons padrões salariais com horas-atividade remuneradas.

Para efetivar essa política, a Instituição desenvolverá um Programa de Educação Continuada e conta com Plano de Qualificação Docente e Plano de Carreira Docente, transcritos a seguir.

5.1.1 Plano de Qualificação Docente

Art. 1º A Faculdade Global de Umuarama conta com Plano de Qualificação Docente que tem por objetivos:

- I Titular em cursos e programas de pós-graduação *lato* e *stricto sensu* o quadro docente da instituição;
- II Promover a melhoria da qualidade das atividades acadêmicas da instituição, pelo incentivo à educação continuada;
- III Incentivar o desenvolvimento da pesquisa científica e da extensão.

Parágrafo único. Para a consecução dos objetivos de que tratam os incisos deste artigo, a Instituição elabora um Programa Anual de Qualificação Docente.

Art. 2º O A Faculdade disponibiliza anualmente recursos financeiros para a efetivação do Plano de Qualificação Docente.

Parágrafo único. Os recursos financeiros são disponibilizados na forma de bolsas de estudo.

Art. 3º O Plano de Qualificação Docente prevê incentivos à participação dos professores em:

- I **CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO E STRICTO SENSU;**

II Cursos de aperfeiçoamento e atualização;

III Eventos científicos e pedagógicos;

IV Publicações;

V Outras atividades acadêmicas relevantes ao projeto político pedagógico dos cursos oferecidos pela instituição.

§ 1º Os cursos e eventos referidos nos itens I, II e III podem ser ofertados pela própria Instituição, que manterá um Programa de Educação Continuada.

§ 2º As propostas de participação em eventos científicos e pedagógicos fora da Instituição são apreciadas pelos coordenadores dos cursos e aprovadas pelo Diretor.

§ 3º O incentivo financeiro e institucional às publicações é concedido para:

I Publicação de artigos em revistas científicas indexadas nacionais ou estrangeiras;

II Elaboração e publicação de livros;

III Organização e editoração de jornais e revistas;

IV Outros materiais nas áreas de atuação da instituição.

§ 4º Todas as publicações feitas com incentivo institucional são apreciadas pelos Colegiados dos Cursos e aprovadas pelo Conselho Superior.

Art. 4º O Programa Anual de Qualificação Docente define:

I O volume de recursos financeiros destinados à qualificação docente;

II O número de bolsas a serem disponibilizadas aos professores;

III O número de docentes a serem afastados para qualificação a cada ano;

IV As áreas do conhecimento de investimento prioritário.

Parágrafo único. O Programa Anual de Qualificação Docente é elaborado pela Direção Pedagógica, ouvidos os Coordenadores dos Cursos e aprovado pelo Conselho Superior.

Art. 5º A seleção e a indicação dos candidatos às bolsas de estudo é feita pelo Diretor Pedagógico, adotando como critérios:

- I Desempenho acadêmico do docente interessado;
- II Regime de trabalho do docente na instituição;
- III Plano de estudos do docente;
- IV Área do conhecimento prioritária para o desenvolvimento da instituição;
- V Avaliação pela CAPES do programa de pós-graduação a ser cursado.

Parágrafo único. É competência dos Coordenadores dos Cursos o acompanhamento e a supervisão dos docentes integrantes do programa de qualificação.

Art. 6º O docente pode solicitar afastamento remunerado, total ou parcial, para frequentar cursos de pós-graduação *stricto sensu*, conforme os seguintes prazos:

- I. para afastamento integral:
 - II. um semestre para cumprimento dos créditos de mestrado;
 - III. um ano para cumprimento dos créditos de doutorado;
 - IV. mais um semestre para mestrado, em tempo parcial para elaboração da dissertação;
 - V. mais um ano para doutorado, em tempo parcial para elaboração da tese;
- VI. para afastamento parcial:
 - VII. um ano para cumprimento dos créditos de mestrado;
 - VIII. dois anos para cumprimento dos créditos de doutorado;
 - IX. mais um ano para elaboração de dissertação e tese.

§ 1º O docente afastado em tempo integral para a realização de curso de mestrado ou doutorado não pode exercer atividades docentes em outra Instituição.

§ 2º O docente afastado para cursar pós-graduação deve enviar ao coordenador do seu curso relatório semestral de atividades.

§ 3º Não haverá subsídio da Instituição no caso de solicitação de prorrogação do prazo para término do curso, exceção para motivo de força maior, a juízo da Instituição.

Art. 7º O docente beneficiado com a concessão de afastamento, após conclusão do curso, ficará obrigado a:

Permanecer na instituição por igual período ao do afastamento;

Entregar documento comprobatório da defesa de dissertação ou tese;

Elaborar relatório final das atividades desenvolvidas durante o período de afastamento.

§ 1º O afastamento da Instituição se dá:

Mediante apresentação pelo interessado de comprovante de matrícula em curso de pós-graduação e plano de estudos;

Após assinatura de termo de compromisso com a instituição.

§ 2º O comprovante de matrícula referido no inciso I do parágrafo anterior pode ser substituído por outro documento como: declaração de aprovação em processo seletivo ou declaração de aceite no curso.

§ 3º O afastamento é aprovado pelo Conselho Superior e a portaria emitida pelo Diretor Geral.

Art. 8º O docente beneficiado com afastamento remunerado é obrigado a ressarcir a Instituição o custo total do afastamento, corrigido monetariamente, nos seguintes casos:

Quando solicitar rescisão de contrato empregatício ou licença durante o afastamento, ou antes do cumprimento do disposto no inciso i do art. 7º;

Quando desistir do curso de pós-graduação;

Quando não comprovar titulação obtida no curso objeto do afastamento.

Parágrafo único. A forma de ressarcimento prevista neste Plano não anula outras sanções legais ou disciplinares.

Art. 9º A Faculdade Global de Umuarama pode estabelecer convênios com instituições que ofereçam cursos nas modalidades presencial ou a distância, para qualificação de seu corpo docente.

Art. 10. Os casos omissos neste regulamento serão decididos pelo Diretor, ouvido o Conselho Pedagógico.

5.1.2 Plano de Carreira Docente

Art. 1º O corpo docente da Faculdade Global de Umuarama é integrado por todos os que exerçam atividades inerentes ao ensino, à pesquisa e à extensão ou que, nesta condição, venham a ocupar funções de direção, assessoramento, chefia, coordenação e assistência na Instituição.

Art. 2º O corpo docente da Faculdade Global de Umuarama, de acordo com a titulação, distribui-se em quatro classes, cada uma com cinco níveis, à exceção da classe de Professor Titular, nos termos do **Anexo I**.

Parágrafo único. A instituição pode contratar professores visitantes, por prazo determinado, para atender a atividades eventuais de ensino, pesquisa e extensão.

Art. 3º O professor é contratado pela Mantenedora, segundo o regime das leis trabalhistas, observados os critérios e normas do Regimento e deste Plano.

Art. 4º A admissão do professor é feita mediante seleção procedida por comissões indicadas pelos Colegiados de Curso e designadas pelo Diretor, observados os seguintes critérios:

I A adequação do currículo do candidato, considerando especialmente a relação entre os títulos acadêmicos e científicos e a experiência profissional com o plano de ensino da disciplina a ser lecionada;

II A inclusão no histórico escolar do curso de graduação ou de pós-graduação concluído pelo candidato de disciplina idêntica ou afim àquela a ser lecionada, em nível não inferior de complexidade.

Art. 5º O ingresso na carreira docente dá-se no nível inicial da classe.

Art. 6º Nos termos do Plano de Carreira Docente da Faculdade Global de Umuarama, para admissão ou promoção, conforme a classe, exige-se como prova de titulação mínima:

I Professor auxiliar, o diploma de conclusão de curso de graduação;

II Professor assistente, o diploma de conclusão de mestrado;

III Professor adjunto, o diploma de conclusão de curso de doutorado ou obtenção do título de livre docente;

IV Professor titular, o diploma de conclusão de curso de doutorado ou obtenção do título de livre docente, e a participação em concurso de provas e títulos, conforme normas estabelecidas pelo conselho superior da instituição.

Art. 7º O professor auxiliar é admitido apenas quando não for possível a contratação de docente com maior titulação ou quando apresentar competência pedagógica comprovada na prática escolar e em concurso de admissão.

Parágrafo único. O professor contratado nos termos do *caput* deste artigo, portador de certificado de especialização ou que venha a concluir curso de especialização, conforme a legislação em vigor, percebe como forma de incentivo cinco por cento sobre o valor do salário-base do nível em que for enquadrado.

Art. 8º A progressão na carreira ocorre de um nível para outro imediatamente superior, dentro da mesma classe, após o cumprimento pelo docente do interstício de dois anos em um mesmo nível, mediante avaliação de desempenho, obedecidos os seguintes critérios:

I Assiduidade;

II Avaliação feita pelos alunos;

III Efetiva participação em atividades acadêmicas programadas pela instituição;

IV Participação em bancas e comissões de trabalho, sempre que designado por autoridade da instituição;

V Participação como membro de associações de caráter científico, no caso de professores assistentes, adjuntos e titulares;

VI Publicação de trabalhos científicos;

OUTROS ASPECTOS, A CRITÉRIO DO CONSELHO PEDAGÓGICO.

§ 1º É competência dos coordenadores de curso a implementação da avaliação de desempenho dos docentes.

§ 2º A aprovação na avaliação de desempenho garante ao docente o percentual de dois por cento de acréscimo no salário-base.

Art. 9º A promoção de uma classe para outra se dá sem interstício, mediante obtenção de título acadêmico.

§ 1º A obtenção do título é comprovada através da apresentação de cópia autenticada do diploma.

§ 2º Caso não haja apresentação do diploma, são aceitos outros documentos comprobatórios da efetiva conclusão do curso de pós-graduação *stricto sensu*, até o prazo de um ano.

Art. 10. A promoção de uma classe para outra imediatamente superior representa o acréscimo de dez por cento sobre o valor do último nível da classe imediatamente anterior.

§ 1º Além do disposto no *caput* deste artigo, ao valor do salário-base da classe para a qual o docente foi promovido são acrescidos os seguintes percentuais:

I Dez por cento para os que comprovem a obtenção do título de mestre;

II Quinze por cento para os que comprovem a obtenção do título de doutor.

§ 2º Quando ocorrer a progressão de um nível para o outro na mesma classe, nos termos do Art. 8º, os percentuais a que se referem os incisos do parágrafo anterior passam a ser calculados sobre o valor do salário-base do nível em que o docente for reenquadrado.

Art. 11. Os professores da Faculdade Global de Umuarama são contratados por um dos seguintes regimes:

I Dez horas;

II Vinte horas;

III Trinta horas;

IV Quarenta horas.

§ 1º Cada regime compreende oitenta por cento de horas semanais em sala de aula e vinte por cento de horas-atividade, cumpridas em atividades diretamente ligadas ao ensino, pesquisa, extensão e outras previstas como atividades acadêmicas da instituição.

§ 2º Na fase de implantação dos cursos, podem ser admitidos professores-horistas para atendimento da demanda de aulas.

§ 3º Em casos excepcionais, os docentes enquadrados nos regimes de trabalho fixados neste Plano podem ministrar aulas além da carga horária prevista nos incisos do *caput* deste artigo.

§ 4º Na hipótese do parágrafo anterior, as atividades são remuneradas como horas extraordinárias.

§ 5º O valor da hora extraordinária é calculado com base no valor da hora-aula da classe em que está enquadrado o professor.

Art. 12. Podem ser estabelecidas gratificações adicionais aos vencimentos a fim de remunerar docentes pelo exercício de atividades de chefia, coordenação, orientação de estágios, assessoramento ou outras atribuições especiais que venham a assumir no interesse da Instituição.

Art. 13. A remuneração dos docentes, nos termos do **Anexo II**, tem como base o valor da hora-aula estabelecido para a classe de auxiliar nível um.

Art. 14. Os docentes enquadrados neste Plano fazem jus à percepção de anuênio, equivalente a um por cento sobre o salário-base por ano de serviço prestado à Instituição.

Art. 15. Os casos omissos são resolvidos pelo Conselho Superior da Faculdade Global de Umuarama.

5.2 ANEXO I

ORDEM	CLASSE	NÍVEIS
1	Professor Auxiliar Graduado ou Especialista	1
		2
		3
		4
		5
2	Professor Assistente Mestre	1
		2
		3
		4
		5
3	Professor Adjunto Doutor ou Livre Docente	1
		2
		3
		4
		5
4	Professor Titular Doutor ou Livre Docente + Concurso	Único

FORMAS E VALORES DE REMUNERAÇÃO PRATICADOS

INICIAL	
TITULAÇÃO	VALOR DA H/AULA + H/PESQUISA
Graduado	R\$ 12,24
Especialista	R\$ 12,81
Mestrando	R\$ 13,00
Mestre	R\$ 15,92
Doutorando	R\$ 16,56
Doutor	R\$ 18,40

5.3 METAS A SEREM ALCANÇADAS NOS PRÓXIMOS 4 ANOS

TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO EM HORAS/SEMANA					
	40 HORAS OU DEDICAÇÃO EXCLUSIVA	20 A 39 H	10 A 19 H	ATÉ 10 H	TOTAL	%
Doutorado	3	6	-	-	9	40
Mestrado	6	3	-	-	9	40
Especialização	-	5	-	-	5	20
Graduação	-	-	-	-	-	-
TOTAL	9	14	-	-	23	100
%	39	61	-	-		100

Observação: Nos contratos por aula dada, considerar 1 aula dada equivalente a 1 hora/semana.

5.4 FORMAS DE PARTICIPAÇÃO DO CORPO DOCENTE NAS ATIVIDADES DE DIREÇÃO DA INSTITUIÇÃO

A participação do Corpo Docente na definição da política de ensino e na administração dos cursos da Faculdade Global de Umuarama é considerada de suma importância, pois se tem a consciência de que uma instituição educacional, especialmente com uma proposta inovadora de formação de professores requer construção coletiva, com a colaboração efetiva de todos os atores envolvidos no processo. Sendo os professores os verdadeiros guias da aprendizagem dos alunos, detentores de saberes e experiências que representarão a própria essência de cada curso, sua participação é fundamental e será efetivada por meio de vários mecanismos, alguns assegurados no Regimento Interno.

O Colegiado de Curso é o órgão encarregado de elaborar e implantar a política de ensino do curso e acompanhar a sua execução. Do Colegiado, que tem no Coordenador do Curso o seu presidente, faz parte uma fração de 1/3 (um terço) dos professores do Curso.

O Conselho Pedagógico é órgão consultivo, normativo e deliberativo cuja atribuição é a de zelar pela qualidade e excelência do Projeto Político Pedagógico da Instituição. Do Conselho Pedagógico fazem parte o Gestor Pedagógico (função que será exercida por um docente), os Coordenadores de Curso, o Coordenador de Estágios e dois professores de cada curso.

O Gestor Pedagógico, os Coordenadores de Curso e dois representantes do Corpo Docente fazem parte do Conselho Superior, a quem cabe grande parte da tarefa de administração da Instituição.

Dessa forma, os docentes têm oportunidades institucionalizadas de expressiva participação na vida dos cursos, quer seja na reflexão das questões educacionais, quer seja na tomada de decisões que possam levar à melhoria do ensino promovido pela Instituição.

6. RESPONSÁVEL PELA IMPLANTAÇÃO DO CURSO

Nome da Coordenadora: Elsa Midori Shimazaki

Mestrado:

1991-1994 - Mestrado em Educação.

Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, São Paulo, Brasil.

Título: Formação de Conceitos em Ciências naturais: uma experiência com alunos portadores de deficiência mental moderada. Ano de obtenção: 1994.

Especialização:

1991-1992 -Aperfeiçoamento/Especialização em Educação Especial Deficiência Mental Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Jandaia do Sul, FAFIJAN, Paraná, Brasil.

1983 -1984 - Aperfeiçoamento/Especialização em Educação Pré Escolar.

Universidade Estadual de Maringá, UEM, Paraná, Paraná, Brasil.

Graduação:

1980 - 1981- Graduação em Pedagogia.

Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Mandaguari, FAFICLEM

1976 - 1979- Graduação em Letras Anglo Portuguesas.

Universidade Estadual de Maringá, UEM, Paraná, Brasil.

Experiência Profissional:

1992 -2001- Universidade Estadual de Maringá

Professor Assistente

1976-2001 – Secretaria da Educação do Paraná

Professora Regente de 1.ª a 4.ª séries e Ensino Especial

Atividades

1999 - 2001 - Pesquisa e desenvolvimento, Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Departamento de Teoria e Prática da Educação.

1992 - 2001 - Ensino de graduação, Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Departamento de Teoria e Prática da Educação.

Disciplinas ministradas

Política da Organização Escolar da Educação Básica

Pesquisas e Projetos na Prática Pedagógica.

Áreas de atuação

Ensino-Aprendizagem, Métodos e Técnicas de Ensino.

Currículo, Teoria Geral de Planejamento e Desenvolvimento Curricular.

RG: 1.485.775 / SSP / PR

CPF: 425.008.859-68

Endereço: : Rua Mitsuzo Taguchi – 248; bloco 3; apto 3 - Vila Nova
87045110 Maringá, PR - Brasil

Telefone: (44) 2289963 Fax: 2289961

E-mail: shimazaki@wnet.com.br

7. CORPO DISCENTE

A Faculdade Global de Umuarama manterá programas de acompanhamento, apoio e estímulo ao seu corpo discente. Inicialmente manterá o Programa de Orientação Acadêmica e o Programa de Monitoria Acadêmica.

7.1 PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO ACADÊMICA

O Programa de Orientação Acadêmica destina-se a prestar apoio ao acadêmico, desde o momento de seu ingresso no curso, até a sua formatura.

Tem como objetivo principal integrar plenamente o estudante na comunidade e na vida institucional, valorizando-o, apoiando-o e estimulando-o em sua caminhada acadêmica, de forma que ela seja o mais consciente, harmoniosa e produtiva possível.

No intuito de atingir seus objetivos, o Programa prevê, entre outras, as seguintes ações:

- Publicação do Manual do Aluno;
- Disponibilização do Catálogo da Instituição, segundo legislação vigente;
- Disponibilização do Regimento Interno da Instituição;
- Manutenção de sistema atualizado de informações em *site* na Internet;
- Semana de Introdução Acadêmica, com atividades dirigidas, visando a fornecer informações e orientações, e a promover a interação social;
- Acompanhamento do aluno em todo o seu percurso acadêmico, com discussões e reflexões sobre o seu desempenho, suas possibilidades e potencialidades, e eventuais dificuldades;
- Orientação ao aluno em situação de risco (absenteísmo, baixo rendimento, iminência de jubramento e outras), com os encaminhamentos que se fizerem necessários ou oportunos;
- Orientação ao aluno em relação às Atividades Acadêmicas Complementares.

O Programa de Orientação Acadêmica estará a cargo dos seguintes órgãos:

- Conselho Pedagógico, que deve estabelecer as diretrizes e acompanhar a sua efetivação;
- Direção Pedagógica, que deve articular a efetivação e avaliação do Programa;
- Colegiado de Curso, que orienta seu desenvolvimento no curso;
- Coordenação de Curso, que deve atender e orientar os alunos de acordo com as diretrizes do Programa, coordenando todas as suas ações no curso.

Os professores desempenham importante papel no acompanhamento dos alunos, tanto em questões pedagógicas propriamente ditas, como em outras questões que, embora não se liguem diretamente à relação ensino-aprendizagem, possam interferir na vida acadêmica, requerendo orientações, sugestões ou encaminhamentos à Coordenação.

Uma boa Orientação Acadêmica exige um trabalho conjunto de professores e coordenadores de curso, supervisores e coordenador de estágios. Outro elemento que pode ter atuação importante é o aluno-monitor, devido ao fato de estar próximo a seus colegas, vivenciando situações análogas.

7.2 PROGRAMA DE MONITORIA ACADÊMICA

O Regimento Interno da Instituição estabelece o Programa de Monitoria Acadêmica, que tem como objetivos:

I Proporcionar ao aluno oportunidades de desenvolver aptidões, habilidades e competências inerentes à carreira de professor;

II Ampliar as formas de participação discente no processo educacional;

III Proporcionar ao corpo docente da instituição a assistência de colaboradores qualificados, visando à melhoria do processo ensino-aprendizagem.

A atividade de monitoria acadêmica é exercida por aluno regularmente matriculado, durante período letivo determinado, de acordo com as normas contidas em proposta de Regulamento anexa a este Projeto.

8. BIBLIOTECA

A Biblioteca, órgão de apoio às atividades docentes e discentes da Faculdade Global de Umarama, é considerada um dos elementos mais significativos do projeto institucional, razão pela qual merece atenção especial da Mantenedora, recebendo investimentos constantes, destinados a mantê-la atualizada e moderna.

8.1 ACERVO

ACERVO				
ÁREA	LIVROS		PERIÓDICOS POR TÍTULO	
	TÍTULOS	VOLUMES	NACIONAIS	ESTRANGEIROS
Ciências Agrárias		803	-	-
Ciências Biológicas		1.402	-	-
Ciências da Saúde			-	-
Ciências Exatas e da Terra		1.347	-	-
Ciências Humanas		1.412	7	-
Ciências Sociais Aplicadas			-	-
Engenharias			-	-
Linguística, Letras e Artes		4.641	-	-
TOTAL		9.605	-	-

VOLUME ANUAL DE ATUALIZAÇÃO			EQUIPE RESPONSÁVEL (EXCETO VIGILÂNCIA E LIMPEZA)			ACESSO AO MATERIAL BIBLIOGRÁFICO		VIDEOTECA
COMPRA	DOAÇÃO	PERMUTA	BIBLIOTECÁRIOS	OUTROS	ABERTO	FECHADO	QTDE TÍTULOS	
1.000	50	100	01	02	X		520	
DISPOSIÇÃO DO ACERVO			TIPO DE CATALOGAÇÃO			FORMAS DE EMPRÉSTIMO		
CDU	CDD	OUTRO	CCAAR2	CCAAR 1	OUTRO	ABERTO A COMUN.	FECHADO À COMUN.	
	X		X			X		
EMPRÉSTIMO DE MAT. DE REFERÊNCIA		FACILIDADE PARA RESERVA DE MATERIAL BIBLIOG.			FACILIDADE PARA REPRODUÇÃO DE MATERIAL BIBLIOG.			
SIM	NÃO	INFORMATIZADA	MANUAL	NÃO TEM	NA BIBLIOTECA	NO PRÉDIO	NÃO TEM	
X		X				X		

8.2 NÍVEL ATUAL DE INFORMATIZAÇÃO

A Biblioteca está em fase de informatização com a utilização do programa ML.Biblioteca 2.000. Prevê-se que até o início dos cursos os serviços de catalogação e informatização estejam terminados.

8.3 FACILIDADES PARA ACESSO A INFORMAÇÕES

A Faculdade Global de Umuarama entende que não se constrói um processo de ensino-aprendizagem eficiente, sem amplas possibilidades de acesso a informações. Para que isso se efetive, tomará todas as medidas cabíveis, entre as quais a implantação de um sistema que permita acesso a várias bases de dados, com a instalação de pontos de Internet na Biblioteca e nos Laboratórios de Informática.

8.4 ESPAÇO FÍSICO E HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

ESPAÇO FÍSICO		HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO					
TIPO DO ESPAÇO	ÁREA (m ²)	MANHÃ		TARDE		NOITE	
		INÍCIO	FIM	INÍCIO	FIM	INÍCIO	FIM
Salas individuais de estudo	12	07:30	12:00	12:00	18:00	18:00	22:30
Salas para leitura e trabalhos em grupo	70	07:30	12:00	12:00	18:00	18:00	22:30
Destinado aos serviços de biblioteca	20	07:30	12:00	12:00	18:00	18:00	22:30

8.5 PLANO DE ATUALIZAÇÃO E EXPANSÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS E DO ACERVO

A Faculdade Global de Umuarama tem como meta manter uma Biblioteca moderna e eficiente que possa servir de apoio efetivo às atividades previstas para seus cursos. Para isso, já está destinando investimentos substanciais à ampliação de espaços, com a construção de novo prédio com 240 m² para a Biblioteca, que comportará: 1 sala para o acervo, 1 sala para trabalhos da Biblioteca, 1 sala para trabalho de equipe e 1 sala para leitura.

Igualmente pretende investir em equipamentos, em complementação e atualização de acervo e em preparo e ampliação de recursos humanos, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Ano 1	
Terrenos.....	150.000,00
Prédios.....	250.000,00
Reformas.....	100.000,00
Computadores.....	45.000,00
Refrigeração Central.....	16.000,00
Laboratório Informática Reforma.....	15.000,00
Biblioteca.....	60.000,00
Móveis, escritório, sala de reuniões, auditórios, sistema de comunicações.....	20.000,00
Projetos de Implantação.....	25.000,00
Softwares.....	10.000,00
Laboratório Ciências Biológicas.....	102.000,00
Total	793.000,00
Ano 2	
Biblioteca.....	60.000,00
Computadores.....	45.000,00
Softwares.....	10.000,00
Material de laboratório.....	15.000,00
Total	130.000,00
Ano 3	
Biblioteca.....	60.000,00
Computadores.....	45.000,00
Softwares.....	10.000,00
Material de laboratório.....	10.000,00
Total	125.000,00
Ano 4	
Biblioteca.....	60.000,00
Computadores.....	45.000,00
Softwares.....	10.000,00
Material de laboratório.....	10.000,00
Total	125.000,00

9. INFRA-ESTRUTURA FÍSICA

Nº DE SALAS DE AULA	ÁREA (M ²)	ALUNOS/TURMA	TURMAS/ SEMANA	HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO
01	80 m ²	60	01	19:00 às 23:00 horas
01	80 m ²	60	01	19:00 às 23:00 horas
01	80 m ²	60	01	19:00 às 23:00 horas
01	72 m ²	60	01	19:00 às 23:00 horas
05	72 m ²	60	01	19:00 às 23:00 horas
08	54 m ²	50	01	19:00 às 23:00 horas
06	42 m ²	40	01	19:00 às 23:00 horas

9.1 OUTRAS ÁREAS

DESCRIÇÃO	ÁREA (m ²)
1 anfiteatro para 140 pessoas	150
1 sala pedagógica	54
1 Biblioteca com sala de estudos	140
1 anfiteatro para projeção multimídia com 100 lugares	140
1 ginásio de esportes para 700 pessoas, vestiário masculino e feminino.	1400
1 sala de professores	52
3 salas para coordenadores	126
1 sala de direção	42
1 sala para auxílio de coordenação	30
1 quadra polivalente	800
2 secretarias	42
3 banheiros para professores e coordenadores	60
1 cantina/cozinha	1000
1 banheiro feminino com 8 repartições	60
1 banheiro masculino com 8 repartições	60
1 videoteca	54
1 Laboratório de Preparação	40
1 Laboratório de Microscopia	50
1 Laboratório de Físico-Química	50
1 Laboratório de Anatomia e Fisiologia	60
1 Biotério	30
1 Laboratório de Informática	80

9.2 LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA

LABORATÓRIO	ÁREA (M ²)	ALUNOS/TURMA	TURMAS/SEMANA	HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO
Laboratório de Informática	80 m ²	30	02	07:30 às 12:00 13:30 às 22:30

9.3 INFRA-ESTRUTURA PLANEJADA PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

A Faculdade Global de Umuarama, para bem atender a seus alunos portadores de necessidades especiais, oferece em suas instalações:

Rampas com corrimões e/ou elevadores que permitem o acesso do estudante com deficiência física aos espaços de uso coletivo da instituição.

Rampas com corrimões e/ou elevadores que permitem o acesso do estudante com deficiência física à todas as salas de aula/laboratórios da instituição.

Reservas de vagas, em estacionamentos nas proximidades das unidades da instituição, para pessoas portadoras de necessidades especiais.

Banheiros adaptados que dispõem de portas largas e espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas.

Barras de apoio nas paredes dos banheiros

Lavabos e bebedouros instalados em altura acessível aos usuários de cadeiras de rodas

Telefones públicos instalados em altura acessível aos usuários de cadeiras de rodas

Além disso, a Instituição se compromete a proporcionar a infra-estrutura necessária para portadores de deficiências visuais (sala de apoio especial), bem como para portadores de deficiências auditivas (sala de apoio especial), caso seja solicitada.

10. APOIO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Para apoio aos serviços administrativos da Instituição nos diversos setores (Secretaria, Biblioteca, Laboratórios e Serviços Gerais) a equipe inicialmente prevista é:

Biblioteca	1 Bibliotecária 2 Auxiliares de Biblioteca
Secretaria	1 Secretária 2 Auxiliares de Secretaria
Laboratórios Específicos	1 Coordenador de Laboratórios 2 Técnicos de Laboratório
Laboratórios de Informática	1 Coordenador 2 Técnicos em Informática
Serviços Gerais	2 Serventes

Com a entrada de novas turmas e à medida que for necessário, serão admitidos novos elementos na equipe para proporcionar uma infra-estrutura de apoio eficiente ao funcionamento do Instituto.

11. PROGRAMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A consolidação de um sistema de Avaliação institucional na Faculdade Global de Umuarama, como processo consistente, permanente e sistemático, é considerada essencial para assegurar o alto grau de qualificação que a Instituição pretende manter. Qualidade em instituições que ministram ensino superior significa, hoje, não apenas manter a excelência acadêmica, mas também atender com presteza e, até mesmo, com antecipação aos desafios colocados pela modernidade. Em decorrência do ritmo com que as mudanças estão se processando, em virtude sobretudo dos avanços científicos e tecnológicos e do fenômeno da globalização da economia e da cultura, os processos de formação superior têm de estar constantemente evoluindo.

Para manter-se em sintonia com as exigências colocadas pela sociedade em mudança, a Instituição se propõe a propiciar constantes reavaliações e atualizações no ensino que ministrará, estabelecendo como regra que os currículos de seus cursos estejam constantemente abertos para o novo, sem perder a consistência teórico-metodológica e sem desviar-se do sentido ético-político que norteia sua proposta educacional.

Serão criadas todas as condições necessárias para a implantação e manutenção de um programa de avaliação que deverá fornecer subsídios para essas redefinições e correções de rumos. Este programa deverá atender a todos os aspectos inerentes à organização e ao funcionamento da Instituição como um todo, constituindo-se na base para o planejamento institucional. A implementação desse programa dar-se-á de forma gradativa, envolvendo todos os segmentos da comunidade acadêmica num processo constante de reflexão e estudo.

Para tal, será criada uma Comissão de Planejamento e Avaliação Institucional, que será formada por representantes dos corpos diretivo, técnico-administrativo, docente e discente.

Além de avaliar o desempenho da Instituição, com vistas ao aperfeiçoamento e à modernização do projeto acadêmico-pedagógico e administrativo, na busca da excelência das atividades acadêmicas, espera-se ainda verificar até que ponto os objetivos do Projeto da Instituição estão sendo alcançados no tocante à consubstanciação da concepção de cada curso numa práxis rica e inovadora.

O processo de avaliação institucional na Faculdade Global de Umuarama deverá ter como pressupostos básicos: avaliação segundo parâmetros de julgamento derivados da própria concepção da missão da Instituição, sua filosofia, metas e objetivos; abrangência, no sentido de envolver todas as pessoas que formam o universo da Instituição, bem como todas as atividades desenvolvidas nas diferentes esferas; desvinculação de mecanismos de premiação e punição; legitimação perante a comunidade acadêmica pela seriedade de princípios, clareza de objetivos, fidedignidade dos instrumentos utilizados, transparência em suas ações; divulgação e discussão dos resultados obtidos, utilizando-os para a implementação de ações de melhoria e aperfeiçoamento da Instituição.

A avaliação se dará nos moldes propostos pelo PAIUB – Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras compreendendo avaliação interna e avaliação externa.

O Programa deverá avaliar aspectos concernentes a: currículo, corpo docente, corpo discente, corpo técnico-administrativo, infra-estrutura, regime acadêmico, pesquisa, extensão.

Num primeiro momento, procurar-se-á sensibilizar a comunidade institucional para a relevância e o alcance da avaliação, procurando eliminar possíveis preconceitos e atitudes de resistência.

Vencida essa fase, será elaborada a proposta de avaliação, embasada num referencial teórico-metodológico que permita a definição de objetivos e de parâmetros de julgamento.

Em seguida, deverá verificar-se a aplicação dos instrumentos, coleta, organização, análise e interpretação das informações, levantamento dos resultados.

Aos resultados dessa avaliação interna deverão ser agregados os da avaliação externa, num amplo processo de reflexão capaz de levar a encaminhamentos que deverão realimentar o planejamento da Instituição. Nesse momento, que representa o coroamento do processo avaliativo, todos os componentes deverão envolver-se no trabalho de reflexão e autocrítica, conscientes de que dele deverão resultar ações capazes de solucionar problemas e falhas, corrigir rumos, aperfeiçoar atividades, reforçar pontos positivos e, conseqüentemente, garantir os altos padrões de qualidade que a Instituição se propõe a manter.

O processo de avaliação que se quer construir, portanto, é o que possa tornar-se um laboratório de inovações.

12. PLANEJAMENTO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O planejamento econômico-financeiro anual da Faculdade Global de Umuarama baseia-se na soma das receitas e das despesas correntes, conforme demonstram os elementos abaixo relacionados.

Fornecer projeção para os quatro primeiros anos de funcionamento dos cursos previstos, com dados econômicos e financeiros que levam em conta os recursos disponíveis e necessários. Serve de análise, estudo, fonte de debate e subsídios para tomadas de decisões.

PROJEÇÃO DE NÚMERO DE ALUNOS

CURSOS

Pedagogia

Ciências Biológicas

Letras-Português/Inglês

Fonoaudiologia

NÚMERO DE CURSOS

Ano 1 : 4

Ano 2 : 4

Ano 3 : 4

Ano 4 : 4

ALUNOS/TURMA: 60

GRADE DO NÚMERO DE ALUNOS

	ANO 1		ANO 2		ANO 3		ANO 4	
	1ºSEM	2ºSEM	1ºSEM	2ºSEM	1ºSEM	2ºSEM	1ºSEM	2ºSEM
1º SEM		240	240	240	240	240	240	240
2º SEM	240		240	240	240	240	240	240
1º SEM	240		240	240	240	240	240	240
2º SEM				240	240	240	240	240
1º SEM					240	240	240	240
2º SEM						240	240	240
1º SEM							240	240
2º SEM								240
	240		720	960	1.200	1.440	1.680	1.920
	480							

INVESTIMENTOS

INICIAL	
Ano 1	
Terrenos.....	150.000,00
Prédios.....	250.000,00
Reformas.....	100.000,00
Computadores.....	45.000,00
Refrigeração Central.....	16.000,00
Laboratório de Informática Reforma.....	15.000,00
Biblioteca.....	60.000,00
Móveis, escritório, sala de reuniões, auditórios, sistema de comunicações.....	20.000,00
Projetos de Implantação.....	25.000,00
Software.....	10.000,00
Laboratório de Ciências Biológicas.....	102.000,00
Total	793.000,00
Ano 2	
Biblioteca.....	60.000,00
Computadores.....	45.000,00
Software.....	10.000,00
Material de laboratório.....	15.000,00
Total	130.000,00
Ano 3	
Biblioteca.....	
Computadores.....	60.000,00
Software.....	45.000,00
Material de laboratório.....	10.000,00
	10.000,00
Total	125.000,00
Ano 4	
Biblioteca.....	60.000,00
Computadores.....	45.000,00
Software.....	10.000,00
Material de laboratório.....	10.000,00
Total	125.000,00

DESPESAS DE CUSTEIO

PESSOAL

CORPO DOCENTE

1º ANO

Custo anual – Despesas com o Corpo Docente	136.300,00
Encargos Sociais: 52,22%	71.175,00
TOTAL ANUAL	207.475,00

2º ANO

Custo anual – Despesas com o Corpo Docente	272.600,00
Encargos Sociais: 52,22%	142.351,00
TOTAL ANUAL	414.951,80

3º ANO

Custo anual – Despesas com o Corpo Docente	408.900,00
Encargos Sociais: 52,22%	213.527,60
TOTAL ANUAL	622.427,60

4º ANO

Custo anual – Despesas com o Corpo Docente	545.125,00
Encargos Sociais: 52,22%	284.664,30
TOTAL ANUAL	829.789,30

DEMONSTRATIVO DOS CÁLCULOS DOS ENCARGOS SOCIAIS

A) INSS + FGTS	B) 13º Sal + Abono de Férias	*C) A x B	D) Eventuais
28% = 8% + 36%	8,33% + 2,78% = 11,11%	A x B = 4%	10% s/ total = 5,11%
TOTAL = A + B + C + D = 52,22%			

*C) = INSS + FGTS sobre o 13º Sal + abono = 36% de 11,11% = 4%

VERBAS PARA CAPACITAÇÃO

ANO 1 = R\$10.000,00
ANO 2 = R\$10.000,00

ANO 3 = R\$15.000,00
ANO 4 = R\$20.000,00

PLANO DE CARREIRA

5% sobre a remuneração do ano anterior, anual para todos os cursos.

QUADRO DOS CUSTOS DO PESSOAL DOCENTE, ANUALIZADO.

	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4
Remunerações	207.475,92	414.951,80	622.427,00	829.789,30
Capacitação	10.000,00	10.000,00	15.000,00	20.000,00
Plano de Carreira	-	10.373,80	20.747,60	31.121,40
TOTAL	217.475,00	435.325,60	658.174,60	880.910,70

ADMINISTRAÇÃO

ESTIMATIVA DE NECESSIDADES DE PESSOAL DE APOIO

Administração, almoxarifado, técnico em manutenção de computadores, coordenador de laboratório, zelador, vigia, bibliotecária, reprografista.

ANO 1 = 01 Diretor Geral = R\$5.000,00
ANO 1 = 10 funcionários = R\$2.400,00
ANO 2 = 14 funcionários = R\$3.360,00
ANO 3 = 18 funcionários = R\$4.320,00
ANO 4 = 20 funcionários = R\$6.400,00

Encargos Sociais: 52,22%
Total (Salários = encargos)

ANO 1 = R\$11.264,30 x 12 = R\$135.171,60
ANO 2 = R\$12.725,60 x 12 = R\$152.707,20
ANO 3 = R\$14.187,00 x 12 = R\$170.244,00
ANO 4 = R\$17.353,10 x 12 = R\$208.237,20

CUSTEIO

GASTOS GERAIS

Estimativa de custos/ano

ANO 1

Pró-labore dos Sócios (a partir do 2º ano)	R\$ 48.000,00
Telefone, comunicação	R\$ 12.000,00
Propaganda, publicidade	R\$ 10.000,00
Honorários	R\$ 2.000,00
Luz, água	R\$ 10.000,00
Material de consumo	R\$ 3.000,00
Manutenção de ativos	R\$ 4.000,00
Veículos, combustíveis	R\$ 6.000,00
Provedor Internet	R\$ 2.500,00
Seguros	R\$ 10.000,00
Depreciações (1º ano)	R\$ 27.300,00
Demais	R\$ 6.000,00

CÁLCULO DA DEPRECIÇÃO

Prédios: $R\$250.000,00 + 100.00,00 \div 25 \text{ anos} = R\$ 14.000,00$

Computadores:

ANO 1 = $R\$45.000,00 \div 5 \text{ anos} = R\$ 9.000,00$

ANO 2 = $R\$45.000,00 \div 5 \text{ anos} = R\$ 9.000,00$

ANO 3 = $R\$45.000,00 \div 5 \text{ anos} = R\$ 9.000,00$

ANO 4 = $R\$45.000,00 \div 5 \text{ anos} = R\$ 9.000,00$

Refrigeração:..... $R\$ 16.000,00 \div 20 \text{ anos} = R\$ 800,00$

Laboratório:..... $R\$ 15.000,00 \div 10 \text{ anos} = R\$ 1.500,00$

Móveis:..... $R\$ 20.000,00 \div 10 \text{ anos} = R\$ 2.000,00$

Lab. Ciências Biológicas... $R\$102.000,00 \div 10 \text{ anos} = R\$10.200,00$

Resumo

ANO 1 = $R\$37.500,00$

ANO 2 = $R\$47.700,00$

ANO 3 = $R\$57.900,00$

ANO 4 = $R\$68.100,00$

VARIÁVEIS

Vestibular

Estimado em 30% s/receita do vestibular

Revistas e Jornais

ANO 1 = R\$2.000,00

ANO 2 = R\$3.000,00

ANO 3 = R\$4.000,00

ANO 4 = R\$5.000,00

Material de Apoio

* Aulas a R\$2,50 por aluno/mês.

ANO 1 = $476 \times 2,50 \times 9$ meses: R\$ 10.710,00

ANO 2 = $1.088 \times 2,50 \times 9$ meses: R\$ 24.480,00

ANO 3 = $1.632 \times 2,50 \times 9$ meses: R\$ 36.720,00

ANO 4 = $2.176 \times 2,50 \times 9$ meses: R\$ 48.960,00

Manutenção de Computadores

ANO 1 = R\$4.500,00

ANO 2 = R\$6.000,00

ANO 3 = R\$7.000,00

ANO 4 = R\$8.000,00

Impostos

PIS, COFINS = 3,65 s/receitas das mensalidades.

ISSQN = 3% s/receitas das mensalidades.

IRPJ = 15% s/lucro líquido.

Contribuição Social; 12% s/lucro líquido, após IRPJ.

Financeiras

CPMF Receitas x 0,38%.

(No ANO 1, está computado sobre os investimentos.)

Taxas

R\$1,50 por aluno/mês:

ANO 1 = $1,50 \times 12 \times 476$ = R\$ 8.568,00

ANO 2 = $1,50 \times 12 \times 1.088$ = R\$ 19.584,00

ANO 3 = $1,50 \times 12 \times 1.632$ = R\$ 29.376,00

ANO 4 = $1,50 \times 12 \times 2.176 = \text{R\$ } 39.168,00$

REVISTAS E JORNAIS

ANO 1

Normal Superior: Anos Iniciais do Ensino Fundamental

5 Revistas x R\$ 50,00 = R\$ 250,00

8 Jornais x R\$ 25,00 = R\$ 200,00

TOTAL = R\$ 450,00

Letras - Português/Inglês

10 Revistas x R\$ 50,00 = R\$ 500,00

TOTAL = R\$ 500,00

Ciências Biológicas

20 Revistas x R\$ 50,00 = R\$ 1.000,00

TOTAL = R\$ 1.000,00

10 Revistas internacionais x R\$ 100,00

TOTAL = R\$ 1.000,00

Normal Superior: Educação Infantil

5 Revistas x R\$ 50,00 = R\$ 250,00

TOTAL = R\$ 250,00

TOTAL GERAL = R\$ 3.200,00

Média / Curso = R\$ 800,00

ANO 2

4 Cursos = R\$ 3.200,00

ANO 3

4 Cursos = R\$ 3.200,00

ANO 4

4 Cursos = R\$ 3.200,00

QUADRO DEMONSTRATIVO DE RECEITAS

Valor médio mensalidade por aluno: R\$ 180,00

Valores x R\$1,00

	ANO 1		ANO 2		ANO 3		ANO 4	
	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS
N.º Alunos	240	480	720	960	1.200	1.440	1.680	1.920
Evasões:15%	36	72	108	144	180	216	252	288
Saldo	204	408	612	816	1.020	1.224	1.428	1.632
Valor	220.320	440.640	660.960	821.280	1.101.600	321.920	1.542.240	1.762.560
Valor/Ano	660.960		1.542.240		2.423.520		3.304.800	
Vestibulares	27.000	54.000	81.000	108.000	135.000	162.000	189.000	216.000
TOTAL ANO	741.960		1.731.240		2.720.520		3.709.800	

QUADRO DE RESULTADOS ANUAIS PROJETADOS

DISCRIMINAÇÃO	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4
RECEITAS				
1 - MENSALIDADES	660.960,00	1.542.240,00	2.423.520,00	3.304.800,00
2 - VESTIBULAR	81.000,00	189.000,00	297.000,00	405.000,00
RECEITA TOTAL	741.960,00	1.731.240,00	2.720.520,00	3.709.800,00
DESPESAS DE CUSTEIO				
PESSOAL DOCENTE	217.475,00	435.325,00	658.174,60	880.910,60
PESSOAL ADMINISTRATIVO	135.171,60	152.707,20	170.244,00	208.237,20
GASTOS GERAIS				
PRÓ-LABORE	---	48.000,00	48.000,00	48.000,00
TELEFONE COMUNICAÇÕES	12.000,00	13.200,00	14.520,00	15.970,00
PROPAGANDA	10.000,00	11.000,00	12.100,00	13.310,00
HONORÁRIOS, DIVERSOS	2.000,00	2.400,00	2.640,00	2.904,00
LUZ, ÁGUA	10.000,00	12.000,00	15.000,00	15.000,00
MATERIAL DE CONSUMO	3.000,00	4.000,00	5.000,00	7.000,00
MANUTENÇÃO DE ATIVOS	4.000,00	4.000,00	4.800,00	5.760,00
VEÍCULOS, COMBUSTÍVEIS	6.000,00	7.000,00	8.000,00	10.000,00
PROVEDOR INTERNET	2.500,00	3.000,00	4.000,00	5.000,00
SEGUROS	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00
DEPRECIACÕES	37.500,00	47.700,00	57.900,00	68.100,00
DEMAIS	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00
SUB TOTAL	447.646,60	748.332,80	1.008.378,00	1.288.191,90
VARIÁVEIS				
VESTIBULAR	27.772,00	55.545,00	83.318,00	111.091,00
JORNAIS, REVISTAS	3.200,00	3.200,00	3.200,00	3.200,00
MATERIAL DE APOIO	10.710,00	24.480,00	36.720,00	48.960,00
MANUT. COMPUTADOR	4.500,00	6.000,00	7.000,00	8.000,00
PIS / COFINS - 3,65%	27.081,00	63.190,00	99.298,00	135.407,00
ISSQN	22.258,00	51.937,00	81.615,00	111.294,00
FINANCEIRAS CPMF - 0,38%	5.832,00	6.578,00	10.337,00	14.097,00
TAXAS	9.424,00	21.542,00	32.313,00	43.084,00
SUB TOTAL	110.777,00	232.472,00	353.801,00	475.134,00
CUSTOS TOTAIS	558.423,60	980.804,80	1.362.179,00	1.763.325,90
RESULTADO OPERACIONAL	183.536,40	750.435,20	1.358.341,00	1.946.474,10
IRPJ - 15%	27.530,46	112.565,28	203.751,15	291.971,12
C. SOCIAL S/ LUCRO - 12%	18.720,72	76.544,40	138.550,79	198.540,36
RESULTADO LÍQUIDO	137.285,22	561.325,52	1.016.039,06	1.455.962,62

QUADRO DE USOS E FONTES

CONTAS	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4
USOS				
INVESTIMENTOS	793.000,00	130.000,00	125.000,00	125.000,00
TOTAL	793.000,00	130.000,00	125.000,00	125.000,00
SALDO	1.785,22	479.025,52	948.939,06	1.399.062,62
Sócios	260.000,00			
Disponível	200.000,00	-	-	-
Imóveis a vender	160.000,00	-	-	-
Resultado Operacional	137.285,22	561.325,52	1.016.039,06	1.455.962,62
depreciações	37.500,00	47.700,00	57.900,00	68.100,00
TOTAL	794.785,22	609.025,52	1.073.939,06	1.524.062,62
SALDO	1.785,22	479.025,52	948.939,06	1.399.062,62

ANEXOS

13. ANEXOS

13.1 REGULAMENTO GERAL DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

CAPÍTULO I

FINALIDADE E OBJETIVOS

Art. 1º Os estágios curriculares obrigatórios, na condição de disciplinas, compõem o plano curricular dos Cursos de Licenciatura da Faculdade Global de Umuarama, com uma carga horária de, no mínimo, 300 horas, distribuídas ao longo dos cursos.

Art. 2º Os estágios curriculares deverão obedecer às diretrizes gerais deste Regulamento, ficando a cargo dos Colegiados de Curso a fixação de procedimentos e critérios capazes de atender às especificidades de cada curso.

Parágrafo único. Cabe à Direção Pedagógica a regulamentação do aproveitamento, para efeitos de carga horária e créditos, de experiências na prática profissional.

Art. 3º O Estágio Supervisionado é concebido como uma atividade curricular de base eminentemente pedagógica que deve propiciar profunda reflexão da realidade escolar, de seus determinantes e de suas possibilidades históricas, conduzindo a possibilidades de pensar, propor ou efetivar intervenções na organização escolar e no contexto de sua gestão política, administrativa e pedagógica, no intuito de construir uma escola democrática e afinada à nova realidade social do país.

Art. 4º São objetivos do Estágio Supervisionado:

I Possibilitar uma compreensão crítica das relações entre escola e sociedade, levando à superação de uma leitura ditada pelo senso comum acerca da realidade social, econômica e política da realidade educacional do país;

II Proporcionar complementação da formação pessoal e profissional do estudante, propiciando vivências em ambiente genuíno de trabalho, ampliando oportunidades de integrar dinamicamente teoria e prática;

III Contribuir para a formação de educadores capazes de pensar e construir uma nova prática pedagógica, comprometida com a modernidade e com princípios de ética e cidadania;

IV Desenvolver a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade;

v proporcionar oportunidade de questionamento, reavaliação e atualização curricular.

CAPÍTULO II

DO CAMPO DE ESTÁGIO

Art. 5º Constituem campo de estágio as instituições de Educação Básica públicas e particulares, nas etapas pertinentes a cada curso e nas diferentes modalidades.

Parágrafo único. As instituições educativas consideradas como não formais poderão servir de campo de estágio, desde que atendam às condições estabelecidas neste Regulamento.

Art. 6º Nos entendimentos para definição de campos de estágio, serão considerados os seguintes itens em relação à entidade ofertante:

- I Existência das condições necessárias ao desenvolvimento das propostas de estágio;
- II Assinatura de termo de compromisso de estágio;
- III Previsão de trabalho conjunto, com aceitação das condições de supervisão e avaliação das atividades de estágio pela instituição;
- IV Anuência e acatamento às normas deste regulamento e da legislação vigente.

CAPÍTULO III

DA COORDENAÇÃO DE ESTÁGIOS

Art. 7º A Coordenação dos Estágios caberá a um professor designado pelo Gestor Pedagógico.

Art. 8º Ao Coordenador de Estágios compete:

- I Coordenar as atividades de estágio;
- II Promover a dinâmica de procura, seleção e avaliação de campos de estágio, tendo em vista o estabelecimento e a renovação de parcerias com instituições que possam ofertar estágios;
- III Manter vigilância com relação aos aspectos legais dos convênios de estágio;
- IV Desenvolver mecanismos operacionais que facilitem a condução dos estágios com segurança, seriedade, ética e aproveitamento;

- V Organizar e manter atualizado um sistema de documentação e registro;
- VI Divulgar de forma ampla as experiências de estágio, por meio de seminários, publicações ou outras formas;
- VII Acompanhar por meio de reuniões mensais, a orientação prestada pelos docentes que se encontram na condição de orientador;
- VIII Participar do programa de avaliação institucional, coordenando as atividades de avaliação da área de estágios, visando aprimorar sua dinâmica em função dos objetivos propostos.
- IX Elaborar relatórios anuais dos estágios, e parciais, se houver necessidade.
- X Definir critérios e orientar a composição de grupos de estágios.

CAPÍTULO IV

DA ORIENTAÇÃO DOS ESTÁGIOS

Art. 9º A orientação de estágio deve ser entendida como assessoria dada ao aluno no decorrer de sua prática profissional, por um professor orientador e um Supervisor, profissional do campo de estágio, acreditados pelo Coordenador de Estágios da Instituição.

Art. 10. Ao orientador compete:

- I Colaborar no desenvolvimento de esforços para obtenção de oportunidades de estágio;
- II Elaborar, em conjunto com o estagiário, o plano de estágio a ser desenvolvido, e responsabilizar-se por sua orientação e execução;
- III Estabelecer o processo de acompanhamento e supervisão a ser adotado, em conjunto com o aluno, definindo inclusive a periodicidade de entrega de relatórios;
- IV Assistir o aluno, orientando-o de acordo com o plano de estágio previsto;

- V Avaliar o estagiário, com a colaboração do supervisor de estágio, e atribuir conceito, quando for o caso, encaminhando o resultado da avaliação à coordenação de estágios;
- VI Enviar à coordenação de estágios o relatório final;
- VII Estabelecer o programa de atividades a ser desenvolvido pelo aluno, de acordo com o plano de estágio;
- VIII Acompanhar, supervisionar e orientar o aluno durante o período de realização do estágio;
- IX Encaminhar de modo periódico e sistemático ao orientador de estágio fichas de frequência e pareceres sobre o desempenho das atividades do estagiário.

Art. 11. Ao Supervisor do campo de estágio compete:

- I Aprovar o programa de atividades a ser desenvolvido pelo aluno;
- II Acompanhar, supervisionar e orientar o aluno durante o período de realização do estágio;
- III Avaliar o aluno, ao longo e ao término do período do estágio.

CAPÍTULO V

DO ALUNO ESTAGIÁRIO

Art. 12. Ao estagiário compete:

- I Colaborar no desenvolvimento de esforços para obtenção e manutenção de oportunidades de estágios;
- II Elaborar o plano de estágio, em conjunto com o orientador da instituição formadora e o professor da escola campo de estágio;

III Desenvolver o programa de atividades proposto no plano de estágio, cumprindo a carga horária estipulada, dentro dos princípios ético-pedagógicos;

IV Elaborar e entregar os relatórios do estágio, sempre que solicitado;

V Zelar pelos equipamentos e bens materiais utilizados no desenvolvimento de suas atividades de estágio.

Parágrafo único. Em casos de alunos já atuantes como professores, estas competências poderão, sofrer alterações.

CAPÍTULO VI

DO PLANO DE ESTÁGIO

Art. 13. O Plano de Estágio é um documento que formaliza a proposta de trabalho a ser desenvolvida pelo estagiário.

Art. 14. O Plano de Estágio deverá ser elaborado pelo estagiário em conjunto com o orientador, com a colaboração do Supervisor do campo de estágio, elaborado de acordo com a Proposta de Estágio do Curso e o Projeto Político-Pedagógico da Escola.

Art. 15. O estagiário, ao assinar o Plano de Estágio, implicitamente aceita o programa de atividades proposto e o que estabelece o presente regulamento.

CAPÍTULO VII

DA AVALIAÇÃO

Art. 16. A avaliação dos estágios, parte integrante dos currículos, constitui-se em processo diagnóstico reflexivo de leitura crítica e sistemática das manifestações da prática educativa, capaz de fornecer indicadores para a melhoria do processo político-pedagógico das instituições-campo de estágios, dos Cursos de Licenciatura, bem como para a orientação pessoal e profissional dos estagiários.

Parágrafo único. A avaliação dos estágios deve prover informações e dados para a realimentação do currículo pleno dos cursos.

Art. 17. A avaliação deve abarcar toda a dinâmica do estágio, compreendendo procedimentos e critérios peculiares às especificidades de cada curso e seus conteúdos curriculares.

Art. 18. A avaliação dos estágios, quanto ao rendimento, obedecerá aos quesitos estabelecidos para cada curso, sendo obrigatório o cumprimento da carga horária integral, exceto para os alunos que tenham reconhecidos pela Instituição, direitos de aproveitamento de experiências anteriores na prática profissional.

Art. 19. A avaliação dos estagiários será feita pelo professor orientador, de forma sistemática, contínua e formativa, com a colaboração dos profissionais supervisores do campo de estágio e com a incorporação de dados provenientes da auto-avaliação dos alunos.

Art. 20. Em consonância com a concepção de avaliação do Projeto Político-Pedagógico do Curso, os alunos terão oportunidades de recuperação de desempenhos insatisfatórios e de reposição de atividades não realizadas, inclusive para efeito de cumprimento de frequência, desde que com justificativa.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 21. A Coordenação de Estágios e os professores orientadores zelarão para que os estagiários não sejam utilizados como mão-de-obra por parte das entidades concedentes de estágios.

Art. 22. Todo estagiário estará coberto por seguro contra acidentes, durante o período do estágio;

Art. 23. Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pelo Conselho Pedagógico.

Art. 24. Este Regulamento entrará em vigor a partir da sua aprovação pelo Conselho Superior.

13.2 REGULAMENTO DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES

Art. 1º Para integralização do currículo pleno dos cursos da Faculdade Global de Umuarama, o aluno deve cumprir, obrigatoriamente, uma carga horária de atividades acadêmicas complementares, distribuídas ao longo do curso.

Parágrafo único. A carga horária será fixada, de acordo com o Projeto Pedagógico de cada curso, de acordo com normatizações legais e diretrizes curriculares.

Art. 2º São consideradas atividades acadêmicas complementares as atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas de acordo com o presente Regulamento, com o propósito de flexibilizar e vitalizar os currículos.

Art. 3º As atividades acadêmicas complementares têm como objetivo propiciar:

I Maior dinamicidade à formação discente, com possibilidade de enriquecimento de conhecimentos e experiências, atendendo, de um lado, à individualidade e subjetividade do aluno e, de outro lado, à necessidade de ajustamento ao dinamismo da área de estudos;

II Oportunidade de reconhecimento de habilidades, competências e conhecimentos adquiridos fora das atividades e disciplinas estabelecidas nos currículos dos cursos;

III Mais efetividade no preparo dos acadêmicos para enfrentar os desafios das rápidas transformações da sociedade, do mercado de trabalho e das próprias condições de exercício profissional;

IV Incremento da interdisciplinaridade e da transdisciplinaridade;

V Fortalecimento da articulação entre teoria e prática na consecução curricular;

VI Estímulo da prática de estudos independentes;

VII Incremento a programas de iniciação científica nos quais o aluno possa desenvolver espírito criativo, investigativo e de análise crítica;

VIII Estímulo às atividades de extensão articuladas ao ensino e à pesquisa, estabelecendo um fluxo dialético entre o conhecimento acadêmico e a sociedade.

Art. 4º Para efeito deste Regulamento, são consideradas atividades complementares, as atividades desenvolvidas em:

- I Cursos complementares;
- II Projetos de iniciação científica;
- III Projetos de extensão;
- IV Participação em projetos, oficinas ou grupos de estudos orientados;
- V Estudos de caso;
- VI Estágio extracurricular;
- VII Eventos;
- VIII Visitas técnicas;
- IX Viagens de estudos;
- X Monitoria acadêmica;
- XI Publicações;
- XII Outras atividades e estudos independentes, a juízo do coordenador do curso.

Art. 5º As atividades concernentes a projetos de iniciação científica, projetos de extensão, e monitoria acadêmica serão objeto de regulamentação própria.

Art. 6º Para efeito deste Regulamento, poderão ser considerados como cursos complementares, cursos ou disciplinas oferecidas:

- I Pelo curso no qual o aluno está matriculado, em caráter extracurricular;
- II Por outros cursos da instituição;
- III Por cursos de outras instituições.

Parágrafo único. Será critério para aproveitamento dos cursos referentes aos itens II e III, a pertinência temática à área de estudos do acadêmico interessado.

Art. 7º São considerados eventos as atividades referentes a palestras, seminários, congressos, debates, simpósios, conferências, encontros, jornadas e outros similares.

Art. 8º A participação em eventos e em viagens de estudos deve ser submetida à prévia aprovação dos coordenadores de curso que observarão a pertinência e a relevância da atividade proposta para a formação do acadêmico.

Art. 9º As atividades acadêmicas complementares podem ser organizadas por iniciativa de órgãos da Faculdade Global de Umarama ou oferecidas por outras instituições ou empresas.

Art. 10. Para o aluno que ingressa por transferência, as disciplinas já cursadas e não aproveitadas podem ser consideradas para o cumprimento da carga horária das atividades acadêmicas complementares.

Art. 11. A solicitação de aproveitamento de atividade complementar deve ser registrada na Secretaria Acadêmica, mediante requerimento do interessado.

Art. 12. Cabe aos coordenadores de curso, com a cooperação da Secretaria Acadêmica e dos docentes das disciplinas envolvidas, o acompanhamento, o controle e a supervisão da participação dos acadêmicos.

Art. 13. É da competência dos coordenadores de curso a apreciação do mérito da solicitação por meio de parecer entregue à Secretaria Acadêmica, em prazos previamente estabelecidos.

Art. 14. Cabe à Secretaria Acadêmica efetuar o registro no histórico escolar.

Art. 15. Em caso de indeferimento, caberá recurso, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após sua divulgação, aos Colegiados de Curso.

Art. 16. Cabe aos coordenadores de curso, em relação às Atividades Complementares:

I Exercer, em cooperação com a secretaria acadêmica e docentes das disciplinas envolvidas, as atividades de acompanhamento, controle e supervisão da participação dos acadêmicos;

II Apreciar o mérito, emitindo parecer sobre o aproveitamento de atividades propostas pelos alunos;

III Organizar eventos, cursos, seminários, jornadas de estudos, visitas, viagens de estudos e outras atividades similares;

IV estabelecer contatos e negociações com instituições e empresas de direito público e privado, com vistas a firmar convênios ou estabelecer parcerias que possibilitem maior interação dos cursos com a comunidade externa;

V enviar à secretaria acadêmica os créditos obtidos pelos alunos no desempenho das atividades complementares;

VI Divulgar atividades e eventos quando for o caso;

VII encaminhar publicações decorrentes das atividades complementares.

Art. 17. Os casos omissos neste Regulamento serão julgados pelos Colegiados de Curso e, em última instância, pelo Conselho Pedagógico.

13.3 REGULAMENTO DA MONITORIA ACADÊMICA

Art. 1º A monitoria acadêmica é atividade auxiliar de ensino ou pesquisa desenvolvida por alunos dos cursos de graduação da Faculdade Global de Umuarama, sob a coordenação do Coordenador de Curso e a supervisão direta de um membro do corpo docente da Instituição.

Art. 2º A atividade de monitoria visa atender aos seguintes objetivos:

I Proporcionar ao aluno oportunidades de desenvolver aptidões, habilidades e competências inerentes à carreira de professor;

II Ampliar as formas de participação discente no processo educacional;

III Proporcionar ao corpo docente da instituição a assistência de colaboradores qualificados, visando à melhoria do processo ensino-aprendizagem.

Art. 3º A atividade de monitoria acadêmica é exercida por aluno regularmente matriculado, durante período letivo determinado, de acordo com as normas contidas neste Regulamento.

Art. 4º São atribuições do monitor:

I Auxiliar professores no desenvolvimento de atividades teóricas ou práticas, de acordo com o nível de conhecimento e experiência na respectiva disciplina;

II Auxiliar os demais alunos no processo de ensino-aprendizagem;

III Executar tarefas voltadas ao ensino ou à pesquisa;

IV Programar as atividades de monitoria, juntamente com o professor-orientador;

V Elaborar relatório-final a ser submetido ao professor-orientador até a data dos exames finais.

§ 1º É vedado ao monitor:

I Ministras aulas na instituição ou substituir o professor-orientador;

II Aplicar verificações de aprendizagem;

III Assumir outras tarefas ou obrigações próprias e exclusivas de docentes ou de funcionários da instituição;

IV Acumular monitorias.

§ 2º O exercício da função de monitor não constitui cargo nem gera vínculo empregatício de qualquer natureza.

§ 3º As atividades de monitor não podem prejudicar o horário das atividades acadêmicas a que estiver obrigado como discente.

Art. 5º As atividades de monitoria são orientadas por um professor de preferência o responsável pela disciplina objeto de monitoria, o qual tem as seguintes atribuições:

I Preparar o teste de seleção de monitores;

II Programar, juntamente com o monitor selecionado, as atividades da monitoria, estabelecendo um plano para a disciplina a ser atendida;

III Orientar o monitor quanto à metodologia a ser utilizada no atendimento aos alunos da respectiva disciplina;

IV Organizar com o monitor horário comum de trabalho, que garanta o exercício efetivo das atividades previstas;

V Acompanhar e orientar o monitor na execução das atividades, discutindo questões teóricas e práticas e fornecendo os subsídios necessários à sua atuação;

VI Avaliar o desempenho do monitor e controlar sua frequência para fins de percepção da bolsa-monitoria;

VII Elaborar relatório-final a ser submetido à aprovação do colegiado de curso.

Art. 6º A monitoria acadêmica é exercida em regime de no máximo doze horas semanais, de acordo com o plano aprovado pelo professor, podendo ocorrer ampliação da carga horária, mediante justificativa que comprove a necessidade e a disponibilidade de tempo do monitor.

Art. 7º Os coordenadores de curso definem, semestralmente, as disciplinas que necessitam de monitoria e solicitam à Direção Pedagógica a sua inserção no Programa de Monitoria Acadêmica.

Art. 8º As vagas semestrais para o Programa são fixadas pela Direção Pedagógica, de acordo com o número de bolsas-monitoria aprovadas no orçamento anual para cada Curso.

Art. 9º Após decisão da Direção Pedagógica, as vagas para o exercício da monitoria são divulgadas pelos coordenadores de curso, por meio de edital, do qual devem constar:

- I Número de vagas por disciplina;
- II Período e os horários para inscrição;
- III A forma e o conteúdo da seleção;
- IV A documentação necessária;
- V Os critérios de aceitação.

Art. 10. O ingresso na função de monitor dá-se mediante processo de seleção por disciplina no qual podem inscrever-se os alunos que comprovem ter cursado a disciplina com aproveitamento.

Art. 11. Do processo seletivo devem constar, necessariamente:

- I Entrevista;
- II Análise do histórico escolar do candidato.

§ 1º A avaliação dos resultados é efetuada por uma comissão constituída por três docentes, sob a presidência do Coordenador do Curso.

§ 2º Cabe aos coordenadores de curso supervisionar as avaliações realizadas.

Art. 12. A habilitação e a classificação dos candidatos obedecem aos seguintes procedimentos:

- I Os examinadores atribuem grau a cada um dos itens constantes do teste de seleção, nos termos do art. 11, computando-se em seguida a média aritmética;
- II Os candidatos habilitados são classificados em ordem decrescente, pela média aritmética dos graus atribuídos pelos três examinadores;
- III Ocorrendo empate, é indicado para a função o candidato que obtiver a maior nota na prova de entrevista.

§ 1º O acadêmico selecionado para o Programa de Monitoria firma com a Instituição um termo de compromisso correspondente ao período e às atividades a serem desenvolvidas.

§ 2º O monitor faz jus a uma bolsa-monitoria, na forma de desconto sobre o valor da mensalidade, proporcional ao número de horas empregadas na atividade.

§ 3º O acadêmico-monitor pode ser reconduzido, por uma única vez, na mesma disciplina.

Art. 13. A suspensão da atividade do monitor ocorre nas seguintes situações:

I Por iniciativa própria, mediante requerimento dirigido ao coordenador de curso;

II Por iniciativa do professor-orientador, mediante justificativa ao colegiado de curso.

Parágrafo único. Uma vez aprovada a suspensão da atividade de monitoria, fica automaticamente cancelado o termo de compromisso entre o aluno e a Instituição, podendo o Colegiado de Curso, neste caso, solicitar a substituição do monitor.

Art. 14. Em caso de vacância, a substituição do monitor deve ser feita por aproveitamento dos demais habilitados em seleção já efetuada, obedecida a ordem de classificação, ou quando não houver outros classificados, por novo processo de seleção.

Art. 15. O aluno monitor que tiver cumprido integralmente as suas obrigações terá direito a um Certificado que poderá ser considerado como título para ingresso no quadro docente da Instituição.

Art. 16. O Conselho Pedagógico, sempre que necessário, pode expedir normas e instruções, visando à operacionalização e à uniformização de procedimentos.

Art. 17. Todos os envolvidos diretamente no Programa de Monitoria Acadêmica devem participar do processo de avaliação do mesmo, inserindo-se no Programa de Avaliação Institucional.

Art. 18. Os casos omissos neste regulamento devem ser resolvidos pelo Conselho Pedagógico.

ÍNDICE

1.	CONCEPÇÃO DA INSTITUIÇÃO.....	2
	INTRODUÇÃO.....	2
	SUPORTE LEGAL.....	3
	IDENTIDADE.....	5
	IDEÁRIO PEDAGÓGICO.....	6
	MISSÃO, PRINCÍPIOS E OBJETIVOS.....	8
2	A PROPOSTA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES.....	10
2.1	ESTRUTURAÇÃO DOS CURRÍCULOS.....	12
2.2	INTEGRAÇÃO ENSINO, PESQUISA E EXTENÇÃO.....	14
2.3	ARTICULAÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA.....	15
2.4	APROVEITAMENTO DE FORMAÇÃO E EXPERIÊNCIAS.....	16
2.5	PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA.....	17
2.5.1	PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS.....	18
2.6	PERFIL DO PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	19
2.7	ESTÁGIO SUPERVISIONADO.....	21
2.8	ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES.....	22
2.9	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO.....	23
2.10	AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM.....	24
3	CURSO DE PEDAGOGIA: LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO INFANTIL, ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E GESTÃO EDUCACIONAL.....	26
3.1	CONCEPÇÃO, FINALIDADES E OBJETIVOS DO CURSO.....	26
3.2	PERFIL PROFISSIONAL.....	33
3.3	JUSTIFICATIVA PARA O CURSO PROPOSTO.....	35
3.4	O ESTADO DO PARANÁ.....	35
3.5	O MUNICÍPIO DE UMUARAMA.....	36
3.5.1	Colonização da Região.....	36
3.5.2	Fundação do Município.....	36
3.5.3	Umuarama: Capital da Amizade.....	36
3.5.4	Aspectos Econômicos.....	37
3.5.5	Agricultura.....	37
3.5.6	Localização Geográfica.....	38
3.5.7	Dados Educacionais.....	38
3.5.8	Umuarama em Números.....	40
3.6	ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	42
3.6.1	Histórico do processo de construção curricular.....	42
3.6.2	Considerações Metodológicas.....	43
3.6.3	Prática de Ensino.....	49
3.6.4	Proposta Pedagógica para os Estágios Supervisionados.....	51
3.6.5	Matriz Curricular.....	52
3.6.6	Plano de Estudos.....	53
3.6.7	Ementário e Bibliografia Básica.....	55
4.	CARACTERÍSTICAS GERAIS.....	89
5.	CORPO DOCENTE.....	90
5.1	POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO.....	92
5.1.1	Plano de Qualificação Docente.....	92
5.1.2	Plano de Carreira Docente.....	96
5.2	FORMAS E VALORES DE REMUNERAÇÃO PRATICADOS.....	100
5.3	METAS A SEREM ALCANÇADAS NOS PRÓXIMOS 4 ANOS.....	101
5.4	FORMAS DE PARTICIPAÇÃO DO CORPO DOCENTE NAS ATIVIDADES DE DIREÇÃO DA INSTITUIÇÃO.....	101

6.	RESPONSÁVEL PELA IMPLANTAÇÃO DO CURSO.....	102
7.	CORPO DISCENTE.....	103
	PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO ACADÊMICA.....	103
	PROGRAMA DE MONITORIA ACADÊMICA.....	105
8.	BIBLIOTECA.....	106
	ACERVO.....	106
	NÍVEL ATUAL DE INFORMATIZAÇÃO.....	106
	FACILIDADES PARA ACESSO A INFORMAÇÕES.....	107
	ESPAÇO FÍSICO E HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO.....	107
	PLANO DE ATUALIZAÇÃO E EXPANSÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS E DO ACERVO.....	108
9.	INFRA-ESTRUTURA FÍSICA.....	109
	OUTRAS ÁREAS.....	109
	LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA.....	110
	INFRA-ESTRUTURA PLANEJADA PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS.....	110
10.	APOIO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO.....	111
11.	PROGRAMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	112
12.	PLANEJAMENTO ECONÔMICO-FINANCEIRO.....	114
13.	ANEXOS.....	124
13.1	REGULAMENTO GERAL DE ESTÁGIOS SUPERVISIONADO.....	125
13.2	REGULAMENTO DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES.....	131
13.3	REGULAMENTO DA MONITORIA ACADÊMICA.....	135